

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE MEIO TERMO DA EFETIVIDADE

DO FUNDO AMAZÔNIA



ESTUDO DE DISTRIBUIÇÃO DE  
BENEFÍCIOS DO FUNDO AMAZÔNIA

**Elaborado por:**

Marcel Viergever  
Priscilla Santos

**Projeto gráfico e diagramação:**

Marcus Vinícios de Oliveira e Emille Catarine Rodrigues Cançado

Dezembro 2019



# SUMÁRIO

<b>Lista de tabelas</b>	5
<b>Lista de gráficos</b>	5
<b>Lista de quadros, mapas e figuras</b>	6
<b>Lista de abreviaturas e siglas</b>	7
<b>1. Introdução</b>	11
<b>2. Contexto</b>	13
<b>3. Estudo de distribuição de benefícios</b>	16
3.1. Objetivo, metodologia e conceitos relevantes	17
3.2. Indicadores e critérios de seleção da avaliação	19
<b>4. Resultados</b>	22
4.1. Entidades apoiadas	23
4.1.1. Projetos com órgãos federais	26
4.1.2. Projetos com os estados	27
4.1.3. Projetos com governos municipais	29
4.1.4. Projetos com universidades	31
4.1.5. Projetos com o Terceiro Setor	32
4.1.6. Projeto internacional	35
4.2. Conclusões preliminares	35
4.3. Beneficiários	36
4.3.1. Distribuição geográfica	37
Distribuição de recursos e relação com PIB per capita de municípios	40
4.3.2. Distribuição Social	41
4.3.3. Distribuição temática	42
Componente 1 - Atividades Produção Sustentável	43
Componente 2 - Monitoramento e Controle	46
Componente 3 - Ordenamento Territorial	47
Componente 4 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Instrumentos econômicos	48



4.3.4. Conclusões gerais sobre a distribuição de benefícios	49
4.4. O Fundo Amazônia e as Salvaguardas Socioambientais de REDD+	50
4.5. Fundo Amazônia e a contribuição aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	56
4.5.1. Metodologia de categorização	58
Critérios de categorização dos ODS	58
Limitações da categorização	58
4.5.2. Análises	60
Contribuições quanto aos ODS	60
Contribuições quanto ao setor	62
4.5.3. Contribuição das análises	63
4.6. Critérios transversais	64
4.6.1. Redução da pobreza	64
Descrição geral e considerações metodológicas	64
Resultados	66
Conclusões e recomendações gerais	72
4.6.2. Equidade de gênero	72
Análise	73
Resultados e limitações	77
Conclusões e recomendações	79
<b>5. Conclusões e recomendações gerais</b>	<b>82</b>
<b>6. Referências bibliográficas</b>	<b>89</b>
<b>Apêndice A - Lista de entrevistados</b>	<b>96</b>



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Número de projetos financiados por setor	24
<b>Tabela 2</b> Indivíduos diretamente beneficiados pelo Fundo Amazônia - Componente Produção Sustentável	42
<b>Tabela 3</b> Beneficiários do Componente Produção Sustentável	44
<b>Tabela 4</b> Indicadores do Componente 2 - Monitoramento e Controle	46
<b>Tabela 5</b> Beneficiários do Componente Ordenamento Territorial	48
<b>Tabela 6</b> Indicadores do Componente 4 - Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos	49
<b>Tabela 7</b> Quantidade e porcentagem de ODS	61
<b>Tabela 8</b> ODS no Terceiro Setor	63
<b>Tabela 9</b> Distribuição dos projetos entre as categorias de classificação	77

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Número de projetos por setor	24
<b>Gráfico 2</b> Investimento em projetos por setor	24
<b>Gráfico 3</b> Projetos por setor de implementação e componente do Fundo Amazônia (1, 2, 3, 4 ou combinação)	25
<b>Gráfico 4</b> Alocação de recursos por componente	26
<b>Gráfico 5</b> Empenho cumulativo dos recursos financeiros 2008 – 2019	26
<b>Gráfico 6</b> Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos do setor público federal	27
<b>Gráfico 7</b> Projetos financiados pelo Fundo Amazônia – Alocação dos recursos aos estados	28
<b>Gráfico 8</b> Projetos com foco gestão municipal	29
<b>Gráfico 9</b> Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos a governos municipais	30

<b>Gráfico 10</b> Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos a universidades	31
<b>Gráfico 11</b> Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos para o Terceiro Setor	32
<b>Gráfico 12</b> Correlação entre o desmatamento acumulado (em km <sup>2</sup> ) por município e apoio do Fundo Amazônia (em R\$) para municípios da Amazônia Legal, excluídos os municípios sem dados do Prodes e capitais dos estados	38
<b>Gráfico 13</b> Número de projetos contratados por ano por setor	40
<b>Gráfico 14</b> Valor de projetos aprovados por ano e por setor	40
<b>Gráfico 15</b> Número de contribuições de projetos a ODS	61
<b>Gráfico 16</b> Projetos que apresentam foco pretendido em gênero	74
<b>Gráfico 17</b> Categorias sobre o impacto em gênero	76
<b>Gráfico 18</b> Projetos que apresentam dados desagregados sobre gênero	76

## LISTA DE QUADROS, MAPAS E FIGURAS

<b>Quadro 1</b> Lista de instituições aglutinadoras e seus projetos	34
<b>Quadro 2</b> Objetivo e efeitos indiretos e diretos do Fundo Amazônia	42
<b>Quadro 3</b> Descrição de alguns projetos apoiados pelo Ppp-ecos na Amazônia (Portfólio 2013-2017)	45
<b>Quadro 4</b> Critérios de avaliação do potencial de distribuição de benefícios no Componente Produção Sustentável e dentro do escopo da proposta	65
<b>Quadro 5</b> Lista de projetos concluídos no Componente Produção Sustentável	66
<b>Quadro 6</b> Avaliação do potencial de distribuição de benefícios, no Componente Produção Sustentável e dentro do escopo da proposta	67
<b>Mapa 1</b> Municípios beneficiados pelo Fundo Amazônia	38
<b>Mapa 2</b> Apoio do Fundo Amazônia e desmatamento (em km <sup>2</sup> ) por município	39
<b>Mapa 3</b> PIB per capita dos municípios da Amazônia Legal em 2016	41
<b>Figura 1</b> Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABIOVE</b>	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
<b>AFP</b>	Associação Floresta Protegida
<b>AMIQCB</b>	Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
<b>ANEC</b>	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
<b>APIWTXA</b>	Associação Ashaninka do Rio Amônia
<b>APP</b>	Áreas de Proteção Permanente
<b>ARPA</b>	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
<b>ASA</b>	Agência de Serviços Ambientais
<b>ASSEMA</b>	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social
<b>CAR</b>	Cadastro Ambiental Rural
<b>CDB</b>	Convenção sobre Diversidade Biológica
<b>Censipam</b>	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
<b>Cmtr-Ma</b>	Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão
<b>CNI</b>	Confederação Nacional da Indústria
<b>COFA</b>	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
<b>COIAB</b>	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
<b>CONAREDD+</b>	Comissão Nacional para o REDD+
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>COOPAVAM</b>	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer
<b>COOPERACRE</b>	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado de Acre
<b>CPI</b>	Comissão Pró-Índio
<b>CRA</b>	Cota de Reserva Ambiental
<b>CTA</b>	Associação do Centro de Tecnologia Alternativa
<b>CTI</b>	Centro de Trabalho Indigenista
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Abastecimento

<b>ENREDD+</b>	Estratégia Nacional para REDD+
<b>FA</b>	Fundo Amazônia
<b>FAS</b>	Fundação Amazonas Sustentável
<b>FASE</b>	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
<b>FBB</b>	Fundação Banco do Brasil
<b>FBDS</b>	Fundação Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável
<b>FBOMS</b>	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
<b>FINEP</b>	Financiadora de Inovação e Pesquisa
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FNABF</b>	Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal
<b>FSC</b>	Conselho de Manejo Florestal
<b>Funai</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>FUNBIO</b>	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
<b>GIZ</b>	<i>Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
<b>GTS</b>	Grupo de Trabalho da Soja
<b>IBAM</b>	Instituto Brasileiro de Administração
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>Idsm</b>	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
<b>IFT</b>	Instituto Florestal Tropical
<b>IIEB</b>	Instituto Internacional de Educação do Brasil
<b>ILPF</b>	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
<b>Imaflora</b>	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
<b>Imazon</b>	Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
<b>INPE</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>IOV</b>	Instituto Ouro Verde
<b>IPÊ</b>	Instituto de Pesquisas Ecológicas
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>ISA</b>	Instituto Socioambiental

<b>ISPN</b>	Instituto Sociedade População e Natureza
<b>MCTIC</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações
<b>MJ</b>	Ministério de Justiça
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MUSA</b>	Museu da Amazônia
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>ODS</b>	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
<b>OECD</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPAN</b>	Operação Amazônia Nativa
<b>OTCA</b>	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PRA</b>	Programa de Regularização Ambiental
<b>PGTA</b>	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNGATI</b>	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
<b>PPCD</b>	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (estaduais)
<b>PPCDAM</b>	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
<b>Ppp-ecos</b>	Programa de Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia
<b>PSA</b>	Pagamento por Serviços Ambientais
<b>RAFA</b>	Relatório de Atividades do Fundo Amazônia
<b>RDS</b>	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
<b>REDD+</b>	Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento; incluindo o papel da conservação florestal, do manejo sustentável de florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal
<b>RESEX</b>	Reserva Extrativista
<b>SAF</b>	Sistema Agroflorestal
<b>SBPC</b>	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência



<b>SEMAS</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
<b>SFB</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Sisnama</b>	Sistema Nacional do Meio Ambiente
<b>SISREDD+</b>	Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+
<b>TAC</b>	Termos de Ajustamento de Conduta
<b>TI</b>	Terra Indígena
<b>TNC</b>	The Nature Conservancy
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UD</b>	Unidade Demonstrativa
<b>UEA</b>	Universidade Estadual do Amazonas
<b>UFPA</b>	Universidade Federal do Pará
<b>UNFCCC</b>	United Nations Framework Convention on Climate Change
<b>WWF</b>	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
<b>ZEE</b>	Zoneamento Ecológico Econômico



## 1. INTRODUÇÃO

# 1. INTRODUÇÃO

O Fundo Amazônia consiste na primeira experiência de pagamento por resultados de Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento; incluindo o papel da conservação florestal, do manejo sustentável de florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) no Brasil. Como mecanismo financeiro de proteção às florestas, o Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis. Os recursos captados são investidos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além da promoção da conservação e do uso sustentável das florestas na Amazônia. Além disso, até 20% desses recursos podem ser usados para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

O Fundo Amazônia tem como objetivo buscar uma alocação de recursos cada vez mais efetiva no combate ao desmatamento, assim como garantir que a distribuição de benefícios seja justa e inclusiva, abrangendo aqueles que contribuem para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, este estudo serve como subsídio à Avaliação de Meio Termo de Efetividade do Fundo Amazônia, analisando especificamente a distribuição de benefícios a partir de dados disponíveis sobre os beneficiários apoiados, de acordo com Termo de Referência específico.

Este estudo foi conduzido por dois consultores selecionados através de um processo de seleção realizado por meio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável realizada pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ). Os consultores escolhidos realizaram o trabalho no período de abril a julho de 2019, incluindo a realização de entrevistas semiestruturadas com 17 representantes do governo e da sociedade civil (APÊNDICE A). Além das entrevistas, foi realizada a análise de documentos e leis relacionados ao funcionamento do Fundo Amazônia, bem como seus relatórios de avaliação dos projetos apoiados, minutas das reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), chamadas públicas, informes da carteira de projetos etc. Além disso, foi realizado o estudo de políticas públicas apoiadas pelo Fundo Amazônia e seu arcabouço jurídico.

Este relatório se divide em seções específicas definidas pelos autores. Primeiramente, é apresentado um breve contexto atual em que o Fundo Amazônia se insere. Em seguida, são detalhados seus objetivos, metodologia e conceitos importantes para a análise, além de seus indicadores e critérios da avaliação de distribuição de benefícios. Na seção de resultados, são apresentados os tipos de entidades e beneficiários apoiados, bem como relevantes grupos de interesse (*stakeholders*), analisados em termos geográficos, sociais e temáticos. Na seção seguinte, o estudo apresenta reflexões sobre a contribuição do Fundo Amazônia em relação ao cumprimento das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, os critérios redução da pobreza e equidade de gênero são consideradas com mais detalhe, já que consistem em critérios a serem observados em todos os projetos de maneira transversal.



## 2. CONTEXTO

## 2. CONTEXTO

O Fundo Amazônia é parte integrante da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+)<sup>1</sup>. A implementação da estratégia cabe à Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+)<sup>2</sup> e, para isso, a Comissão conta com representantes do governo nas esferas federal, estadual e municipal e com organizações da sociedade civil. Assim como o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), a CONAREDD+ constitui-se em uma instância importante para garantia de maior controle social, transparência e legitimidade nas decisões que afetam diretamente os beneficiários do Fundo Amazônia.

De acordo com a CONAREDD+, a distribuição dos recursos de Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento; incluindo o papel da conservação florestal, do manejo sustentável de florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) deve observar o princípio da equidade, de modo a proporcionar que os benefícios sejam distribuídos de forma justa e inclusiva entre todos os atores que contribuem ou podem vir a contribuir com as ações e os resultados de REDD+. Sendo parte da ENREDD+, o Fundo Amazônia deve contribuir com a implementação desta, através de apoio à redução do desmatamento, à recuperação de florestas e ao reflorestamento em grande escala, colaborando com a estruturação de uma economia que maximize benefícios socioambientais e respeite as Salvaguardas de REDD+ (MMA, 2016), promovendo sustentabilidade e inclusão social.

Toda essa complexa governança demonstra que o Fundo Amazônia vai além de um mecanismo financeiro per se, o qual transfere recursos a entes selecionados, considerando critérios pré-estabelecidos. Assim, seus resultados vão além daqueles elencados nos projetos apoiados, já que políticas públicas relevantes são fortalecidas através dele, assim como estruturas governamentais federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil diversas, as quais vão desde fundos a cooperativas de agricultores familiares. Os resultados atribuídos ao Fundo devem levar em conta os diversos atores, órgãos e políticas públicas contemplados e até que ponto eles contribuíram para alcançar os objetivos de fomentar o desenvolvimento sustentável e reduzir o desmatamento.

Assim, um dos aspectos relevantes ao se analisar os resultados do Fundo Amazônia diz respeito à distribuição dos benefícios a esses diversos atores, observando se ela está de acordo com as premissas de equidade e justiça e com os princípios estabelecidos pela ENREDD+ e pelo Fundo Amazônia especificamente. Considerando a disponibilidade reduzida de dados sobre emissões por desmatamento e degradação e os sistemas de distribuição de benefícios estabelecidos nos projetos, elaborou-se uma análise que abranje aspectos como avaliação de benefícios monetários e não monetários e o cumprimento

---

1 Informações sobre a Estratégia Nacional de para REDD+ disponíveis em: [http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/enredd\\_documento\\_web.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/enredd_documento_web.pdf).

2 Informações sobre a Comissão Nacional para REDD+ disponíveis em: <http://redd.mma.gov.br/pt/comissao-nacional-para-redd>.

das Salvaguardas de REDD+<sup>3</sup>, adaptada ao contexto brasileiro a partir das diretrizes gerais aprovadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) por meio da Resolução nº 9 da CONAREDD+ de 2017<sup>4</sup>.

Desde sua criação, o Fundo Amazônia tem apoiado projetos de diferentes segmentos, os quais são provenientes de entidades governamentais em diferentes níveis, entes não-governamentais, comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares, extrativistas e Academia, divididos em quatro Componentes de apoio: a) Produção Sustentável; b) Monitoramento e Controle; c) Ordenamento Territorial; e d) Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos. Esses beneficiários são responsáveis pela implementação dos projetos, os quais devem contribuir com o objetivo geral do Fundo de redução do desmatamento e fomento do desenvolvimento sustentável na Amazônia legal. Apesar de analisar todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia de forma ampla, este estudo possui um enfoque específico nos componentes de Produção Sustentável e Ordenamento Territorial, justamente pelo fato de possuírem uma rica gama de beneficiários.

Ao longo de seu funcionamento, o Fundo Amazônia deixa um legado de projetos, beneficiários, lições aprendidas e desafios, os quais requerem uma análise sistemática e robusta, visando seu contínuo aprimoramento. Esta avaliação busca analisar especificamente seu mecanismo de repartição de benefícios, o qual se mostra extremamente relevante em um contexto de discussão sobre possíveis mudanças na governança e na estratégia de atuação do Fundo Amazônia.

---

3 As Salvaguardas de REDD+ objetivam garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

4 Resolução Nº 09, de 07 de dezembro de 2017 da CONAREDD+. Disponível em: [http://redd.mma.gov.br/images/conaredd/SEI\\_MMA---0160864---Resoluo-9.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/conaredd/SEI_MMA---0160864---Resoluo-9.pdf)



### 3. ESTUDO DE DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

## 3. ESTUDO DE DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

### 3.1. OBJETIVO, METODOLOGIA E CONCEITOS RELEVANTES

O objetivo deste estudo é avaliar a distribuição dos benefícios dos projetos implementados com apoio do Fundo Amazônia no período de 2008 a 2018, levando em consideração os indicadores do Quadro Lógico do Fundo Amazônia<sup>5</sup>. Para fins deste relatório, são apresentados, a seguir, conceitos relevantes para a análise.

- i. *Benefícios* são entendidos como bens materiais (produto, recurso) ou imateriais (informação, treinamento) produzidos pela intervenção.
- ii. *Beneficiários* são entendidos como os indivíduos, os grupos ou as organizações, alvos pretendidos ou não, que se beneficiam da intervenção do projeto.
- iii. *Beneficiários diretos* são pessoas ou organizações diretamente – em geral, mas não sempre, intencionalmente – afetadas positivamente pela intervenção.
- iv. *Beneficiários indiretos* são pessoas ou grupos que não tem contato direto ou intencionado com a intervenção, mas que são afetados positivamente pela mesma, por exemplo comunidades a jusante de uma iniciativa de restauração das margens de um rio.

No atual contexto, este estudo faz também uma distinção entre os *proponentes* de projetos, que podem ser considerados também como beneficiários – principalmente no caso dos projetos cujo objetivo é o fortalecimento institucional em geral ou de uma atribuição específica –, e *beneficiários pretendidos* das intervenções propostas, em geral produtores, comunidades ou servidores da administração pública em todos os níveis. Assim, são distinguidos três tipos de beneficiários: a) beneficiários proponentes; b) beneficiários diretos da intervenção; e c) beneficiários indiretos da intervenção.

É importante distinguir também os *beneficiários* dos *stakeholders*, sendo estes últimos agências, organizações, grupos ou indivíduos que têm um interesse, direto ou indireto na intervenção. Geralmente, os *stakeholders* formam um universo maior que os beneficiários. Na maioria das intervenções, é importante entender a relação entre *stakeholders* e beneficiários, já que os *stakeholders* que não fazem parte do grupo dos beneficiários podem influenciar o repasse ou o impacto do benefício.

Considerando a estratégia estabelecida pelo Fundo Amazônia em 2011, de financiar pequenos projetos através de agências aglutinadoras (BORBA, 2011), são tratados como *projetos aglutinadores* aqueles que se caracterizam pelo apoio a subprojetos, os quais estão devidamente definidos no site do Fundo Amazônia. Esses subprojetos são coordenados por instituições de pequeno porte, denominadas de *aglutinadas* (KADRI, 2018). Ainda, no caso de projetos aglutinadores, distingue-se duas categorias: a) projetos

5 BNDES. Quadro Lógico do Fundo Amazônia 2017. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/FA\\_Quadro\\_Logico\\_2017.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/FA_Quadro_Logico_2017.pdf)

nos quais os proponentes formais do projeto perante o Fundo determinam seus parceiros (aglutinados) desde o início da intervenção; e b) projetos nos quais os proponentes formais do projeto perante o Fundo determinam seus parceiros (aglutinados) após a realização de chamadas públicas, que ocorrem já durante a fase de implementação do projeto.

Este estudo pretende analisar a distribuição de benefícios em três níveis: a) do portfólio do Fundo Amazônia, ou seja, entre os setores socioeconômicos, os componentes definidos e as regiões geográficas e com características socioambientais específicas; b) dos projetos já avaliados e; c) dos projetos em andamento, principalmente do Componente Produção Sustentável.

Com base nessas definições, nos indicadores do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, nas diretrizes do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), nas avaliações já realizadas em projetos com distribuição de benefícios<sup>6</sup> e no alinhamento com outras políticas públicas de apoio a atividades produtivas sustentáveis, o presente estudo definiu uma metodologia que consiste nas seguintes etapas:

### **Etapa 1: Coleta e análise de dados e informações.**

- Análise do portfólio de projetos, da distribuição geográfica e setorial de proponentes e beneficiários pretendidos, bem como das principais tendências;
- Leitura de documentos disponíveis;
- Seleção de projetos para avaliação profunda dos beneficiários diretos e indiretos das intervenções, principalmente as dos componentes de Produção Sustentável e Ordenamento Territorial do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

### **Etapa 2: Avaliação dos projetos selecionados.**

A seleção de um número limitado de projetos tem como objetivo identificar com mais detalhe os beneficiários diretos e indiretos da intervenção. Para tal, os consultores analisaram as propostas e entrevistaram representantes das instituições proponentes de projetos. Esta etapa incluiu os seguintes passos:

- Análise das propostas para a intervenção;
- Identificação das pessoas a serem entrevistadas;
- Elaboração e definição do roteiro das entrevistas com questionários semiestruturados;
- Entrevistas com os beneficiários selecionados;
- Comparação e sistematização dos resultados.

### **Etapa 3: Análise da distribuição de benefícios com relação a critérios transversais.**

A análise da distribuição de benefícios com relação aos critérios transversais tem como objetivo avaliar se os benefícios tiveram impacto na redução de pobreza e na equidade de gênero e/ou se beneficiaram grupos desfavorecidos da população (índios, quilombolas, ribeirinhos etc.). A equidade de gênero como critério transversal contempla em que

---

6 Lista de avaliações já realizadas em projetos com repartição de benefícios: 1) Projeto Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável (IFT); 2) Projeto Gestão Socioambiental de municípios do Pará (Imazon); 3) Projeto Olhos d'Água da Amazônia (Alta Floresta); 4) Projeto Portal de Sementes (IOV); 5) Projeto Virada Verde (TNC) e 6) Projeto Bolsa Floresta (FAS). Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

medida o projeto considerou os diferentes interesses de homens e mulheres e integrou aspectos de equidade de gênero nas suas intervenções. Seguindo a abordagem do Marco Conceitual da Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia<sup>7</sup>, as seguintes perguntas orientadoras foram aplicadas:

- O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?
- Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?
- Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?

O estudo “Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia/ BNDES”<sup>8</sup> também serviu de referência para esta análise.

#### **Etapa 4: Compartilhamento das conclusões preliminares.**

A quarta etapa prevê a elaboração de um relatório com objetivo de compartilhar conclusões preliminares com a equipe de avaliação do Fundo Amazônia e receber seus comentários, observações e sugestões. Inclui também a preparação de um quadro (box) para inclusão no relatório preliminar da avaliação geral. Essa etapa também envolveu a participação na Rodada de Consulta realizada em agosto de 2019 para colher observações e sugestões de um público mais abrangente.

#### **Etapa 5: Relatório final da avaliação de distribuição de benefícios e recomendações.**

Consolidação de dados, incorporação dos insumos complementares e ajustes propostos na Rodada de Consulta. Uma revisão da análise e suas recomendações foi realizada com base nos comentários, justificativas e sugestões apresentadas pelos participantes.

## 3.2. INDICADORES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AVALIAÇÃO

Dentre os 103 projetos do portfólio do Fundo Amazônia, 23 foram selecionados para uma análise mais detalhada neste estudo. Os critérios para seleção de projetos foram os seguintes: a) projetos já concluídos ou com 100% do valor desembolsado pelo Fundo<sup>9</sup>; e b) projetos que distribuem recursos para múltiplas instituições e beneficiários, denominados

7 Marco Conceitual da Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia. Cooperação Técnica GIZ e Fundo Amazônia. Disponível em: [https://www.giz.de/en/downloads/Marco\\_Conceitual\\_Avaliacao.pdf](https://www.giz.de/en/downloads/Marco_Conceitual_Avaliacao.pdf)

8 GIZ. Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia/ BNDES (2019). Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ\\_Estudo-genero.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ_Estudo-genero.pdf)

9 O site do Fundo Amazônia faz a diferenciação entre projetos concluídos e projetos com 100% de recursos recebidos. No segundo caso, os projetos ainda possuem pendências, como a análise e aprovação do relatório final e realização de auditoria institucional, que devem ser sanadas para que o projeto seja considerado como concluído.

de projetos aglutinadores. Esses critérios levaram em conta os enfoques pretendidos neste estudo: a) distribuição de benefícios a beneficiários diversos; b) componentes de apoio do Fundo Amazônia à produção sustentável e ao ordenamento territorial; e c) projetos aglutinadores, sendo priorizados para análise aqueles com maior porcentagem de execução e desembolso do projeto.

De forma geral, os projetos concluídos foram todos selecionados, salvo no caso de não se enquadrarem nos enfoques mencionados, como projetos de universidades, os quais não estão contemplados nessa análise. No caso de projetos muito semelhantes, optou-se por analisar apenas um que contemplasse a mesma categoria de beneficiários. Além disso, optou-se por excluir deste relatório os projetos com enfoque na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), visto que serão objeto de estudo paralelo.

A seguir são apresentados os critérios e as justificativas para seleção dos projetos de acordo com o tipo de proponente, abrangendo: projetos da União; projetos dos estados; projetos dos municípios; e projetos do Terceiro Setor. Quanto ao último, dividimos a análise em a) projetos concluídos e b) projetos com redistribuição de recursos para múltiplos parceiros (aglutinadores).

- Projetos da União: De acordo com as informações disponíveis no site do Fundo Amazônia, nenhum projeto da União é classificado como concluído. Assim, foram selecionados para análise os projetos mais próximos de conclusão, os quais já tiveram 100% do valor total desembolsado em relação ao valor do apoio.
- Projetos dos estados: De acordo com as informações disponíveis no site do Fundo Amazônia, quatro projetos estaduais são classificados como concluídos: (i) Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas; (ii) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) Pará; (iii) Bombeiros Florestais de Mato Grosso; e (iv) Acre: Incêndios Florestais Zero. Considerando que os projetos dos estados do Amazonas e Pará possuem enfoque na implementação do CAR, optou-se por excluí-los dessa análise, como já explicado anteriormente.

Com relação aos dois projetos de apoio aos corpos de bombeiros, optou-se por não incluir do escopo deste estudo o projeto do Acre, considerando as semelhanças com o projeto Bombeiros Florestais de Mato Grosso, priorizado por ser do estado com maior incidência de focos ativos detectados pelo satélite de referência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)<sup>10</sup>. A exclusão visa priorizar a análise de projetos mais distintos, proporcionando uma avaliação mais rica dos diferentes beneficiários apoiados pelo Fundo. Nesse caso, ambos os projetos focam nos componentes de Monitoramento e Controle e apoiavam o combate a incêndios e queimadas.

- Projetos dos municípios: De acordo com as informações disponíveis no site do Fundo Amazônia, são quatro os projetos de municípios classificados como concluídos e todos são do estado de Mato Grosso. Dois deles – Projetos Olhos d'Água da Amazônia Fase 1 e o mesmo em sua Fase 2 – possuem forte componente de apoio ao CAR. Assim, os dois projetos restantes constituem objeto de análise deste estudo.
- Projetos do Terceiro Setor concluídos: Dentre os 58 projetos do Terceiro Setor apoiados pelo Fundo Amazônia, sete são classificados como concluídos. No total,

---

<sup>10</sup> Programa Queimadas do INPE. Informações disponíveis em: [http://www.inpe.br/queimadas/portal/estatistica\\_estados](http://www.inpe.br/queimadas/portal/estatistica_estados)

cinco projetos foram selecionados para análise, visto que foram excluídos os projetos “Gestão Socioambiental de municípios do Pará”, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), e o “Virada Verde”, da The Nature Conservancy (TNC), no estado de Mato Grosso, considerando o enfoque de apoio ao CAR.

- Projetos aglutinadores do Terceiro Setor: Além dos projetos do Terceiro Setor classificados como concluídos, foram selecionados para análise outros projetos com alta porcentagem de desembolso recebido (entre 91 e 100%), os quais se destacam pela diversidade de atores envolvidos: indígenas, gestores de Unidades de Conservação (UCs), assentados, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas etc. Esses projetos (chamados de aglutinadores) envolvem redistribuição de recursos para múltiplas instituições (aglutinadas). Assim, essa seleção visa garantir uma análise mais abrangente de beneficiários, considerando o foco desse estudo na repartição de benefícios e nos Componentes de Produção Sustentável e Ordenamento Territorial.

O objetivo dessa seleção dos projetos foi garantir que, dentre os projetos selecionados, haja uma gama diversa de beneficiários contemplados pela análise. Dessa forma, no caso dessa análise, os beneficiários são famílias ribeirinhas e agricultoras em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos, que vivem em imóveis rurais abaixo de quatro módulos fiscais; extrativistas; pequenos produtores rurais; membros de conselhos gestores e associações de moradores de UCs; comunidades que habitam Reservas Extrativistas; agricultores familiares; cooperativas; entre outros.



## 4. RESULTADOS

## 4. RESULTADOS

Este capítulo apresenta o apoio do Fundo Amazônia e discute, com base em dados disponíveis, a distribuição geográfica, temática e social dos benefícios. A interpretação desses dados não é uma tarefa simples, particularmente por três razões.

Primeiro, porque a implementação do Fundo Amazônia engloba 10 anos e envolve 103 projetos apoiados, o que resulta em uma grande riqueza de dados ainda pouco sistematizados. Ademais, vários dos projetos, principalmente os do Terceiro Setor, são projetos com parceiros locais “aglutinados”. A partir de 2012, o Fundo também passou a admitir que instituições parceiras promovam chamadas públicas para apoio a subprojetos. Conseqüentemente, segundo o estudo sobre o aumento de capilaridade do Fundo<sup>11</sup>, vários dos projetos do Terceiro Setor passam a apoiar subprojetos (KADRI, 2018). Foram 2.659 projetos de pequeno porte e 91 projetos de médio e grande porte, segundo o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia (RAFA) de 2018<sup>12</sup>. Essa abordagem mostrou-se essencial para conceder apoio a beneficiários que dificilmente conseguiriam apoio do Fundo de maneira independente.

A segunda razão está relacionada à dinamicidade do Fundo Amazônia e ao fato de seus focos serem ajustados bienalmente. A consequência de se ter várias prioridades e que são ajustadas com frequência é que eventuais correlações entre variáveis tendem a se perder em um universo maior.

A terceira justificativa diz respeito à complexidade de se determinar beneficiários diretos e indiretos dos projetos apoiados. Por exemplo o apoio à recuperação de áreas de proteção permanente (APP) à margem de um córrego beneficia diretamente os proprietários com passivo ambiental nessa área, mas pode, potencialmente, beneficiar outros moradores ao longo do curso do rio. Os dados disponíveis não entram nesse nível de detalhe.

Dessa forma, considerando as limitações expostas, este estudo consiste em um primeiro esforço no sentido de avaliar a distribuição de benefícios do Fundo Amazônia, identificando desafios e oportunidades, bem como fazendo recomendações para o aprimoramento de mecanismos de financiamento do Fundo.

### 4.1. ENTIDADES APOIADAS

Desde sua criação, o Fundo Amazônia aprovou 114 projetos, dos quais 11 foram cancelados. Um total de 103 projetos foram, portanto, financiados, dentre os quais nove são projetos com órgãos federais, 22 com órgãos estaduais, sete com municípios, 58 com

11 KADRI, Nabil Moura (2018). A busca da capilaridade por meio de parcerias em políticas públicas: a experiência do Fundo Amazônia. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25839>

12 O estudo de Kadri (2018) identificou 604 subprojetos em vez dos 2.750 relatados pelo Fundo no seu relatório de atividades referente de 2018.

organizações do Terceiro Setor, seis com universidades e um com entidade internacional. O valor total contratado, até março de 2019, foi de R\$ 1.860 milhões. O número de projetos apoiados por setor, bem como os respectivos valores podem ser verificados na Tabela 1.

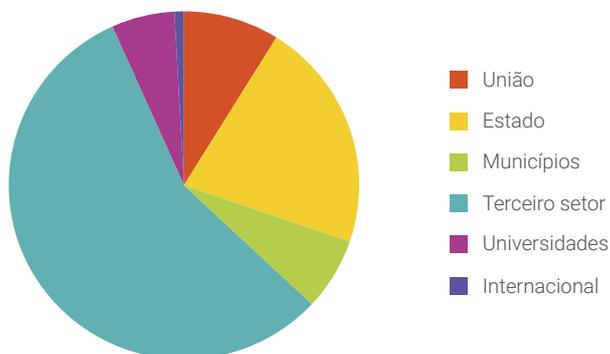
**Tabela 1 – Número de projetos financiados por setor**

Setores	Número de projetos	Valores (R\$)	%
Terceiro setor	58	706.352.997,71	37,97
Estados	22	577.766.547,17	31,06
União	9	521.254.711,75	28,02
Internacional	1	23.693.641,00	1,27
Universidades	6	16.430.974,32	0,88
Municípios	7	14.654.218,71	0,79
Total	103	1.868.063.712,85	100,00

Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

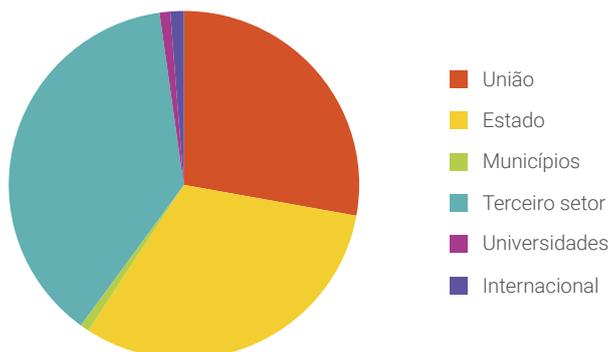
A distribuição dos projetos financiados por setores pode ser visualizada no Gráfico 2 abaixo, o qual demonstra que 62% dos recursos foi alocado em entidades públicas (União, estados, municípios, universidades federais ou estaduais e internacional).

**Gráfico 1 - Número de projetos por setor**



Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

**Gráfico 2 – Investimento em projetos por setor**

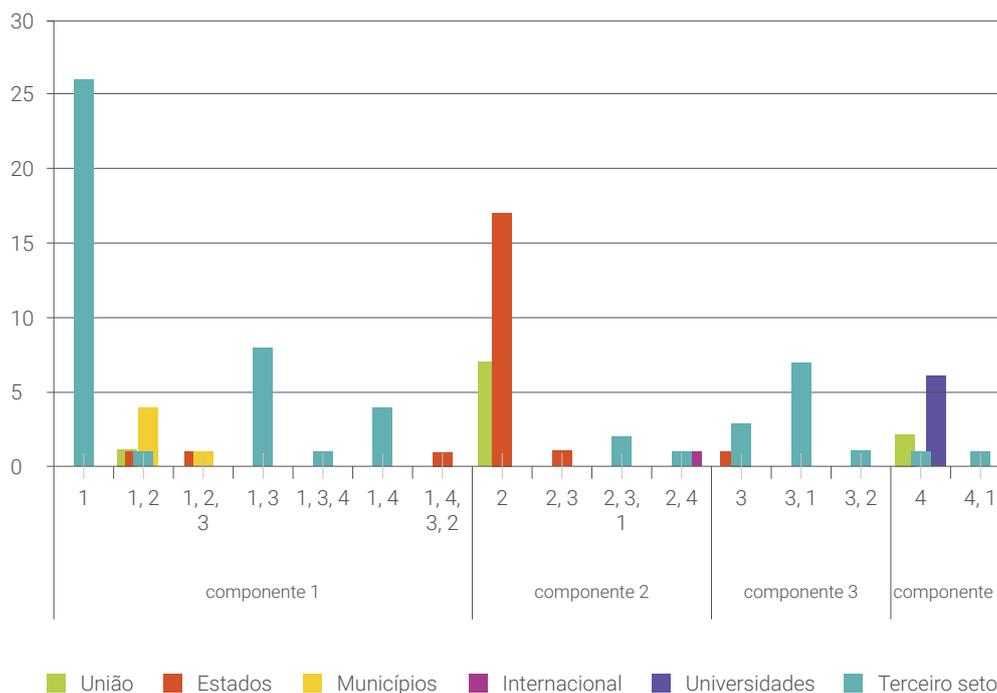


Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

Do total dos 103 projetos do portfólio, 20 foram formalmente concluídos, sendo três de estados, quatro de municípios, sete projetos com organizações do Terceiro Setor e os seis projetos com universidades. Além disso, mais 30 projetos já tiveram 97% ou mais dos recursos desembolsados até julho de 2019<sup>13</sup>, de acordo com as informações disponíveis no site do Fundo Amazônia.

O Gráfico 3 apresenta os projetos por Componente. Pode-se notar que quase metade dos projetos pertence ao Componente 1 - Produção Sustentável e um terço ao Componente 2 - Monitoramento e Controle.

**Gráfico 3 – Projetos por setor de implementação e componente do Fundo Amazônia (1, 2, 3, 4 ou combinação)**



Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

O Gráfico 4 apresenta a alocação dos recursos por Componente, demonstrando que quase metade dos recursos é alocada no Componente 2 - Monitoramento e Controle<sup>14</sup>, enquanto um terço vai para o Componente 1 - Produção Sustentável<sup>15</sup>. O restante dos recursos é alocado nos Componente 3 – Ordenamento Territorial e Componente 4 - Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos<sup>16</sup>.

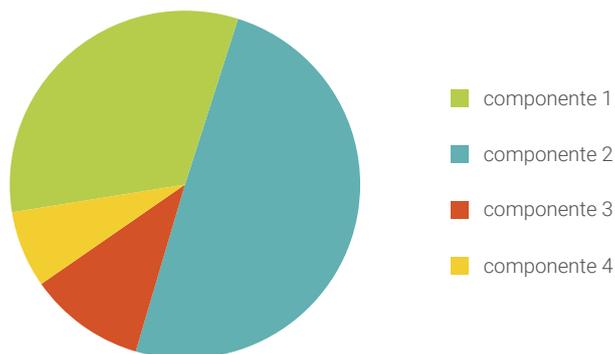
13 Foi constatado, durante as entrevistas, que boa parte dos projetos com esse nível de desembolso já estava com suas atividades finalizadas, mas não eram considerados como concluídos no site devido a alguma pendência de cunho administrativo, como aprovação formal de relatório final ou realização de auditoria institucional. Dessa forma, o número de projetos com atividades já finalizadas é bem maior do que o que se pode atribuir ao filtro de "projetos concluídos" do site do Fundo Amazônia.

14 Inclui o Componente 2 e projetos que foram classificados no Componente 2 e componentes secundários.

15 Inclui o Componente 1 e projetos que foram classificados no Componente 1 e componentes secundários.

16 Inclui os Componentes 3 e 4 e projetos que foram classificados no Componente 3 e 4 e componentes secundários.

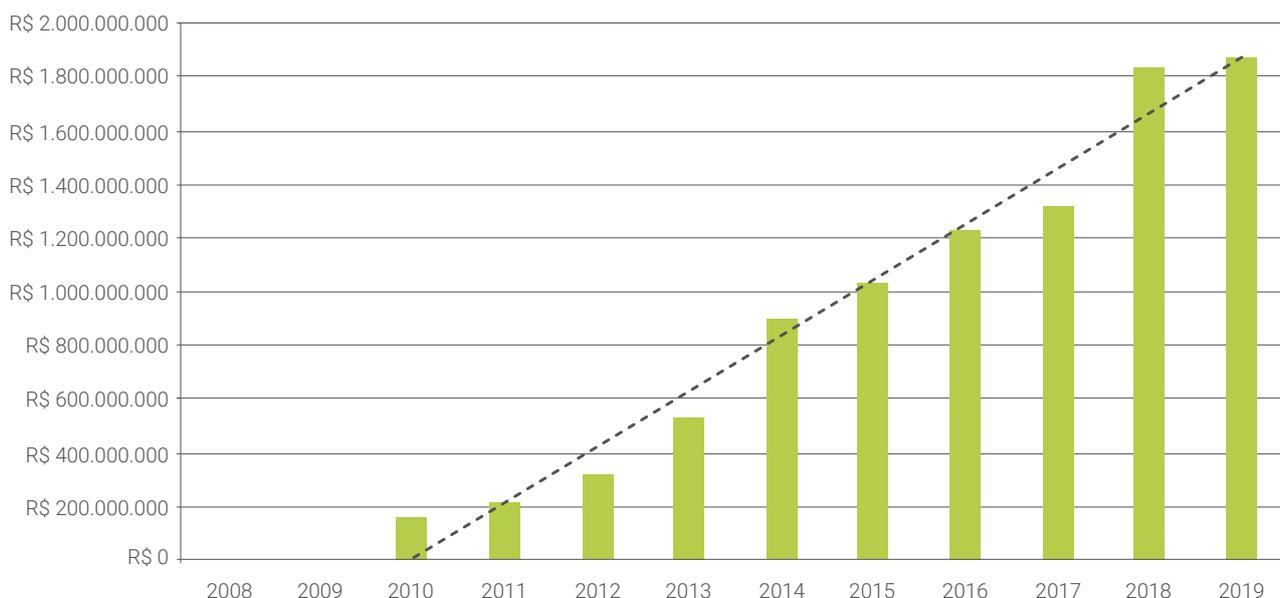
**Gráfico 4 – Alocação de recursos por componente**



Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

O Gráfico 5 demonstra o empenho cumulativo dos recursos financeiros no período de 2010 a junho de 2019 e como a implementação cresceu particularmente nos anos de 2014 e 2018.

**Gráfico 5 – Empenho cumulativo dos recursos financeiros 2008 – 2019**

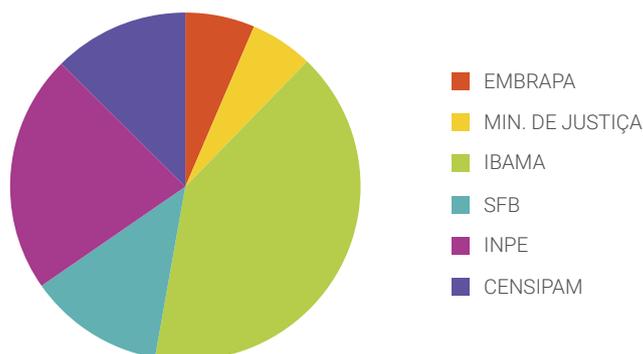


Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

### 4.1.1. PROJETOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS

O Fundo Amazônia apoiou, até julho de 2019, nove projetos referentes a de cinco órgãos federais. O valor total alocado para projetos deste setor é de R\$ 521.254.711,75, equivalente a 27,97% do total dos recursos alocados. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) recebeu quase 41% dos recursos alocados até agora. Outros beneficiários proponentes incluem o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Ministério de Justiça (MJ) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

Gráfico 6 – Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos do setor público federal



Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

Em geral, os projetos com órgãos públicos têm como objetivo aprimorar os serviços prestados pelas agências apoiadas. Isso significa que, na maioria dos projetos, os proponentes também são beneficiários diretos, mesmo que melhores serviços também beneficiem os “clientes” desses serviços. A Embrapa definiu os clientes do projeto apoiado como “pequenos agricultores, comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores artesanais e extrativistas”. Os outros órgãos foram menos específicos e definiram seus beneficiários como a “população da Amazônia Legal” ou “todas as pessoas e instituições que venham a utilizar as informações produzidas”. Na maioria dos casos, não foi possível verificar o número de beneficiários e quais grupos específicos foram apoiados, assim como os dados sobre quantos desses beneficiários são mulheres.

Uma melhor definição dos beneficiários é importante para enfatizar a legitimidade dos serviços prestados. Por exemplo, o apoio ao IBAMA é criticado por não atender ao critério de adicionalidade<sup>17</sup>. Não obstante a crítica, o apoio foi aprovado devido a reduções orçamentárias como consequência da Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016, a qual estabeleceu um teto de gastos para o setor público, que ameaçava enfraquecer a capacidade de atuação e monitoramento do órgão ambiental. Ao mesmo tempo, a volta, ao debate público, da velha suposta dicotomia entre desenvolvimento e conservação põe em questão a necessidade e a legitimidade das ações de monitoramento. Nessas condições, é importante enfatizar que a fiscalização, em geral, protege a parte do mercado e da economia que opera com respeito à legislação vigente – ambiental, fiscal e trabalhista – e reduz o risco que atividades ilegais prejudiquem os meios de vida de parte da população, a saúde pública etc.

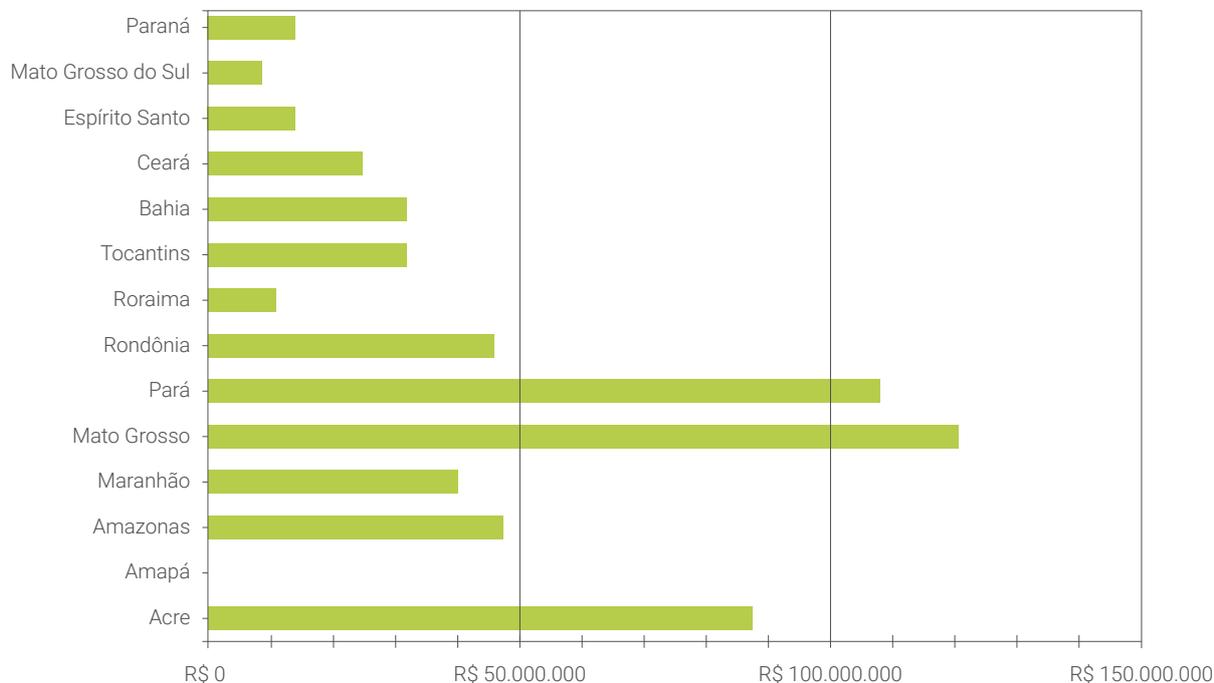
#### 4.1.2. PROJETOS COM OS ESTADOS

O Fundo Amazônia aprovou 27 projetos com órgãos públicos estaduais. Desse total, cinco projetos foram cancelados. A falta de capacidade institucional para implementar

17 O COFA aprovou uma medida de excepcionalização à condicionante de adicionalidade de recursos na Amazônia Legal. Essa exceção previa que projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), e projetos relacionados ao apoio aos estados poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos. Para tanto, faz-se necessário uma consulta formal ao Ministério do Meio Ambiente e a apresentação da declaração do referido órgão/instituição proponente no sentido de que inexistem fontes de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração são documentos obrigatórios e conjuntos à proposta protocolada formalmente no BNDES, o qual verifica, para fins de enquadramento, aderência à condicionante no âmbito dos contratos de doação ao Fundo Amazônia.

os projetos e a rotatividade dos governos estaduais foram fatores para o cancelamento dos projetos<sup>18</sup>. O valor alocado nos 22 projetos restantes com entes estaduais totaliza R\$ 577.766.547,17, equivalente a 31,06% do total dos recursos alocados pelo Fundo Amazônia. O Gráfico 7, a seguir, demonstra o equivalente em recursos apoiado para cada um desses projetos.

**Gráfico 7 – Projetos financiados pelo Fundo Amazônia – Alocação dos recursos aos estados**



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

Os projetos com os estados são, principalmente, de apoio para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento e incêndios florestais, mas existem também algumas iniciativas estruturantes para promover o desenvolvimento sustentável, como o projeto Mato Grosso Sustentável e o Programa Municípios Verdes do estado do Pará. Seria estratégico que o Fundo Amazônia buscasse, junto aos estados, oportunidades para ampliar seu apoio a essas iniciativas estruturantes.

O Fundo Amazônia também apoiou a implementação do CAR nos estados da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, com um valor de mais de R\$ 93 milhões, quase 16% do total do apoio destinado aos estados. Já o estado do Amapá teve seu único projeto com apoio do Fundo Amazônia cancelado por falta de capacidade de implementação. Consequentemente, o estado do Amapá consiste no único da Amazônia Legal que não recebeu apoio do Fundo até então.

Os estados fora da Amazônia Legal foram apoiados com base na legislação que criou o Fundo Amazônia, a qual estabelece, no seu Artigo 1, que “poderão ser utilizados até 20% dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais” (BRASIL, 2008). Para propostas nesse sentido, o Fundo Amazônia funcionou como “balcão” sem indução ativa de propostas. Essa observação é relevante porque, do ponto

18 Segundo entrevista realizada com equipe do Fundo Amazônia/BNDES.

de vista de possível “vazamento” de desmatamento para outras regiões do país, o apoio para a gestão ambiental nos municípios de produção de grãos no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a chamada região “Matopiba”, teria sido estratégico. Segundo apurado junto ao Fundo Amazônia, os acordos com os estados da Bahia e do Tocantins incluem os produtores da agricultura familiar nas regiões de produção de agronegócio. O novo projeto com o estado do Maranhão, atualmente sob apreciação do Fundo, também inclui os municípios na região de produção de grãos no sudeste do estado. Faltaria, portanto, somente a região de produção de grãos no Piauí.

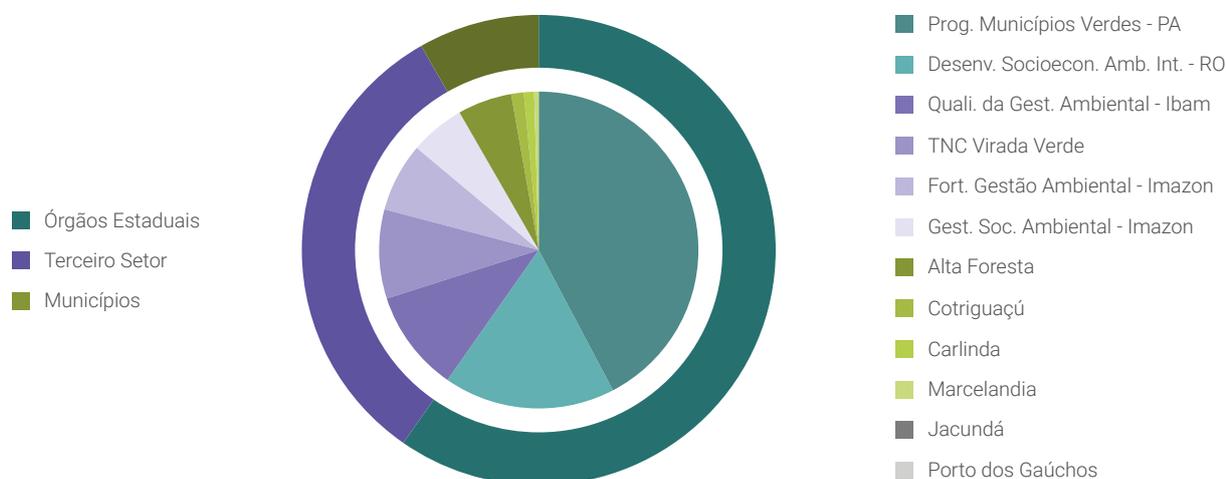
### 4.1.3. PROJETOS COM GOVERNOS MUNICIPAIS

O Fundo Amazônia chegou a aprovar dez projetos de governos municipais. No entanto, três foram cancelados. O valor total alocado nos projetos de entes municipais não chega a R\$ 15 milhões, o que representa menos que 1% dos recursos alocados. O apoio envolve cinco municípios mato-grossenses e somente um município paraense.

O número de projetos com municípios é reduzido, entre outras razões, por causa da decisão do COFA, em 2016, de apoiar os municípios por meio de projetos com os estados. A justificativa para essa decisão é a fragilidade da maioria dos governos municipais em termos de capacidade para implementar um projeto do Fundo Amazônia, mas também a alta rotatividade dos governos e dos responsáveis pela implementação que prejudica a sustentabilidade dos resultados.

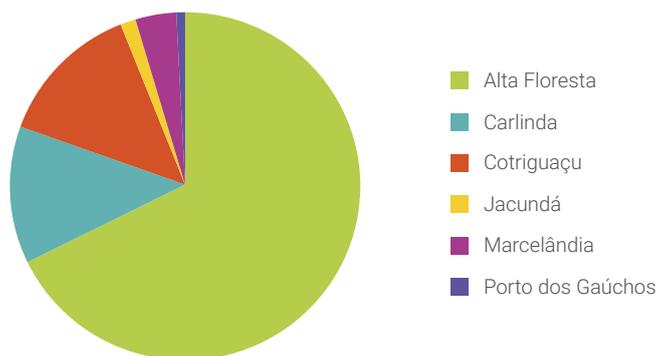
Além do apoio por meio de projetos com os governos estaduais, a gestão municipal também foi fortalecida pelo Fundo Amazônia por meio de projetos do Terceiro Setor. Isso demonstra sinergia e complementaridade na implementação de políticas públicas envolvendo diferentes atores que trabalham juntos para implementar políticas de Estado. O Gráfico 8 mostra que grande parte do apoio para municípios foi implementado por projetos com governos estaduais (60%) e por organizações do Terceiro Setor (32%). Somente 8% do apoio para municípios foi implementado por governos municipais.

**Gráfico 8 – Projetos com foco gestão municipal**



Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

Gráfico 9 – Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos a governos municipais



Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

Exemplos de projetos conduzidos por organizações da sociedade civil com foco na gestão municipal são o Programa de Qualificação da Gestão Ambiental, implementado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), assim como o Projeto Socioambiental de Municípios do Pará, implementado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Esse último apoiou os municípios de Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Moju, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis.

No que se refere aos projetos realizados por governos municipais, a avaliação do projeto Olhos D’Água da Amazônia, do município de Alta Floresta/MT demonstrou o potencial de parcerias com os governos municipais no combate ao desmatamento e na geração de renda para produtores da agricultura familiar. Segundo a avaliação, a regularização ambiental dos produtores envolvidos resultou na manutenção de faixas de APP além das requisitados pela legislação. Permitiu, ainda, que o governo municipal pudesse criar uma Política Municipal de Meio Ambiente e um Fundo Municipal de Meio Ambiente, que é abastecido com recursos de multas ambientais (ANACHE; TONI; MAIA; QUEIROZ, 2016).

Esse projeto possibilitou também a elaboração, pelo Ministério Público de Mato Grosso, de termos de ajustamento de conduta (TACs) e a aprovação do Código de Meio Ambiente do município e do Código de Arborização Urbana. Além desses impactos diretos, também foram identificados impactos indiretos, como uma parceria formal com o Sindicato Rural e um acordo com a rede McDonalds para compra de carne de dois fornecedores de Alta Floresta. A reputação e a competência técnica desenvolvida localmente também foram fatores que abriram caminhos para captação de recursos financeiros de outras fontes, tais como Fundação Moore, Fundo Vale e Althelia Climate Fund. Por fim, o apoio à promoção da meliponicultura e a produção de mel de abelhas tem gerado, mesmo ainda em fase inicial, renda para produtores envolvidos.

Essa experiência demonstra a importância da descentralização da gestão ambiental para o nível municipal e seu potencial no combate ao desmatamento e na geração de renda para a população mais carente. Sugere também a importância de manter uma abertura de apoio direto do Fundo Amazônia para municípios mais qualificados e comprometidos com os objetivos do Fundo.

#### 4.1.4. PROJETOS COM UNIVERSIDADES

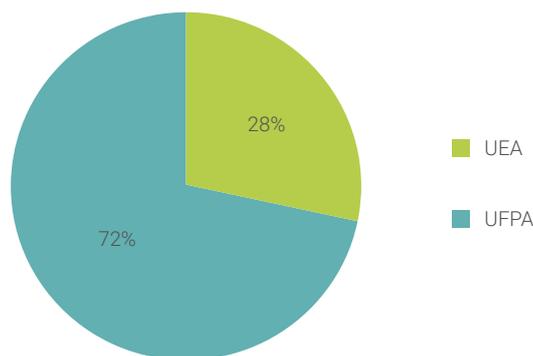
O apoio a universidades inclui seis projetos com apenas duas universidades: um projeto com a Universidade Estadual da Amazônia (UEA) e cinco projetos com a Universidade Federal do Pará (UFPA). O valor total alocado para esses projetos foi de R\$ 16 milhões, equivalente a menos de 1% do valor total empenhado. Quase 72% do total alocado para projetos com universidades beneficiou a UFPA.

Segundo representantes do Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social (BNDES) entrevistados, o apoio à pesquisa científica foi debatido no âmbito do COFA e foi considerada a possibilidade de apoio a um projeto estruturante ou uma chamada específica destinada à pesquisa científica. Houve, inclusive, articulação preliminar junto à Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mas até então essa articulação não resultou em apoio concreto. Há de se reconhecer, também, que pesquisa científica não é exclusiva das universidades. No portfólio do Fundo Amazônia há mais quatro projetos classificados no Componente 4 - Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos, quais sejam:

- a)** Projeto Integrado da Amazônia, implementado pela Embrapa e pela Fundação Eliseu Alves, com objetivo de promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução dos projetos das unidades descentralizadas da Embrapa, selecionados por meio de chamada interna;
- b)** Projeto Inventário Florestal Nacional - Amazônia, implementado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com o objetivo de realizar o inventário florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca de recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região;
- c)** Projeto Museu da Amazônia (MUSA), com objetivo de implantar o MUSA e um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta; e
- d)** Projeto Mamirauá, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Idsm), com o objetivo de apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã utilizando pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos em temas envolvendo agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento.

É importante observar que a inclusão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) como membro do COFA é relevante na representatividade do setor na governança do Fundo Amazônia. No entanto, isso não foi traduzido em apoio a instituições de pesquisa e produção de conhecimento. Uma recomendação para ampliar o apoio a esse setor seria a de que o Fundo incentive um modelo de parceria no qual projetos que não são de pesquisa propriamente possam agregar componentes de pesquisa aplicada relevantes e alinhados a objetivos do projeto, permitindo a produção de evidências que possam embasar decisões e potencializar resultados do projeto e das políticas apoiadas por eles. Além disso, a realização de uma chamada pública voltada para pesquisa poderia focar em temas estratégicos.

**Gráfico 10 – Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos a universidades**

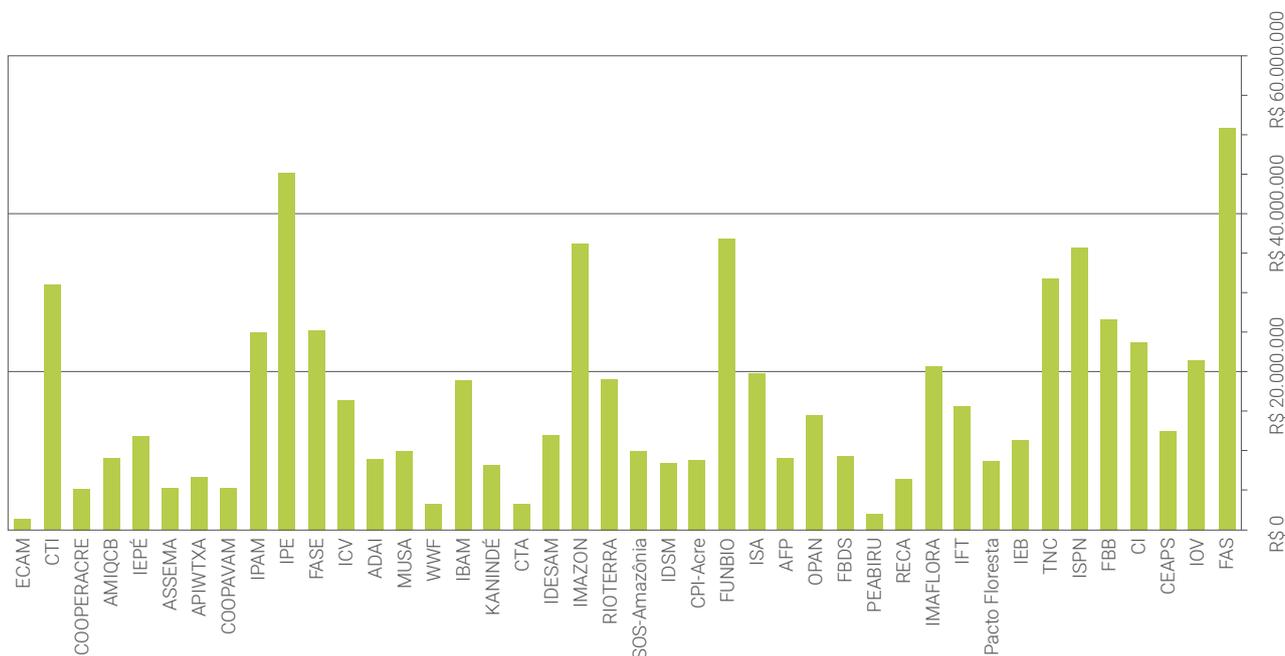


Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

### 4.1.5. PROJETOS COM O TERCEIRO SETOR

O apoio ao Terceiro Setor é bastante diverso. Até o momento, 58 projetos foram apoiados envolvendo 42 instituições diferentes, incluindo organizações locais, nacionais e até internacionais. Essas últimas, no entanto, atuam no Brasil através de suas filiais nacionais. Algumas das organizações mais consolidadas tiveram dois projetos apoiados, como é o caso da Fundação Amazonas Sustentável (FAS); Fundação Banco do Brasil (FBB), Instituto Ouro Verde (IOV); The Nature Conservancy do Brasil (TNC); Instituto Floresta Tropical (IFT); Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora); Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); Operação Amazônia Nativa (OPAN); Instituto Socioambiental (ISA); Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO); Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre); Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – Rioterra; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); e Centro de Trabalho Indigenista (CTI), e uma organização, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) teve três projetos aprovados. O valor alocado a este setor foi de R\$ 706.352.997,71 ou 37,97% do total empenhado até o presente.

**Gráfico 11 – Projetos financiados pelo Fundo Amazônia - Alocação dos recursos para o Terceiro Setor**



Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

Vale ressaltar que o termo “terceiro setor” é muito amplo e envolve diferentes tipos de organizações e, por conseguinte, beneficiários<sup>19</sup>. Para demonstrar essa diversidade, distinguimos em termos práticos diversas abordagens compreendidas na lista dos projetos apoiados por organizações, sobre as quais destacamos as seguintes características:

- a)** Organizações com orientação científica, como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Idsm); o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS);
- b)** Organizações com orientação operacional, como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), criada para implementar políticas estaduais; o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO); e a Fundação Banco do Brasil (FBB);
- c)** Organizações com foco em capacitação, como o Instituto Floresta Tropical (IFT); o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM);
- d)** Organizações com foco em organização social, como a Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB); Associação Ashaninka do Rio Amônia - Alto Juruá (Apiwtxa) e a Associação em áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema);
- e)** Organizações com foco em organização produtiva, como a Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM); Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (COOPERACRE);
- f)** Organizações com foco em meio ambiente, como a The Nature Conservancy (TNC), Conservação Internacional (CI), e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), todos representados por suas filiais brasileiras;
- g)** Organizações com foco em advocacia e empoderamento, como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Apesar da “tipologia” apresentada acima ter o intuito de demonstrar a diversidade do grupo descrito como Terceiro Setor, é interessante observar que algumas das organizações apoiadas têm seus detentores de interesse bem definidos, como é o caso das cooperativas e das organizações sociais, enquanto outras organizações têm um público alvo mais amplo, como é o caso das organizações com foco operacional. Considerando o apoio significativo do Fundo Amazônia a esse setor, torna-se particularmente importante ressaltar essa diversidade. Ademais, vários projetos conduzidos por organizações da sociedade civil tiveram como objetivo apoiar a implementação de políticas públicas, em particular o CAR e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Observa-se que o termo “aglutinador” propõe diferentes abordagens adotadas pelo Fundo Amazônia. Em alguns casos, os proponentes de projeto definem de antemão quem serão suas instituições aglutinadas, que funcionam como parceiros do projeto.

19 Há uma vasta literatura sobre tipos de organizações não-governamentais (ONGs), seu papel e função. Já em 1989, o Banco Mundial distinguiu cinco tipos de ONGs em um contínuo de público privado: associações comunitárias; grupos de *advocacy*, fornecedores de serviços; empreiteiros sem fins lucrativos e cooperativas. Disponível em: Salmén, Lawrence and Eaves, Paige (1989). *Between Public and Private. A review of non-governmental organization involvement in World Bank Projects.* /country World Bank, Country Economics Department, Public Sector Management and Private Sector Development Division, 06/16/89, pp. ii-iii. Outros documentos citados com frequência sobre o papel de organizações não governamentais são: OECD (1988). *Voluntary Aid for Development. The role of non-governmental organizations, Organisation for Economic Co-operation and Development*; OECD, Paris, 1988 e Mezzalama, Francesco e Schumm, Siegfried, (1993). *Working with NGOs: Operational Activities for Development of the United Nation System with Non-Governmental Organizations and Governments at the Grassroots and National Levels.* UN Joint Inspection Unit, Geneva.

Em outros, o proponente de projeto se compromete a definir as instituições aglutinadas após a realização de uma chamada pública interna. Além dos projetos aglutinadores coordenados por organizações do Terceiro Setor citadas acima, a Embrapa também realizou uma chamada interna para contratação de pesquisadores.

Segundo a equipe do Fundo Amazônia, o objetivo das chamadas em que os parceiros são selecionados posteriormente é ampliar o leque de organizações apoiadas para incorporar outros parceiros que, a priori, não estariam no radar do Fundo. Os dois modelos são complementares e necessários. A chamada dá acesso a organizações que não teriam acesso direto ao Fundo e permite ao BNDES conhecer instituições que antes seriam “invisíveis” ao Banco.

Há também uma diferença quanto ao escopo dos projetos entre os dois tipos de aglutinadores. No caso de projetos de aglutinação sem chamada, os proponentes trabalham com entidades aglutinadas com projetos maiores e mais robustos. No caso de chamadas para parceiros, os projetos são menores, até pelo fato dos proponentes estarem lidando com instituições que não necessariamente tem conhecimento prévio. Dentro da gama de projetos aglutinadores, há exemplos de colaboração entre aglutinador e aglutinados que resultaram na capacitação dos últimos a acessarem outros recursos. Esse foi o caso de aglutinadas do IOV que posteriormente conseguiram acessar recursos através de outros aglutinadores, como ISPN e FBB. Há também casos em que aglutinadas são “promovidas” e se tornam proponentes de projetos<sup>20</sup>.

**Quadro 1 – Lista de instituições aglutinadoras e seus projetos**

FBB I
FBB II
ISPN I - Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia
ISPN II - Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) - Calha Norte Sustentável
Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça - Concretizar
Instituto Peabiru - Néctar da Amazônia
Operação Amazônia Nativa (OPAN) - Araipaima Redes Produtivas
Instituto Socioambiental (ISA) - Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu
Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) - Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre
Associação SOS-Amazônia - Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros
Federação de órgãos para assistência social e educacional (FASE) - Fundo Dema
Associação em Áreas de assentamento no estado do Maranhão (Assema) - APL Babaçu
Cooperativa central de comercialização extrativista do estado de Acre (COOPERACRE) fortalecendo a economia de base florestal sustentável
Associação do centro de tecnologia alternativa (CTA) - cadeias de valor da agricultura familiar no estado de mato grosso
Cooperativa dos agricultores do vale do amanhecer (COOPAVAM) - sentinelas da floresta
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) - Legado Integrado da Região Amazônica (“Lira”)
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) - Amazônia Agroecológica

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

20 Entrevista realizada com equipe do Fundo Amazônia em 13/06/2019.

Por outro lado, também há casos em que aglutinadas dificilmente teriam condições de prescindir de um apoio mais estruturado dos aglutinadores. Isso depende do nível de gestão administrativa e financeira dessas instituições, mas muitas vezes também da forma como o projeto foi concebido. É importante que o Fundo Amazônia monitore as relações aglutinador-aglutinado para garantir que ocorra a devida troca de aprendizados e que, ao final do projeto, as aglutinadas tenham saído fortalecidas. O curto, médio e longo prazo pode-se pensar em uma estratégia de capacitação de aglutinadas que contribua com o acesso delas a financiamento não só pelo Fundo Amazônia, mas também por outras fontes, o que contribuiria, em última instância, para o fortalecimento da governança socioambiental da Amazônia e o empoderamento de organizações locais e de base.

Sob o ponto de vista do custo de transação do BNDES como gestor do Fundo Amazônia, é mais estratégico o apoio a instituições com menor capacidade institucional através de aglutinados. Além disso, considera-se que o Fundo teve resultados significativos no aumento de capilaridade com os projetos aglutinadores. Nesse sentido, trata-se de uma solução ganha-ganha, tanto para o gestor quanto para os beneficiários do Fundo, que deve aprimorar a abordagem de aglutinadores, estabelecendo critérios específicos para garantir o empoderamento das aglutinadas através das chamadas públicas e investindo em sinergias com outros financiadores com perfil similar.<sup>21</sup>

#### 4.1.6. PROJETO INTERNACIONAL

Por fim, o Fundo Amazônia apoiou uma iniciativa internacional com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), no valor de quase R\$ 24 milhões, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países membros da organização. Nesse caso, apesar do projeto ser formalmente contabilizado como o único com abordagem internacional, atividades foram majoritariamente ligadas ao fortalecimento da gestão ambiental implementada pelo setor público nos países membros da OTCA, formada por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O projeto também possui um enfoque importante na construção de capacidade institucional desses órgãos e de transferência de conhecimento e tecnologia entre o Brasil e os outros membros da organização através de uma estratégia de cooperação regional.

## 4.2. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Considerando as características de apoio aos setores citados, destacamos algumas observações:

- O papel do setor privado – O Fundo Amazônia não inclui apoio direto ao setor privado. No entanto, para promover a produção sustentável, o envolvimento do setor é de

21 Parceiros como Fundação Ford e Fundação Moore poderiam ser abordados sobre iniciativas voltadas para capacitação de organizações da sociedade civil locais, de base e menor porte.

suma importância, mesmo de forma indireta, por razão da complexidade de doação de recursos públicos para fins privados. A análise do potencial de ação conjunta é essencial para que se avance nesse aspecto, mas iniciativas já em curso na Amazônia Legal para promover pecuária e a produção de grãos de maneira sustentável podem contribuir com o Fundo nessa agenda. O BNDES possui uma proposta preliminar de apoio ao setor privado, a qual ainda precisa de amadurecimento, discussão e aprovação do COFA. A inserção do setor se daria dentro do Componente 4 do Fundo Amazônia, relacionado a instrumentos econômicos.

- Apoio a universidades, União e municípios – Por diversas razões, o número de beneficiários-proponentes nos setores universidades, União e municípios ainda é limitado. No caso das instituições acadêmicas, o Fundo Amazônia está avaliando a possibilidade de apoio por meio de uma chamada específica ou por meio de um projeto estruturante. No caso dos municípios, o Fundo estabeleceu que, por causa da fragilidade de muitos governos municipais, o apoio é fornecido via projetos com estados. Entretanto, as experiências com os municípios demonstram a importância do envolvimento dos governos municipais. Ações no nível de governos municipais podem ter impactos significativos em relação à redução do desmatamento e à geração de renda para populações mais carentes. O Fundo deve, portanto, avaliar alternativas para envolver governos municipais de forma direta.

Com respeito ao apoio a órgãos da União, a Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016 reduziu o acesso dos órgãos federais ao Fundo Amazônia. Vale citar que, nesse setor, Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram indiretamente beneficiados. No caso da Funai, isso se deu através da Chamada Pública para Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas. No caso do ICMBio, através do apoio ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), implementado pelo FUNBIO com objetivo de criação e consolidação de áreas protegidas.

- Apoio fora da Amazônia Legal – O Fundo Amazônia apoiou estados fora da Amazônia Legal – Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraná –, principalmente com a implementação do CAR. O presente estudo não avaliou essas iniciativas, mas na lógica da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+), um foco maior do apoio para evitar o risco de deslocamento das emissões e o aumento da conversão de áreas do Cerrado teria sido estratégico. Isso incluiria, principalmente, o Cerrado nos estados de Mato Grosso (atualmente não atendido), Piauí, Goiás e Minas Gerais para evitar o risco de “vazamento” de emissões. O Fundo pode, em cooperação com os governos estaduais do bioma Cerrado avaliar o risco de deslocamento das emissões e as possíveis ações a serem apoiadas pelo Fundo Amazônia para reduzir esse risco.

### 4.3. BENEFICIÁRIOS

Os Relatórios de Avaliação do Fundo Amazônia (RAFA) apresentam atualizações anuais sobre a carteira de projetos apoiados e seu monitoramento, bem como dados de extrema relevância para a análise de repartição de benefícios. No entanto, no que tange a detalhes sobre os beneficiários dos projetos, em geral, esses dados não são desagregados por

raça (no caso de indígenas ou quilombolas), gênero e número de pessoas beneficiadas por grupos sociais compreendidos no escopo dos projetos. A falta de sistematização e disponibilização desses dados afeta diretamente a capacidade de análise deste estudo. Nesse sentido, este relatório baseia-se em dados existentes, mesmo que por vezes limitados, incompletos e imprecisos, e na obtenção de dados complementares através da realização de entrevistas.

É necessário reconhecer que contabilizar beneficiários de uma intervenção, seja direto ou indireto, não é tarefa fácil. Como exemplo dessa complexidade, podemos citar projetos de apoio à coleta de sementes que tendem a considerar como seus principais beneficiários os coletores e não a rede dos atores envolvidos na cadeia, incluindo, em muitos casos, produtores do agronegócio com passivo ambiental a ser restaurado. Outra dificuldade, nesse contexto, é a distinção dos diferentes grupos de beneficiários. Um mapeamento compreensivo de grupos sociais no Mato Grosso identificou 42 grupos sociais no estado, além das diferentes populações e etnias indígenas (SILVA; SATO, 2010). Há povos ou comunidades cuja identidade “emerge de uma vinculação de espaço temporal e cultural com um território que muitas vezes incide numa identidade étnica (indígenas, quilombola, etc.), vinculada a um ecossistema específico (geraizeiros, barranqueiros, veredeiros etc.), ou mesmo a alguma atividade agroextrativista (babaqueiros, seringueiros, quebradeiras de coco etc.)” (RODRIGUES; GUIMARÃES; COSTA, 2011). Nesse contexto, a recomendação, portanto, é que o Fundo Amazônia invista mais na sistematização dos beneficiários das iniciativas apoiadas.

### 4.3.1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

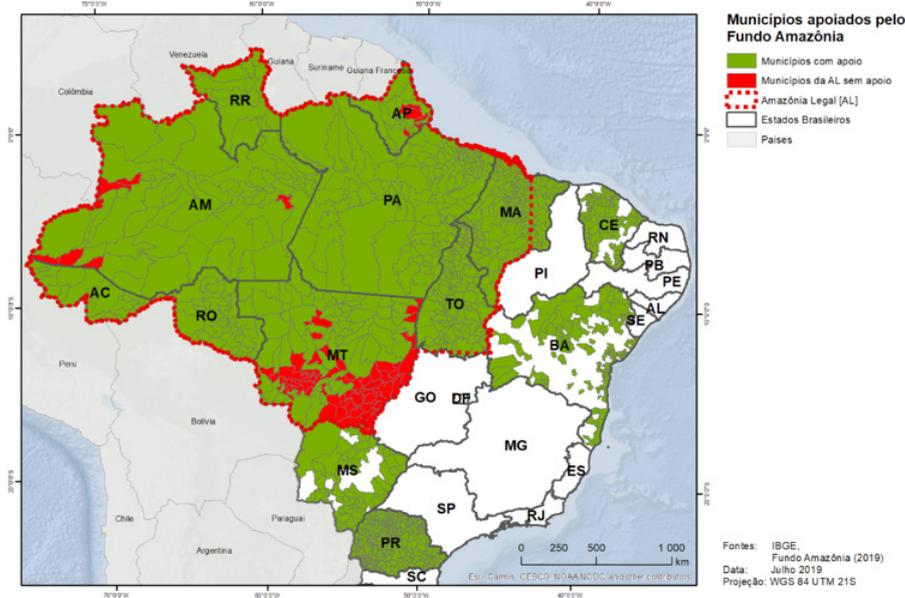
Para onde foi o apoio do Fundo Amazônia: quais estados e municípios, quais biomas e que tipos de municípios em termos de riqueza e taxas de desmatamento? O presente capítulo busca mostrar a distribuição geográfica do apoio e avaliar se é possível descobrir uma correlação entre a localização do apoio e o desmatamento ou a carência da população que habita o território.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia Legal é composta de 772 municípios<sup>22</sup>. Desse total, somente seis receberam apoio direto do Fundo Amazônia, ou seja, foram propriamente os proponentes de projetos. Incluindo esses seis, um total de 543 municípios foram beneficiados com iniciativas financiadas pelo Fundo Amazônia dentro de sua jurisdição. Isso corresponde a mais de 70% dos municípios da Amazônia Legal, o que demonstra que o Fundo possui uma presença forte na região.

Além dos municípios na Amazônia Legal, o Fundo também apoiou a implementação do CAR nos estados da Bahia, do Ceará e do Mato Grosso do Sul, beneficiando um total de 635 municípios, sendo 161 na Bahia, 107 no Ceará, 68 no Mato Grosso do Sul e 399 no Paraná. O Mapa 1 mostra a distribuição dos municípios apoiados, evidenciando que os que não se beneficiaram do Fundo Amazônia concentram-se na região de transição entre floresta e Cerrado no estado do Mato Grosso.

22 IBGE. Cadastro de Municípios localizados na Amazônia Legal. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>

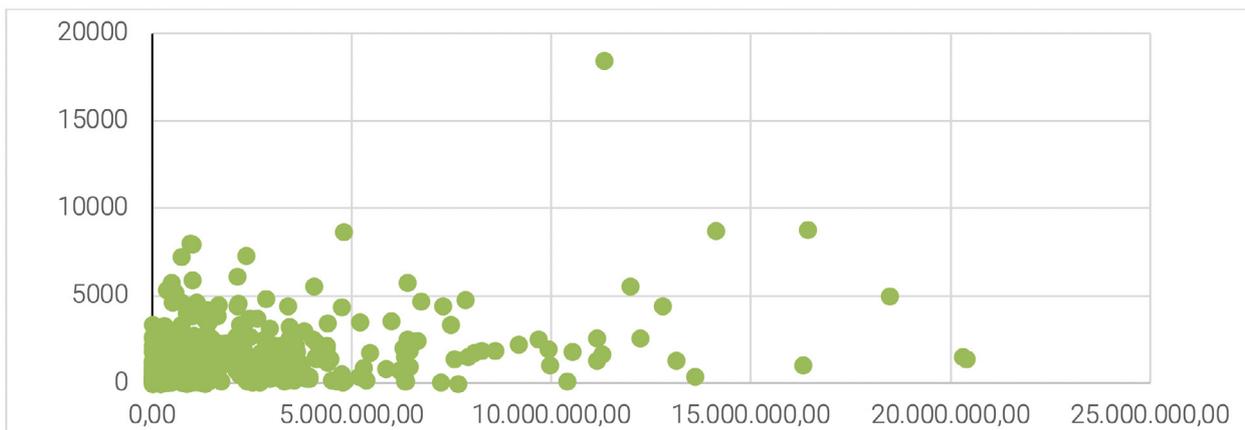
Mapa 1 - Municípios beneficiados pelo Fundo Amazônia



Fonte: Philipp Mack (2019), com dados do IBGE e Fundo Amazônia.

Há uma razoável correlação positiva<sup>23</sup> entre o nível de desmatamento acumulado em quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) por município e apoio do Fundo Amazônia<sup>24</sup>, como demonstrado no Gráfico 12. Essa correlação provavelmente só não é maior por causa do apoio à Gestão de Terras Indígenas, à implementação de Unidades de Conservação (UCs) e aos projetos de produção sustentável para manter a floresta em pé localizados em municípios com baixas taxas de desmatamento. Ademais, o universo muito amplo de municípios apoiados, independente do desmatamento passado ou ameaça atual, também pode ter reduzido a correlação. Não obstante, o apoio fornecido mostra uma relação razoável com o desmatamento atual e passado.

Gráfico 12 – Correlação entre o desmatamento acumulado (em km<sup>2</sup>) por município e apoio do Fundo Amazônia (em R\$) para municípios da Amazônia Legal, excluídos os municípios sem dados do Prodes e capitais dos estados

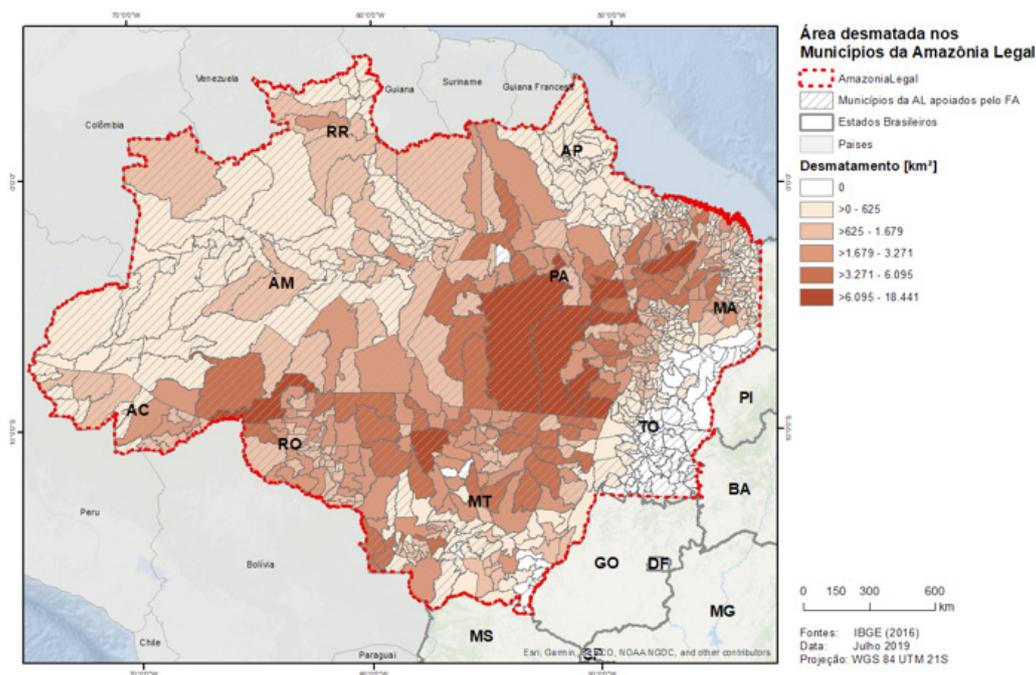


Fonte: Elaboração dos autores, com dados do IBGE e FA.

23 De 0,37.

24 Excluídos os municípios do Cerrado para os quais o Prodes não recolhe dados e as capitais dos Estados.

Mapa 2 – Apoio do Fundo Amazônia e desmatamento (em km<sup>2</sup>) por município



Fonte: Philipp Mack (2019), com dados do IBGE e INPE.

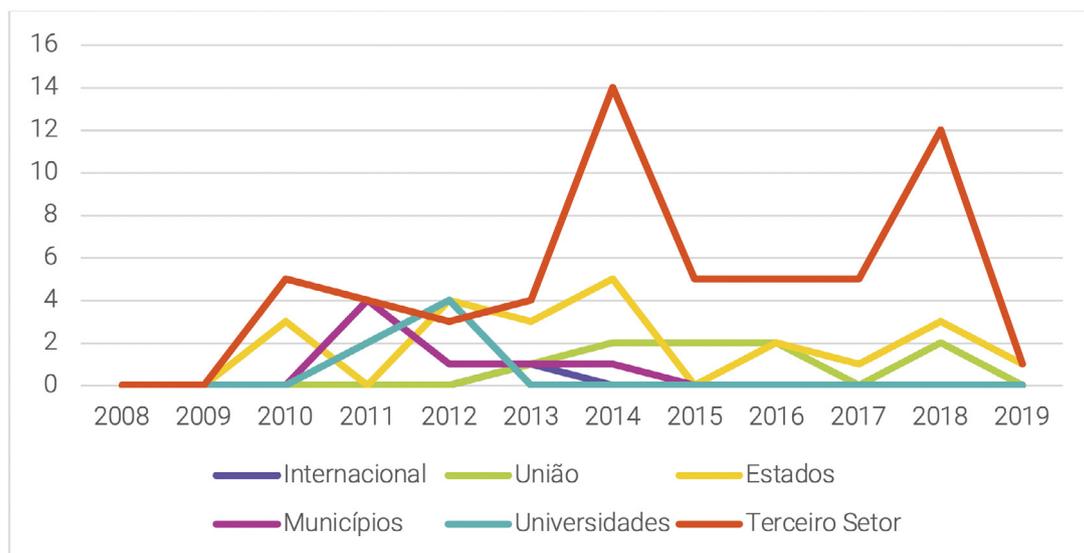
Esse resultado combina com os critérios definidos pelo COFA para a priorização de apoio no biênio 2011-2012: (i) municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento; (ii) projetos realizados nos municípios sobre área de influência de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e (iii) projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal<sup>25</sup>. Ademais, a linha do tempo dos projetos apoiados também sugere que o foco principal foi nos municípios da fronteira agrícola e com altas taxas de desmatamento. Os projetos da TNC (Virada Verde) e do Imazon (Gestão Socioambiental de Municípios do Pará), por exemplo, estão entre os primeiros projetos apoiados e incluíram claramente municípios com taxas altas de desmatamento<sup>26</sup>.

O Gráfico 13 mostra o número de projetos contratados por ano e por setor e demonstra que, até o presente, houve dois picos de contratação em 2014 e 2018. Esses picos representam altos na contratação de projetos do Terceiro Setor e também projetos com estados. Pode-se observar que a contratação de municípios e de universidades se concentra nos anos de 2010 e 2011 e é descontinuada respectivamente em 2014 e 2013. Em termos de valores contratados (Gráfico 14), os mesmos picos de 2014 e 2018 aparecem, mas representam altos valores contratados de projetos não só do Terceiro Setor, mas também de estados e da União.

25 De acordo com o RAFA 2009.

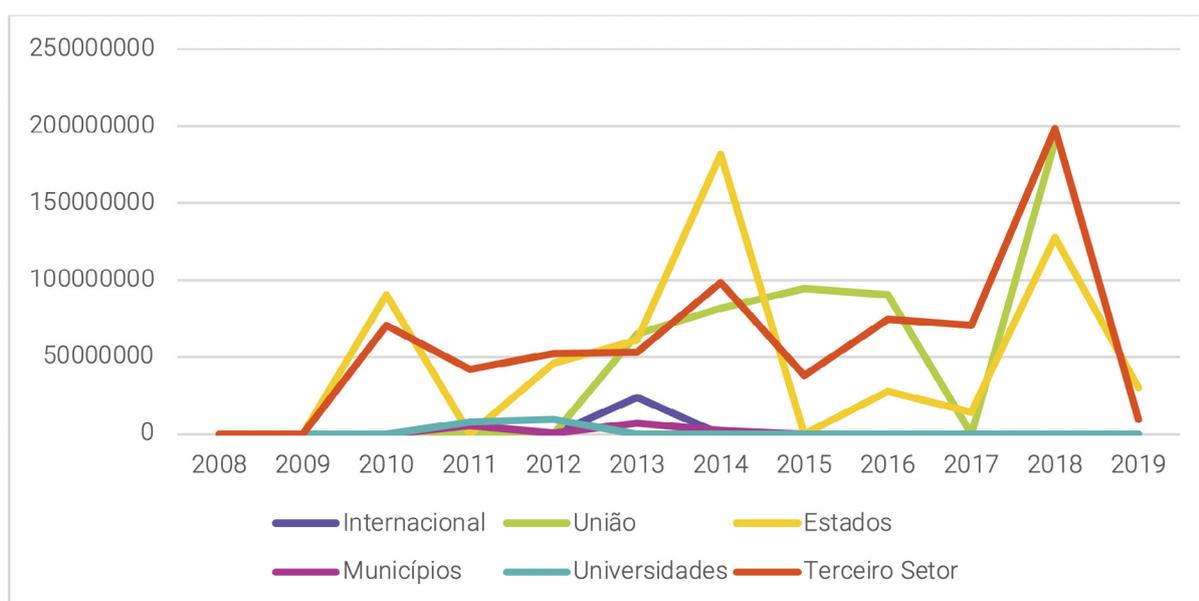
26 O projeto Virada Verde trabalhou nos municípios de Bannach (PA), Cumaru do Norte (PA), Ourilândia do Norte (PA), São Félix do Xingu (PA), Tucumã (PA), Campos de Júlio (MT), Cotriguaçu (MT), Jurueña (MT), Nova Mutum (MT), Nova Ubiratã (MT), Sapezal (MT) e Tapurah (MT). A iniciativa Gestão Socioambiental de Municípios do Pará do Imazon incluiu 11 municípios no Estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis.

**Gráfico 13 – Número de projetos contratados por ano por setor**



Fonte: Elaboração dos autores, com dados do Fundo Amazônia.

**Gráfico 14 – Valor de projetos aprovados por ano e por setor**



Fonte: elaboração dos autores, com dados do FA.

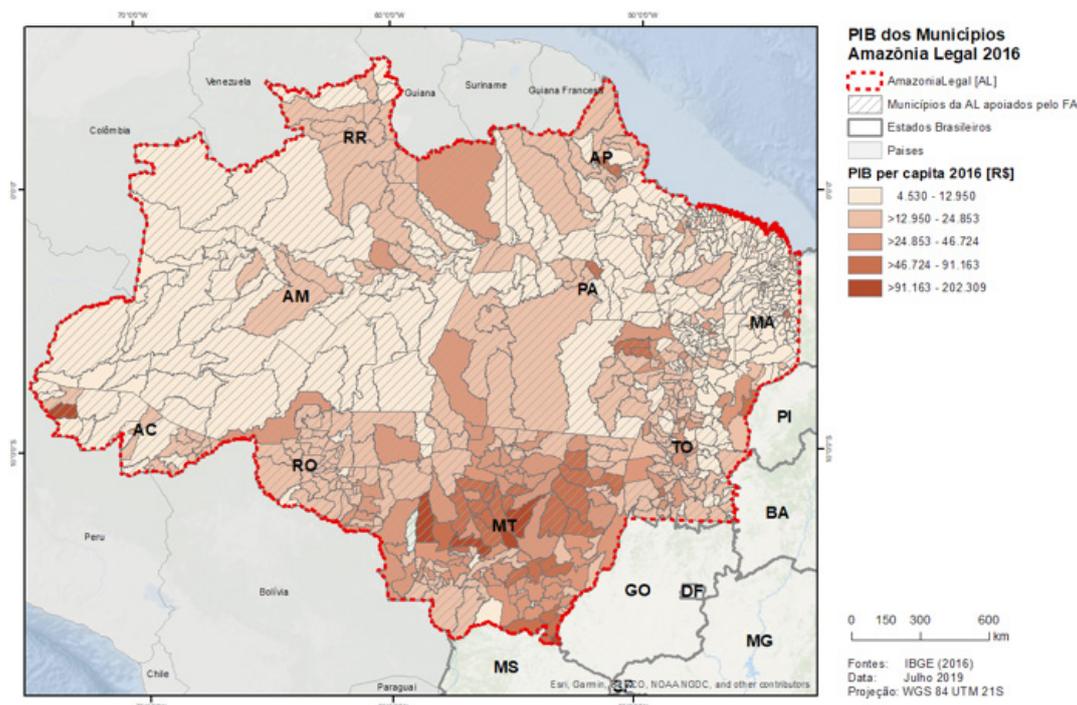
### Distribuição de recursos e relação com PIB per capita de municípios

Em termos gerais, os municípios mais pobres estão localizados no interior da Amazônia Legal e nas áreas de transição no estado do Maranhão<sup>27</sup>, enquanto os mais ricos estão localizados nas áreas de produção agrícola no Mato Grosso<sup>28</sup> (Mapa 3).

27 Dos 50 municípios mais pobres, 41 são municípios maranhenses

28 Dos 50 municípios mais ricos, 38 são municípios matogrossenses

Mapa 3 – PIB per capita dos municípios da Amazônia Legal em 2016



Fonte: Philipp Mack (2019), com dados do IBGE.

Este estudo verificou uma eventual correlação entre apoio do Fundo Amazônia e a riqueza relativa do município, medida por meio do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Relacionando o PIB per capita dos municípios com apoio do Fundo, não se evidenciou uma correlação significativa. Em outras palavras, a riqueza relativa dos municípios não determinou o apoio.

Obviamente, desse resultado não se pode concluir que o Fundo Amazônia não apoiou comunidades mais carentes. Vale observar que o PIB per capita dos municípios consiste em um indicador limitado e que a informação disponível e as avaliações já realizadas indicam claramente que, principalmente, os projetos do Componente Produção Sustentável buscam beneficiar as comunidades mais carentes. A avaliação do projeto Bolsa Floresta da Fundação Amazonas Sustentável, por exemplo, demonstra que comunidades de baixa renda e moradores de reservas extrativistas beneficiaram todas as cadeias produtivas apoiadas e agregaram valor aos produtos, com destaque para o artesanato. Contudo, a renda mensal per capita continua insuficiente para superar a linha de pobreza extrema (BRITO; FERREIRA; BUDI; RODEKIRCHEN; SÁ, 2018)..

### 4.3.2. DISTRIBUIÇÃO SOCIAL

Segundo dados fornecidos pelo BNDES oriundos do sistema de monitoramento do Fundo Amazônia, os projetos beneficiaram um total de 162.195 indivíduos, sendo 34.146 mulheres e 49.318 indígenas (Tabela 2). O Fundo apoiou 101 Terras Indígenas (TIs) e, com base em dados fornecidos pelos projetos individuais, foi possível identificar 60 TIs, abrigando mais de 80 etnias.

**Tabela 2 – Indivíduos diretamente beneficiados pelo Fundo Amazônia - Componente Produção Sustentável**

Mulheres	Indígenas	Total
34.146	49.318	162.195

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES. RAFA 2018.

O Fundo Amazônia beneficiou também 4.330 imóveis rurais com projetos de produção sustentável e 7.801 imóveis com assistência técnica. Além disso, mais de 746.905 mil produtores foram beneficiados por meio de inscrição de seus imóveis no CAR, totalizando uma área de mais que 90 milhões de hectares.

Foram capacitados 3.177 indivíduos dos quais 1.311 indígenas em atividades relacionadas à gestão de terras protegidas. Quase 6,1 mil servidores foram treinados, dos quais 776 mulheres. Ademais, o Fundo beneficiou também mais de 300 pesquisadores na Amazônia Legal (BNDES, 2019).

O monitoramento por grupo social é fundamental porque permitiria uma análise e sistematização mais detalhada da efetividade das atividades empregadas para promover o uso sustentável dos recursos naturais não-madeireiros e madeireiros da floresta. Com base nisso, por exemplo, o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) do ISPN identificou a demanda por regularização de pequenos empreendimentos comunitários e familiares e apoiou, nesse contexto, a elaboração de um guia de elaboração de projetos de agroindústrias comunitárias<sup>29</sup>.

### 4.3.3. DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA

A presente seção lista os principais beneficiários por Componente de apoio do Fundo Amazônia e avalia se as atividades propostas de fato incluíram todos os stakeholders necessários para alcançar os efeitos diretos e indiretos esperados. Os objetivos e efeitos diretos e indiretos esperados encontram-se no Quadro 2.

**Quadro 2 – Objetivo e efeitos indiretos e diretos do Fundo Amazônia**

Componente 1: Produção Sustentável	
Efeito Indireto	1. Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica
Efeito Direto	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas
	1.2 Cadeias dos produtos agrofloretais e da biodiversidade com valor agregado ampliado
	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade
	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica



29 LIMA, Sandra A. Kitakawa & VILAS-BÔAS, Jerônimo. Guia de elaboração de projetos de agroindústrias comunitárias. Brasília-DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 2a edição. 2018

## Componente 2: Monitoramento e Controle

Efeito Indireto	2. Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental
Efeito Direto	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas
	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades

## Componente 3: Ordenamento Territorial

Efeito Indireto	3. Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente
Efeito Direto	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas
	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada
	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas
	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) ampliadas

## Componente 4: Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos

Efeito Indireto	4. Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade
Efeito Direto	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados
	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES. RAFA 2018

### Componente 1 - Atividades Produção Sustentável

Segundo dados do Relatório de Atividades do Fundo (RAFA) de 2018, o apoio às atividades produtivas sustentáveis representava 26% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia. O conjunto de projetos apoiados nesse eixo abrange, por exemplo, atividades extrativistas, beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas, agricultura familiar, segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e turismo de base comunitária. Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha, sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e aça (BNDES, 2019).

A Tabela 3, a seguir, lista os principais resultados e beneficiários do Componente Produção Sustentável de acordo com o RAFA 2018. Os indicadores incluem, entre outros: número de indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis; organizações comunitárias fortalecidas; projetos apoiados por entidades aglutinadoras, imóveis rurais beneficiados com assistência técnica, unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares), área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares) e receita obtida com a comercialização de produtos *in natura* (R\$ mil).

**Tabela 3 – Beneficiários do Componente Produção Sustentável**

Indicadores de Produção Sustentável (Componente 1)	Até 2018 acumulado
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	24.236
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	878
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas)	2.544
Organizações comunitárias fortalecidas	434
Projetos de pequeno porte (até R\$ 150 mil) apoiados por entidades aglutinadoras*	2.659
Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras	91
Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	4.330
Imóveis rurais (famílias) beneficiados com assistência técnica	7.801
Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas	357
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total)	162.195
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres)	34.146
Área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares)	22.026.165
Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	12.274
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	9.679
Receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	98.369
Receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados (R\$ mil)	44.084

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

Os resultados resumidos na Tabela 3 sugerem grande capilaridade, impacto ambiental e econômico. Os beneficiários envolvem grande variedade de produtores. Como exemplo pode ser usado o Ppp-ecos, implementado pelo ISPN, cuja primeira fase envolveu 88 projetos com quilombolas, mulheres, populações indígenas, assentados, apicultores e outros. O Quadro 3 lista alguns exemplos oriundos desse programa.

**Quadro 3 – Descrição de alguns projetos apoiados pelo Ppp-ecos na Amazônia (Portfólio 2013-2017)**

**Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria – Projeto de Fortalecimento Ambiental e Produtivo: Preservando o Verde e a Vida nos Babaçuais.**

O clube reúne 35 mulheres quilombolas que fabricam produtos derivados de babaçu. O projeto tinha como objetivo consolidar essa indústria por meio de realização de pesquisa de mercado, organização de oficinas sobre o acesso aos mercados institucionais e realização de intercâmbio para conhecer experiências de comercialização.

**Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão CMTR-MA – Projeto Fortalecendo Experiências Econômicas das Trabalhadoras Rurais para o Uso Sustentável da Floresta, Agregando Valor aos Produtos Agroflorestais.**

O projeto contou com a participação de 70 famílias e envolveu cinco organizações comunitárias de Santa Inês, Santa Luzia e Zé Doca (MA). Esse projeto buscou fortalecer experiências econômicas protagonizadas por mulheres para o uso sustentável da floresta, a partir da agregação de valor e da comercialização de produtores agroflorestais.

**Associação Yarikayu – Projeto: Vigilância e Monitoramento Territorial e o Resgate das Plantas Alimentícias e Medicinais do Povo Yudjá.**

Esse projeto apoiou os Yudjá no resgate de espécies tradicionais medicinais e alimentícias e, em especial, de espécies de bambu utilizadas na confecção de flautas, cuja matéria prima estava inacessível há anos, e na extração de barros tradicionais utilizadas em suas cerâmicas.

**Associação Assentamento Santo Expedito II – Projeto: Central de Apoio ao Armazenamento e à comercialização da Agricultura Familiar.**

O projeto buscou melhorar as condições de vida de pequenos agricultores rurais, promovendo a produção agroecológica em uma área aproximada de 40 hectares e possibilitando o acesso de seus produtores a mercados municipais, regionais, institucionais e solidários da região de Nova Canãa do Norte.

**Associação dos Apicultores de Nova Olinda/TO (Aapino) – Projeto Consolidação da Cadeia Apícola na Região de Nova Olinda.**

O projeto apoiado envolveu 30 famílias e teve como objetivo consolidar e estruturar o arranjo produtivo local do mel produzido pelo Aapino. Para isso foram realizados cursos de capacitação em apicultura básica e em aprimoramento da produção, cursos em criação de abelhas sem ferrão, distribuição de materiais apícolas, reforma e aquisição de novo equipamentos para a Casa do Mel e do escritório e acompanhamento técnico-gerencial da associação.

*Fonte: ISPN (2017). Programa de Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia, Portfólio 2013 - 2017*

No contexto deste estudo, a principal questão é se o apoio a iniciativas locais de produção sustentável pode avançar o Efeito Indireto esperado de manter a floresta em pé por causa de sua importância na geração de renda. A experiência gerada indica que existem desafios, como a falta de capacidade da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a falta de políticas diferenciadas, por exemplo com respeito às normas sanitárias. Identificou-se também a falta de apoio e políticas para a comercialização dos produtos oriundos da floresta. Sabe-se que usualmente as políticas públicas conferem pouca atenção às questões diretamente relacionadas à articulação entre produção e comercialização, como coordenação das atividades e qualificação da produção, transporte, gestão, logística e práticas organizativas.

Essas observações sugerem que, para avançar o objetivo do Componente Produção Sustentável, há necessidade de preparar e ajustar melhor a estrutura de apoio, geralmente estadual, para a agricultura familiar e sua inserção no mercado formal. Sugere-se, em outras palavras, a necessidade de inclusão de secretarias estaduais responsáveis pela agricultura familiar e da atenção a questões estruturais relacionadas ao estabelecimento de um ambiente de negócios mais suscetível à produção.

## Componente 2 - Monitoramento e Controle

O Componente 2 - Monitoramento e Controle representava, no fim de 2018, 47% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia. Segundo o RAFA 2018, entre as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia, destacam-se: a) ampliação e fortalecimento do CAR como instrumento de gestão ambiental rural e de monitoramento do desmatamento dos estabelecimentos rurais; b) ampliação e aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo INPE e implantação de um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital a cargo do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) do Ministério da Defesa; e c) controle do desmatamento na Amazônia Legal mediante ações de fiscalização a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Os indicadores para o Componente Monitoramento e Controle incluem, entre outros, o número de órgãos ambientais fortalecidos; o número de servidores capacitados; o número de indivíduos capacitados em tecnologias de monitoramento; o número de imóveis rurais e a extensão das áreas inscritas no CAR; as áreas reflorestadas para fins de regularização fundiária; e o número de autos de infração lavrados. A Tabela 4 lista os resultados até final de 2018.

Os beneficiários-proponentes de projetos no Componente Monitoramento e Controle são principalmente órgãos federais e estaduais. Além disso, entidades do Terceiro Setor são incluídas com iniciativas de apoio a adequação de imóveis rurais no CAR e de fortalecimento da gestão ambiental municipal. Nesse contexto, parece haver espaço para ampliar o apoio direto à gestão ambiental municipal.

**Tabela 4 – Indicadores do Componente 2 - Monitoramento e Controle**

Indicadores de Monitoramento e Controle (Componente 2)	Até 2018 acumulado
Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	304
Servidores capacitados (total)	6.091
Servidores capacitados (mulheres)	667
Montante desembolsado para projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (R\$ mil)	74.349
Indivíduos capacitados em tecnologias de monitoramento	344
Missões de fiscalização ambiental efetuadas	687
Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos corpos de bombeiros militares	23.630
Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	5.329
Imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo)	746.905
Área de imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo) (hectares)	90.343.357
Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental (regeneração em andamento)	13.420
Autos de infração lavrados por infrações contra a flora	9.158

Fonte: RAFA 2018 (Fundo Amazônia/BNDES)

O Efeito indireto - Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental – dá ênfase no monitoramento governamental. Entretanto, o mercado também tem um papel importante, já que monitora em uma escala crescente a origem da produção. O exemplo provavelmente mais conhecido é a Moratória da Soja e o monitoramento do Grupo de Trabalho da Soja (GTS), constituído pelas empresas associadas à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e à Associação Nacional de Exportadores de Cereais (ANEC), bem como por organizações da sociedade civil, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Banco do Brasil. Há ainda outras iniciativas de produtores, muitas vezes em associação com organizações do terceiro setor e a indústria de processamento com o objetivo de monitorar e certificar a origem da produção.

Iniciativas como essas demonstram que existe interesse no mercado em dados sobre a origem da produção. Mercados grandes e consolidados, como o de soja ou carne bovina tem, provavelmente, capacidade e capital suficiente para atender a esse interesse. Entretanto, mercados novos para produtos da agricultura familiar ou do extrativismo talvez necessitem de apoio para informá-los sobre a origem dos produtos comercializados e para consolidar o nicho no mercado para produtos oriundos de práticas sustentáveis e que respeitem a legislação vigente.

### **Componente 3 - Ordenamento Territorial**

ORAFA 2018 relata que o apoio às ações de ordenamento fundiário e territorial representava 14% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia (BNDES, 2019) e que o apoio do Fundo beneficia 56% (190) das 338 (145 federais e 193 estaduais) UCs<sup>30</sup> e 23% (101) das 424 TIs na Amazônia Legal<sup>31</sup>, envolvendo diretamente 49.318 indígenas. Como já mencionado, com base nos dados fornecidos no site do Fundo Amazônia, foi possível identificar um pouco mais de 60 TIs, com uma população total de 125.000 habitantes de mais de 80 etnias.

Ainda de acordo com o RAFA 2018, o Fundo capacitou 3.177 pessoas em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas, das quais 1.311 são representantes indígenas (Tabela 5). Os indicadores incluem, entre outros, UCs e TIs apoiadas; indígenas beneficiados e indivíduos capacitados; e extensão de áreas protegidas com gestão ambiental.

---

30 <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>

31 [https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_extens%C3%A3o\\_das\\_TIs](https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs)

Tabela 5 – Beneficiários do Componente Ordenamento Territorial

Indicadores de Ordenamento Territorial (componente 3)	Até 2018 acumulado
UCs apoiadas	190
TIs apoiadas	101
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	3.177
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	1.311
Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	49.318
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	1.376
Área de UCs criadas (km <sup>2</sup> )	7.083
Extensão de áreas protegidas com com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km <sup>2</sup> )	425.974

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES. RAFA 2018.

Os beneficiários-proponentes de projetos nesse Componente são do Terceiro Setor, sendo os principais beneficiários diretos e indiretos as populações residentes nas UCs e TIs e, possivelmente, também os moradores do entorno dessas áreas protegidas.

O Efeito Indireto - Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente - avançou com a criação e consolidação de UCs e TIs. Considera-se que é possível avançar mais por meio de planejamento de paisagens em nível municipal. Nesse sentido, o plano diretor municipal pode servir como base para o monitoramento do desmatamento e para um ordenamento que facilite a adequação dos produtores à legislação ambiental por meio de planejamento da paisagem produtiva. Prefeituras e agentes municipais, especialmente dos municípios com altas taxas de desmatamento, podem ser *stakeholders* importantes a serem engajados na promoção do planejamento e ordenamento territorial.

#### Componente 4 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Instrumentos econômicos

Por fim, o Componente 4 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Instrumentos econômicos, com foco em valorizar a floresta em pé, representa 13% do valor do portfólio do Fundo Amazônia. Além dos projetos das universidades, inclui o apoio i) ao SFB, para realizar o Inventário Florestal Nacional; ii) à Embrapa, com objetivo de promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados à recuperação, conservação e uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução de projetos das Unidades Descentralizadas da Embrapa, selecionados por meio de chamada interna; iii) à OTCA, para o monitoramento da cobertura florestal na Amazônia Regional; e iv) ao INPE, para o monitoramento ambiental por satélites no bioma Amazônia.

Segundo os resultados reportados sobre esse Componente, o Fundo Amazônia beneficiou 368 pesquisadores na Amazônia Legal e gerou 465 publicações acadêmicas. O Fundo também beneficiou 1.902 famílias por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) em 4 projetos específicos. Um exemplo desse tipo de abordagem é o projeto Olhos d'Água da Amazônia – Fase II, implementado pelo município de Alta Floresta (MT). Uma das ações desse projeto apoiada é o Programa Guardião de Águas, criado por lei municipal, que recompensa por meio de PSA aqueles que protegem e preservam as nascentes que abastecem a captação de água utilizada na sede municipal. Nessa ação são beneficiadas 72 famílias, correspondendo a uma área de 535 hectares de matas ciliares protegidas.

**Tabela 6 – Indicadores do Componente 4 - Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos**

Indicadores de Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos Componente 4	Até 2018 acumulado
Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões)	134
Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	368
Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais	1.902
Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	465
Patentes solicitadas ou depositadas	2

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES. RAFA 2018.

Sem dúvida os projetos apoiados avançam o Efeito Indireto - Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Entretanto, já foi observado que são relativamente poucos projetos apoiados nesse Componente e poucos beneficiários-proponentes. Há possibilidade de aumentar o número de beneficiários por meio de chamada pública específica ou através do apoio a um projeto estruturante.

#### 4.3.4. CONCLUSÕES GERAIS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

A primeira conclusão sobre a distribuição de benefícios do Fundo Amazônia é que há poucos dados disponíveis para condução da análise e para subsidiar recomendações. Para uma avaliação mais abrangente e acompanhamento direto sobre a repartição de benefícios, dados precisam ser coletados, sistematizados e disponibilizados em uma plataforma pública, de fácil acesso e de maneira compreensível. Esse acompanhamento mais direto é fundamental para poder avaliar a distribuição dos benefícios no contexto dos objetivos e impactos pretendidos para cada um dos Componentes de apoio do Fundo. Isso é fundamental também para poder melhor avaliar quais abordagens têm maior potencial de replicabilidade e escalabilidade e para ampliar os efeitos diretos e indiretos das iniciativas apoiadas.

A segunda conclusão é que, apesar da razoável correlação entre níveis de desmatamento acumulado por município e apoio do Fundo Amazônia, provavelmente há oportunidades

para intensificar a sua intervenção nas regiões de desmatamento recente e, por meio das ações de ordenamento, monitoramento e promoção à produção sustentável, aumentar o impacto sobre o desmatamento em curso.

A falta de correlação entre o apoio do Fundo Amazônia e a riqueza relativa dos municípios não permite uma conclusão sobre o apoio direcionado a comunidades mais carentes. O Fundo aparentemente não mirou os municípios relativamente mais pobres, mas há muitas evidências, na forma de avaliações e relatórios, principalmente de iniciativas do Componente de Produção Sustentável, que recursos têm chegado a populações mais carentes.

Com respeito à distribuição social, o estudo não teve acesso a muitos dados. A conclusão é que tanto a coleta de dados como a definição dos conceitos são deficientes. O Fundo Amazônia deveria insistir na coleta e sistematização de dados sobre os diferentes grupos de beneficiários e sua relação com a conservação (ou não) da floresta em pé. Essa sistematização é fundamental para a aprendizagem e disseminação de lições, bem como aperfeiçoamento constante de abordagens e desenvolvimento de inovações.

Com respeito à distribuição temática, este estudo teve acesso a mais dados, principalmente porque os temas refletem mais claramente os componentes do Fundo Amazônia. Mesmo de posse desses dados, a interpretação dos resultados reportados é comprometida pela falta de linhas de base e metas de sucesso bem definidas no escopo do projeto. Uma comparação dos beneficiários com os efeitos pretendidos do Fundo Amazônia com o objetivo de avaliar se os beneficiários são os grupos alvos indicados (e em número suficiente) para avançar o objetivo e os efeitos diretos e indiretos do Fundo revelou que existem *stakeholders* que não foram beneficiados e cuja participação pode ser importante para avançar no alcance dos efeitos e impactos planejados. Dentre esses *stakeholders*, destacam-se:

- i. atores responsáveis pela prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e atores chaves na articulação local entre produção e comercialização;
- ii. atores chaves no monitoramento da origem da produção para promover a produção para nichos no mercado por produtos oriundos de produção sustentável;
- iii. atores chaves no ordenamento municipal e no planejamento de paisagens produtivas sustentáveis;
- iv. atores chaves adicionais para a produção de soluções científicas aplicadas para reduzir a pressão de práticas insustentáveis sobre a floresta

#### 4.4. O FUNDO AMAZÔNIA E AS SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+

O Fundo Amazônia, criado em 2008, precede a definição internacional sobre o mecanismo de Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento; incluindo o papel da conservação florestal, do manejo sustentável de florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) e a aprovação das respectivas Salvaguardas Socioambientais, determinadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). No entanto, desde a criação do Fundo, o COFA estabeleceu um conjunto de diretrizes e critérios que, associados às políticas operacionais do BNDES, funcionaram desde sua origem como salvaguardas.

Segundo a UNFCCC, os países que desejam obter pagamentos por resultados de REDD+ devem proporcionar meios para que as Salvaguardas sejam acompanhadas. O primeiro meio é através do estabelecimento de um sistema de informações para o acompanhamento de como as Salvaguardas estão sendo abordadas e respeitadas durante a implementação das atividades de REDD+, o que no Brasil se denomina de Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+).

Esse sistema, em desenvolvimento desde 2015<sup>32</sup>, tem o MMA como coordenador. De acordo com o MMA, a metodologia e o modelo conceitual do sistema estão em processo de finalização para que seja implementada a ferramenta computacional do sistema. A implementação e acompanhamento das Salvaguardas pelo Brasil deve acontecer de forma concomitante a esse processo. Além disso, existe uma Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas, criada no âmbito da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), a qual é composta por especialistas e representantes da sociedade civil e governo e tem a atribuição de contribuir para o desenvolvimento do SISREDD+.

O segundo meio de acompanhamento do cumprimento das Salvaguardas é através da elaboração de um sumário de informações, o qual deve apresentar informações sobre como as Salvaguardas foram abordadas e respeitadas durante a implementação de REDD+, que deve ser submetido à UNFCCC periodicamente. Em 2015, o Brasil submeteu à UNFCCC o 1º Sumário de Salvaguardas<sup>33</sup>, compreendendo o bioma Amazônia e o período de 2006 a 2010. Esse documento reporta como as Salvaguardas foram cumpridas no Fundo Amazônia desde sua criação, em 2008, até a 2010. Esse primeiro Sumário foi construído antes do lançamento da Estratégia Nacional de REDD+ em 2015 e contou com recomendações de um grupo técnico formado por especialistas na área.

Em 2018, foi submetido à UNFCCC o 2º Sumário de Salvaguardas<sup>34</sup>, que também inclui informações sobre como o Fundo Amazônia aborda e respeita esse tema, contemplando o período desde 2011 a julho de 2018. De maneira geral, o cumprimento das Salvaguardas Socioambientais do Fundo Amazônia pode ser analisado através de seus relatórios de monitoramento de ações, os quais estão disponíveis no site do Fundo Amazônia.

Considerando que o SISREDD+ ainda não está devidamente implementado, qualquer tentativa de avaliação do cumprimento de Salvaguardas socioambientais no Brasil deve ser considerada como limitada. Assim, este estudo tem como objetivo trazer reflexões preliminares sobre o cumprimento das Salvaguardas, de acordo com o previsto no Termo de Referência do mesmo. A seguir, considerando a interpretação das Sete Salvaguardas de REDD+ no contexto brasileiro, é apresentada uma breve análise do seu tratamento pelo Fundo Amazônia, Comentários sobre o cumprimento de cada uma delas, bem como recomendações para a adoção de medidas que possam fortalecê-lo também são listados.

---

32 Informações sobre o SISREDD+ disponíveis em: <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-noticias-principais/item/388-visao-sisredd>

33 MMA. Sumário de informações sobre como as Salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia entre 2006 e 2010. Disponível em: [http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas\\_1sumario.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas_1sumario.pdf)

34 MMA. Segundo Sumário de informações sobre como as Salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia. Disponível em: [https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv\\_br\\_final.pdf](https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv_br_final.pdf)

## **1) Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais, convenções e acordos internacionais relevantes.**

O Fundo Amazônia conta em sua estrutura de governança com um Comitê Orientador, o COFA o qual é responsável por elaborar diretrizes e prioridades a serem adotadas na análise de propostas de projetos a serem apresentadas ao Fundo. Uma das condicionantes para aprovação de projetos é que seja demonstrada claramente coerência com ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e nos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento (estaduais) (PPCDs). Considera-se que essa Salvaguarda é devidamente cumprida em todos os projetos do Fundo Amazônia, visto que constitui um critério excludente já na fase de avaliação de propostas. Assim, propostas que não sejam consistentes com os objetivos dos programas nacionais e acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte não chegam sequer a serem analisadas na fase de enquadramento.

## **2) Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a legislação e soberania nacional.**

Na avaliação do cumprimento dessa Salvaguarda são considerados critérios relacionados ao arranjo institucional do órgão de governança (COFA) e à transparência do Fundo Amazônia. Quanto ao arranjo, as informações levantadas foram com relação à: a) composição da estrutura do COFA; b) frequência do número de reuniões; c) atribuições, estruturas e decisões que sofrem interferência dessas estruturas; e d) capilaridade. Para transparência, foram consideradas informações sobre disponibilidade e publicidade de dados.

Com relação ao arranjo institucional, o COFA possui como atribuição determinar as diretrizes para investimentos em projetos e acompanhar os resultados obtidos. O Comitê possui representantes do Governo Federal, governos dos estados da Amazônia Legal e da sociedade civil. O direito de voto dos estados no COFA é somente assegurada àqueles que possuem PPCDS. Assim, as decisões do COFA são tomadas por um conjunto de organizações nacionais. O critério de voto para estados que possuem PPCDs mostra-se adequado, visto que os incentiva a construir políticas públicas alinhadas com os objetivos do Fundo Amazônia à nível estadual. Representantes dos principais doadores do Fundo (Noruega e Alemanha) acompanham as reuniões como observadores e não possuem direito à voto ou de se manifestar.

Vale ressaltar que o MMA, que preside o COFA, se utiliza da prerrogativa de propor direcionamento estratégico ao Fundo Amazônia e exerce interferência direta sobre o Comitê, trazendo demandas às suas considerações e deliberações frequentemente. Por exemplo a chamada específica de apoio a projetos de combate ao fogo pode ser atribuída à preocupação do MMA com o aumento de incêndios florestais na Amazônia. Assim, há oportunidade de proposição ao COFA de temas emergentes e relevantes no contexto nacional, os quais precisam ser chancelados pelos seus membros para que se tornem focos de apoio. A tomada de decisão do Comitê, em última análise, reflete prioridades discutidas entre os membros, de forma a respeitar a soberania nacional. Quanto à representatividade, o COFA é um comitê tripartite, no qual três blocos, formados por Governo Federal, governos estaduais e organizações da sociedade civil têm direito a voto. No entanto, do ponto de vista de participação de representantes indígenas, somente em 2016 a Funai passou a ser membro efetivo do COFA, o que demonstra uma fragilidade considerando-se que reuniões do Comitê se dão desde 2008 (BNDES, 2016).

No que diz respeito à frequência das reuniões do COFA, constatou-se que as mesmas não ocorrem com periodicidade regular, variando em número dependendo do ano<sup>35</sup>. Conforme pode ser verificado pelas minutas de reuniões, a participação tende a ser irregular, tanto por parte de representantes do governo, quanto da sociedade civil. Assim, sugere-se que haja maior previsibilidade para realização das reuniões desse Comitê, um planejamento que pode permitir maior participação de atores relevantes. Além disso, compartilhar a pauta de cada reunião com antecedência aumenta a possibilidade de participação dos membros, bem como priorização dessas reuniões em detrimento de outras agendas.

Com relação à capilaridade, reconhecendo o grande desafio de se atingir mais atores, em particular aqueles mais vulneráveis na Amazônia, o Fundo Amazônia opta pela realização de chamadas públicas com focos específicos. Considera-se que essa iniciativa teve êxito no sentido de atrair uma gama diversa de beneficiários ao Fundo. O apoio a projetos com proponentes com capacidade administrativa e capaz de engajar comunidades e instituições que normalmente não teriam acesso ao Fundo Amazônia teve papel importante no desenvolvimento de sua capilaridade. No entanto, considera-se que ainda há muito a ser feito para ampliação do acesso a recursos, principalmente no que tange à atores com menor capacidade de proposição de projetos. Nesse sentido, o Fundo Amazônia poderia investir na capacitação de organizações, cooperativas e atores específicos identificados como importantes no combate ao desmatamento e no fomento ao desenvolvimento sustentável na região Amazônica.

No que se refere à transparência nos processos de tomada de decisão, as minutas das reuniões do COFA são disponibilizadas no site do Fundo Amazônia. Além disso, informações gerais sobre os projetos em execução no Fundo podem ser acessadas através do site, assim como as atualizações sobre a carteira de projetos e os relatórios de atividades anuais do Fundo. Já quanto aos projetos específicos, há oportunidade de compartilhamento de mais detalhes sobre o escopo, como número de beneficiários e dados desagregados por município, comunidade, gênero etc. Além disso, dados sobre a linha de base dos projetos são de extrema relevância para o acompanhamento de indicadores e aferição de resultados.

Enquanto alguns projetos fornecem um alto nível de detalhamento (citando, por exemplo, o número total de beneficiários), outros trazem apenas dados gerais (por exemplo, população da Amazônia como um todo). Assim, para acompanhamento de resultados, comparabilidade entre projetos e sistematização de dados, recomenda-se que se estabeleça uma lista de dados desejados a serem exigidos dos proponentes de projeto, os quais estariam acessíveis ao público.

### **3) Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando o que a Assembleia Geral da ONU adotou na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.**

O Fundo Amazônia, em parceria com o MMA e com a Funai, lançou em maio de 2014, chamada pública para selecionar propostas para obter apoio financeiro não reembolsável para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em TIs no bioma Amazônia. A chamada pública contribui diretamente para a implementação

---

35 Os Registros de Encaminhamentos e Temas (RETs) das Reuniões do COFA são disponibilizados após aprovação dos membros do Comitê na página do Fundo Amazônia. Os RETs estão disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/COFA/>

da PNGATI. Como requisito para aprovação e implementação dos projetos, os PGTAs deveriam considerar as Orientações para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas<sup>36</sup>, elaboradas pela Funai. A Funai também participou do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a ENREDD+ e, juntamente com o MMA, preparou o documento de premissas<sup>37</sup> para o desenvolvimento de REDD+ em TIs.

No entanto, considerando a falta de regulamentação nacional sobre a aplicação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho<sup>38</sup>, no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas e a ausência de espaço ou instância específica para representação (denúncia) sobre violação de direitos em iniciativas de REDD+, foi apontada como uma área que demanda melhorias por parte do governo brasileiro para a efetiva implementação dessa Salvaguarda<sup>39</sup>.

Além disso, a Funai passou a ser membro pleno do COFA apenas a partir de 2016, mesmo considerando a relevância do órgão nas questões tratadas no Comitê e a importância dos povos indígenas para alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Ainda assim, mesmo após sua inserção como membro, a participação da Funai nas reuniões do COFA pode ser avaliada como irregular e incipiente.

#### **4) Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais.**

Garantir a representatividade de povos indígenas e comunidades tradicionais nos processos de tomada de decisão para o desenho e a implementação de políticas e iniciativas REDD+ é chave para garantir o cumprimento dessa Salvaguarda. Nesse sentido, representantes de povos indígenas e comunidades locais devem ser considerados e incentivados como protagonistas de iniciativas de REDD+ em seus territórios.

No contexto do Fundo Amazônia, a orientação quanto à participação efetiva das partes interessadas é provida por suas Salvaguardas Socioambientais. No COFA, estão representados os seguintes segmentos da sociedade civil: (1) o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), (2) a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), (3) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), (4) a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), (5) a Confederação Nacional da Indústria (CNI), (6) o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF).

As diretrizes do Fundo Amazônia aprovadas pelo COFA estabelecem que os projetos devem incluir anuência de todos os parceiros e co-executores. Além disso, projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.

---

36 Funai. Povos Indígenas e REDD+ no Brasil: Considerações Gerais e Recomendações Disponível em: [http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/download\\_file/view/1527/503/](http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/download_file/view/1527/503/)

37 MMA. Conjunto de premissas para implementação de REDD+ em Terras Indígenas. Disponível em: [http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/premissas\\_funaimma.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/premissas_funaimma.pdf)

38 OAS. Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>

39 Recomendações específica do Grupo de Trabalho de REDD+

De maneira geral, apesar de abertas oportunidades para participação, os debates promovidos pelo Fundo Amazônia incluindo povos indígenas e tradicionais ainda são predominantemente técnicos, compreendendo workshops de intercâmbio entre os projetos e reuniões do COFA. Assim, essas oportunidades tornam-se pouco inclusivas para organizações de base, o que inviabiliza uma participação legítima desses atores. Considerando especificamente as reuniões do COFA, a presença de indígenas nem sempre foi observada. Ademais, apesar da previsão de instâncias de participação no Fundo Amazônia, representantes da sociedade civil brasileira são críticos e enfatizam que a participação de atores não-governamentais e de governos estaduais deve ser intensificada.

Nesse sentido, avalia-se que essa Salvaguarda requer mais atenção do Fundo Amazônia, visto que medidas são necessárias para garantir a plena e efetiva participação dos povos indígenas. Há oportunidade de fortalecer a participação de povos indígenas e tradicionais nas instâncias de decisão do Fundo, assim como sua atuação como proponentes diretos de projetos e beneficiários. Medidas como ampliação de workshops específicos para povos indígenas e comunidades tradicionais, preparação de cartilhas e materiais específicos e ampliação da divulgação de chamadas públicas podem ser adotadas. Além disso, incentivar a proposição de projetos diretamente por instituições locais e acompanhar iniciativas existentes de fortalecimento institucional para essas organizações podem potencializar a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais.

**5) Que as ações sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 desta decisão não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.**

Essa Salvaguarda indica que as ações de REDD+ devem ser consistentes com a conservação de florestas nativas e a biodiversidade, assegurando contra o risco de conversão de florestas naturais, especialmente no que tange ao aumento de estoques de carbono. Atualmente, o Brasil possui instrumentos legais específicos para conservação de florestas e biodiversidade<sup>40</sup>.

De maneira geral, essa Salvaguarda se relaciona com as linhas de apoio do Fundo Amazônia, quais sejam: a gestão de florestas públicas e áreas protegidas; a recuperação de áreas desmatadas; e a conservação e uso sustentável da biodiversidade. A implementação efetiva desses instrumentos é condição fundamental para cumprimento dessa Salvaguarda, assim como a consolidação das UCs e seus entornos, especialmente as apoiadas através de projetos aprovados pelo Fundo Amazônia, como o projeto ARPA que é gerenciado pela FUNBIO.

No entanto, apesar da comprovada importância da manutenção de áreas protegidas para contenção do desmatamento, maiores esforços são necessários para garantir a efetiva implementação dessas áreas, considerando o crescente aumento de desmatamento nessas áreas. Assim, o fortalecimento de mecanismos de comando e controle são importantes, não somente através de apoio financeiro do Fundo Amazônia como visto em projetos de

---

40 Entre os instrumentos, podemos citar a Política Nacional da Biodiversidade (Decreto n. 4.339/ 2002), o Programa Nacional da Diversidade Biológica e a Comissão Nacional da Biodiversidade (Decreto n. 4.703/2003), Decreto n. 2.519, que promulga a Convenção de Diversidade Biológica (CDB), a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. 6.938/ 1981), entre outros.

apoio ao IBAMA e INPE, mas também através de alocação de orçamento, construção de estratégia integrada envolvendo atores relevantes (polícia federal, polícia estadual, IBAMA, ICMBio, órgãos de inteligência etc.) e priorização por parte do Governo Federal.

**6) Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+. Dentre os instrumentos existentes no Brasil para garantir a permanência do resultado REDD+ alcançado, estão a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Novo Código Florestal), que estabelece que se deve manter 80% de área com cobertura de vegetação nativa a título de Reserva Legal, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei n. 12.512/2011) e os programas e sistemas de monitoramento da vegetação que auxiliam na fiscalização da implementação das leis vigentes (Projeto Prodes, Deter, etc).**

O pagamento por resultados de REDD+ é um incentivo fundamental para abordar o risco de reversão. Os resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia foram, em grande medida, alcançados através das ações de monitoramento e fiscalização, custeadas com recursos do Orçamento da União e do Fundo Amazônia.

Nesse sentido, os projetos que apoiaram o IBAMA e o INPE foram instrumentais para garantir o cumprimento dessa Salvaguarda. Por outro lado, o apoio do Fundo Amazônia para atividades de monitoramento e controle foi criticado por representantes da sociedade civil, os quais argumentam que o Fundo não pode servir para substituir o Orçamento Nacional e atividades-fim dos órgãos, respeitando a regra de adicionalidade.

**7) Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.**

Ações para eliminar riscos de vazamentos devem incluir um monitoramento robusto, abrangente e constante da cobertura florestal, garantindo a integridade ambiental de REDD+. No Brasil, esse monitoramento é feito pelo INPE, o qual proporciona dados oficiais.

Para além da Amazônia Legal, o Fundo Amazônia pode destinar até 20% dos seus recursos para outros biomas para fins de monitoramento. Além disso, a mudança da atuação do Fundo do bioma Amazônia para a Amazônia Legal, realizada através de Decreto, proporcionou que uma área maior pudesse ser apoiada sem limitação. O monitoramento dos outros biomas brasileiros, em particular o Cerrado, é de suma importância para garantir uma abordagem nacional e completa que contribua para reduzir o deslocamento de emissões.

Ainda, como forma de focar na redução de deslocamento de emissões, é importante que o Fundo Amazônia possa apoiar municípios com maior índice desmatamento ou que estejam em áreas de alto risco. Conforme verificou-se nesse estudo, esse critério não foi determinante para apoio a projetos pelo Fundo.

## 4.5. FUNDO AMAZÔNIA E A CONTRIBUIÇÃO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), constituem uma oportunidade de implementar soluções para resolver desafios globais, mas que podem ser sentidos a nível local. Em 2015, 193 países

concordaram com um modelo de políticas a serem adotadas até 2030 – a chamada Agenda 2030 –, o qual inclui 17 ODS e suas respectivas 169 metas, as quais foram endossadas como um caminho para atuar em agendas e desafios complexos e interligados. Em suma, os ODS buscam concretizar direitos e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. O ODS podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1 – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU

O financiamento é essencial para alcançar o cumprimento dos ODS. Estima-se que de US\$ 5 a 7 trilhões por ano sejam necessários para atingir as metas globais de desenvolvimento sustentável (UNFCCC, 2017). Os bancos gerenciam US\$ 140 trilhões de ativos, enquanto investidores institucionais acima de US\$100 trilhões, mas, mesmo com várias instituições financeiras engajadas em financiar o cumprimento dos ODS (WEBER, 2018), sabe-se que esse ainda é um grande desafio.

Algumas instituições atuam por meio de grupos financeiros, os quais possuem critérios mensuráveis para medir o impacto de investimento nessa agenda. Dentre elas podemos citar: Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>41</sup>, Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável<sup>42</sup>, um grupo de 18 bancos holandeses, Australian Ethical, Banco Itaú, BNP Paribas, BMCE Bank of Africa, Caisse des Dépôts Group, Desjardins Group, First Rand, Hermes Investment Management, ING, Mirova, NedBank, Pax World, Piraeus Bank, SEB, Société Générale, Standard Bank, Triodos Bank, Westpac and YES Bank etc. Outras instituições optam por apoiar especificamente alguns objetivos no intuito de potencializar o impacto em um objetivo específico, enquanto outras apoiam o conjunto de ODS<sup>43</sup>.

Considera-se que o Fundo Amazônia apoia os ODS de maneira difusa, já que financia iniciativas relacionadas a vários dos objetivos, na medida em que os mesmos se encaixam dentro das

41 Mais informações: Revista Valor Econômico. O FMI e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.valor.com.br/blogfmi/5707301/o-fmi-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

42 Mais informações: Agência para o Desenvolvimento e Coesão. O Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável entra em vigor. Disponível em: <http://www.adcoesao.pt/content/o-fundo-europeu-para-o-desenvolvimento-sustentavel-entra-em-vigor-amanha>

43 Mais informações: Sustainable Development Goals Investing. SDGI Launch at GIIN Investor Forum. Disponível em: <https://www.sdgi-nl.org/>

áreas de atuação do Fundo. Dentre os objetivos apoiados pode-se citar: redução da pobreza, promoção da agricultura sustentável e da igualdade de gênero, gestão sustentável da água, fomento do desenvolvimento sustentável e inclusivo, assegurar padrões sustentáveis de produção, combater as mudanças climáticas e promover o uso sustentável de ecossistemas. A própria existência do Fundo Amazônia contribui com o objetivo de fortalecer meios de implementação para o desenvolvimento sustentável (ODS 17).

Cada um dos objetivos é apoiado de maneira particular pelo Fundo Amazônia, sendo que uns recebem mais atenção do que outros nas atividades apoiadas. A seguir, é apresentada a metodologia utilizada para categorizar quais objetivos foram implementadas por cada projeto.

### 4.5.1. METODOLOGIA DE CATEGORIZAÇÃO

Foram analisados 103 projetos receptores de investimento do Fundo Amazônia, utilizando dados disponibilizados seu site oficial<sup>44</sup>. Para fins de categorização quanto ao estágio de execução de cada projeto, considerou-se que os que receberam mais de 95% da verba disponibilizada estão *concluídos* e os demais foram considerados *contratados*, de acordo com a categorização própria do site. Os beneficiários foram ajustados de acordo com as informações providas por cada projeto no caso do preenchimento vago da categoria (e.g. “população do estado do Pará”).

#### **CrITÉrios de categorização dos ODS**

Para estabelecer quais ODS foram abordados por cada projeto abarcado pelo Fundo Amazônia, realizou-se uma categorização independente de cada um deles utilizando informações disponibilizadas no site do Fundo Amazônia nos campos objetivos, beneficiários, contextualização, projeto, lógica de intervenção, atividades realizadas (quando aplicável), organizações contempladas (quando aplicável) e avaliação final (quando aplicável) e na seção de árvore de objetivos. Além dos critérios que permitem uma conexão intuitiva com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, n.d), foram adotados critérios que levam em conta o contexto dos projetos, de forma que são considerados como contribuindo para cada um dos objetivos, quais sejam:

- ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares: projetos que envolvam o aumento da renda de populações particularmente pobres e vulneráveis, tais como comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.
- ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável: projetos que visam a segurança alimentar de povos tradicionais, assim como a produção e comercialização de excedentes de origem agrícola.
- ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades: projetos que estimulem a produção de alimentos orgânicos e saudáveis ou que contribuam para o desenvolvimento de fármacos.

44 Site Oficial do Fundo Amazônia disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/#>.

- ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos: projetos que realizem o treinamento e capacitação profissional de comunidades tradicionais.
- ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: projetos que apoiem a incorporação de associações de mulheres em atividades diretamente relacionadas às cadeias de valor ou que promovam a participação de mulheres em posições de.
- ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos: projetos que promovam a restauração de matas ciliares, o manejo sustentável de rios e lagos e a recuperação de bacias ou que procurem garantir o acesso à água potável.
- ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos: projetos que promovam iniciativas para a produção sustentável de energia.
- ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos: projetos que proponham modelos de produção e ocupação do território da Amazônia que sejam sustentáveis ambientalmente ou que aumentem a produtividade de cadeias de valor existentes
- ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação: projetos que invistam na infraestrutura de produção, que integrem cadeias de valor a mercados ou que promovam a inovação e pesquisa científica.
- ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles: projetos que envolvam benefícios para comunidades historicamente desfavorecidas, como indígenas, quilombolas, assentados e agricultores familiares.
- ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis: projetos que apoiem a implementação do CAR, que lidem com a preservação da integridade territorial de comunidades tradicionais, que apoiem a formulação e implementação de PGTAs ou que combatam incêndios florestais.
- ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis: projetos que apoiem a produção agrícola sustentável, que fortaleçam cadeias produtivas sustentáveis, que promovam o monitoramento e controle da produção visando sustentabilidade, que apoiem a implementação do CAR ou o Programa de Regularização Ambiental (PRA)<sup>45</sup>.
- ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos: projetos que visem a recuperação ambiental, que combatam o desmatamento ou que combatam queimadas.
- ODS 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável: projetos para preservação e recuperação de mangues.

---

45 Informações sobre o CAR e o PAR disponíveis em: <http://www.florestal.gov.br/regularizacao-ambiental>

- ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade: projetos que visem a recuperação ambiental, que detenham a perda de biodiversidade, que combatam o desmatamento, que implementem projetos de Recuperação de áreas degradadas e alteradas ou que combatam incêndios florestais.
- ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis: projetos que contribuam para a defesa de direitos e segurança de indígenas.
- ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável: projetos que promovam a cooperação entre países.

### **Limitações da categorização**

É possível que parte dos projetos esteja alinhado com mais ODS dos que os que foram especificados, não podendo terem sido identificados devido à escassez de informação para cada projeto beneficiado provida pelo site do Fundo Amazônia, em especial a falta de informação de projetos aglutinados e atividades a serem realizadas por eles. Ademais, alguns projetos estão em sua fase inicial de implementação. É possível que, no decorrer da realização de suas atividades, eles demonstrem contribuições para mais ODS do que o inferido a partir de seus projetos iniciais.

## **4.5.2. ANÁLISES**

### **Contribuições quanto aos ODS**

- ODS 15 - Vida terrestre compõem 84 dos 103 projetos. A maioria possui enfoque no combate ao desmatamento e na preservação e recuperação de áreas degradadas.
- ODS 12 - Consumo e produção responsáveis compõem 82 dos 103 projetos, e a maioria possui enfoque na produção sustentável de produtos agrícolas e agroflorestais na Região Amazônica. Isso indica um significativo investimento no estímulo a atividades alternativas ao desmatamento e à produção com impacto ambiental negativo.
- ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima compõem 80 dos 103 projetos, incluindo combate a queimadas e desmatamento.
- ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico compõem 57 de 103 projetos. A maioria desses projetos (93%) também contribuem para o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, estando intimamente ligados nas iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia.
- Os objetivos menos abordados foram o ODS 7 - Energia limpa e acessível, ODS 15 - Vida na água, ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação. Essas informações, assim como a distribuição dos projetos por ODS em números absolutos e porcentagem pode ser observadas na Tabela 7.

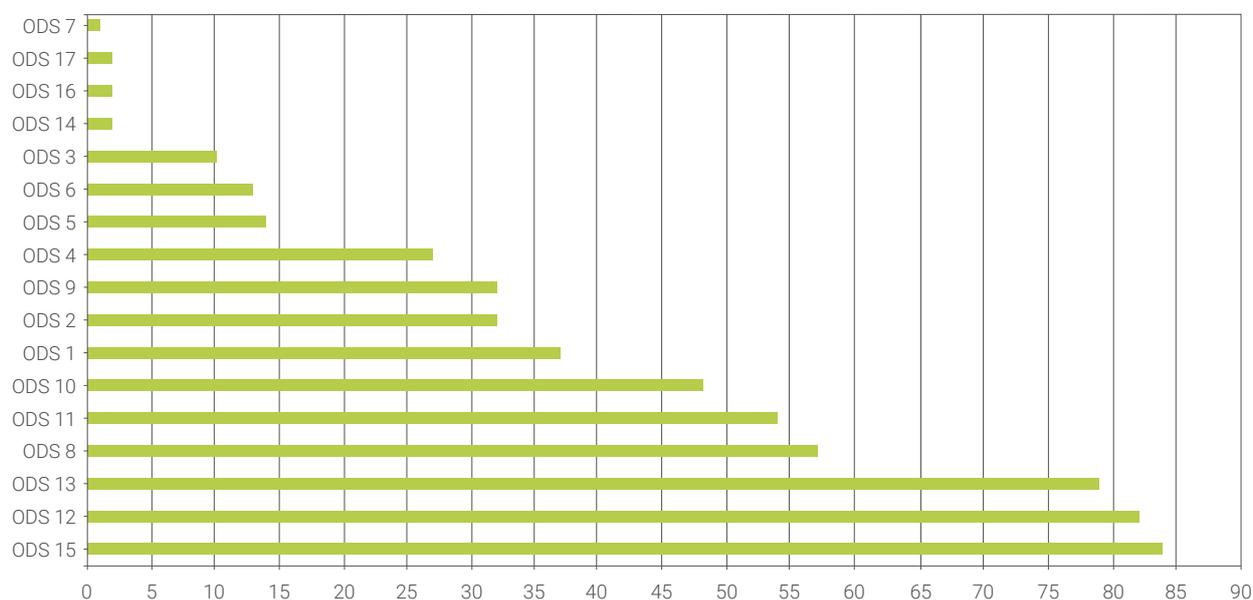
Tabela 7 – Quantidade e porcentagem de ODS

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	Quantidade	Porcentagem
ODS 1 - Erradicação da pobreza	37	35,9%
ODS 2 - Fome zero	32	31,1%
ODS 3 - Saúde e bem-estar	10	9,7%
ODS 4 - Educação de qualidade	27	26,2%
ODS 5 - Igualdade de gênero	14	13,6%
ODS 6 - Água limpa e saneamento	13	12,6%
ODS 7 - Energia limpa e acessível	1	1,0%
ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	57	55,3%
ODS 9 - Inovação infraestrutura	32	31,1%
ODS 10 - Redução das desigualdades	48	46,6%
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	54	52,4%
ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	82	79,6%
ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima	80	77,7%
ODS 14 - Vida na água	2	1,9%
ODS 15 - Vida terrestre	84	81,6%
ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	2	1,9%
ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	2	1,9%

Fonte: Elaboração dos autores.

O Gráfico 15 apresenta uma representação visual da proporção de projetos que contribuem para cada ODS.

Gráfico 15 – Número de contribuições de projetos a ODS



Fonte: Elaboração dos autores.

## Contribuições quanto ao setor

- A maioria dos projetos foi proposto pelo Terceiro Setor (56,3%), seguido de agentes estaduais (21,4%).
- Dentre os projetos do Terceiro Setor, mais de 91% contribuem para o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis e mais de 81% contribuem para a ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, indicando o foco econômico e em desenvolvimento sustentável de suas atividades no âmbito do Fundo Amazônia.
- Dentre os projetos do Terceiro Setor, pouco menos de 70% contribuem para o ODS 10 - Redução das desigualdades, revelando o interesse em trabalhar com populações desfavorecidas e comunidades tradicionais, como agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Essa conclusão é corroborada pela proporção de iniciativas que contribuem para o ODS 1 - Erradicação da pobreza, com 60% de representação entre os projetos do setor.
- Dentre os projetos de entidades estaduais, 95% contribuem para o ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis e 86% para o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis. Isso se dá, parcialmente, devido ao número expressivo de projetos (59%) que apoiam o CAR<sup>46</sup> e de projetos de prevenção e combate a incêndios florestais realizado por corpos de bombeiros (23%).
- Dentro os projetos de entidades estaduais, 73% contribuem para o ODS 15 - Vida terrestre. Essa contribuição geralmente vem aliada ao monitoramento e controle de desmatamento, ou é devida a projetos com investimentos para o combate e prevenção de incêndios por parte de corpos de bombeiros estaduais.
- Todos os nove projetos propostos por entidades da União contribuem para o ODS 15 - Vida terrestre e ODS 13 - Ação de combate à mudança global do clima. As contribuições vem por meio de monitoramento e apoio à atividade de comando e controle de áreas protegidas, além da aquisição de infraestrutura para realização destas atividades.
- Todos os sete projetos propostos por municípios contribuem para o ODS 15 - Vida terrestre e o ODS 13 - Ação de combate à mudança global do clima. As iniciativas contribuem com ações de monitoramento e recuperação ambiental, que contribuem no combate à mudança do clima.
- Os municípios são responsáveis por 46% das iniciativas que contribuem para o ODS 6 - Água potável e saneamento, com seis dos sete dos projetos do setor, demonstrando um papel importante em um objetivo pouco abordado por outros setores e sua preocupação com a gestão da água. Apesar de maior representação numérica absoluta (sete iniciativas), os projetos que contribuem para esse objetivo por entidades da sociedade civil compõem 12% do total de suas iniciativas e indicam uma preocupação mais marginal com esse tema.
- Os projetos propostos por universidades são majoritariamente compostos por iniciativas que apoiam o ODS 15 - Vida terrestre, com cinco (83%) dos projetos. Apesar do ODS comum, a natureza dos projetos é bastante diversificada e é composta por estudos de biodiversidade, socioambientalismo e produção sustentável, entre outros.

46 A adesão de propriedades rurais ao CAR permite padrões de produção mais sustentáveis.

- Projetos do Terceiro Setor representam a maioria das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia, contando mais de 56% dos casos. A expressiva diversidade de iniciativas propostas por organizações da sociedade civil pode ser observada na Tabela 8.

**Tabela 8 – ODS no Terceiro Setor**

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	Quantidade	Porcentagem
ODS 1 - Erradicação da pobreza	35	60,3%
ODS 2 - Fome zero	27	46,6%
ODS 3 - Saúde e bem-estar	7	12,1%
ODS 4 - Educação de qualidade	26	44,8%
ODS 5 - Igualdade de gênero	14	24,1%
ODS 6 - Água limpa e saneamento	7	12,0%
ODS 7 - Energia limpa e acessível	1	1,7%
ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	47	81,0%
ODS 9 - Inovação infraestrutura	27	46,6%
ODS 10 - Redução das desigualdades	40	69,0%
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	25	43,1%
ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	53	91,4%
ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima	43	74,1%
ODS 14 - Vida na água	0	0,0%
ODS 15 - Vida terrestre	46	79,3%
ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	2	3,4%
ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	0	0,0%

Fonte: Elaboração dos autores.

### 4.5.3. CONTRIBUIÇÃO DAS ANÁLISES

O RAFA 2018 reporta como o Fundo Amazônia como um todo contribui para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. No entanto, identifica-se a necessidade de um detalhamento mais profundo quanto à contribuição individual de cada projeto para os 17 ODS. Esta análise representa um primeiro esforço nessa direção, isto é, de compreender a colaboração de cada uma das iniciativas e de cada setor. Ela permite verificar quais ODS são menos implementados, as preferências dos setores e as oportunidades de trabalho nessas lacunas. Considera-se que ela seja de utilidade para se estabelecer prioridades, mobilizar atores e guiar o futuro do Fundo Amazônia dentro do contexto dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.

Para melhor fundamentar esta reflexão, seria necessário levar em consideração o montante de investimento que cada ODS receba por meio das iniciativas. Seria possível realizar essas estimativas por meio da categorização utilizada, mas, diante do potencial imprecisões dos dados, devido às limitações das informações que se tem sobre o uso dos recursos por cada projeto, optou-se por não fazê-la. Dessa forma, espera-se que esta contribuição aponte a importância de uma maior preocupação por parte do BNDES em objetivar as colaborações dos projetos para os ODS no nível de suas atividades.

## 4.6. CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

A redução da pobreza e a equidade de gênero são critérios transversais do apoio do Fundo Amazônia. Isso significa que idealmente eles permeiam toda a carteira de projetos apoiados pelo Fundo. Considerações sobre pobreza e gênero foram feitas ao longo do relatório, visto que muitas das vezes é difícil dissociá-los de outros componentes sociais e ambientais. Dessa forma, pretende-se trazer neste relatório a análise de projetos e respectivas recomendações daquelas iniciativas que mais expressamente afirmam ter como objetivos a redução da pobreza, ou seja, a geração de renda, bem como a redução da desigualdade de gênero.

### 4.6.1. REDUÇÃO DA POBREZA

Foram elencados para esta análise aqueles projetos que têm como o objetivo principal a geração de renda dos beneficiários pretendidos e cujos projetos já foram concluídos. Segundo a avaliação realizada, nove projetos do Componente Produção Sustentável do Fundo Amazônia se encaixam nesse perfil, os quais são descritos a seguir.

#### **Descrição geral e considerações metodológicas**

O Fundo Amazônia tem como objetivo a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável, e o Componente Produção Sustentável é o que melhor expressa isso. Assim, nos nove projetos concluídos dentro desse Componente, buscou-se os indicadores de impacto sobre aumento de renda em comunidades e público-alvo trabalhado para a redução do desmatamento. Para esta avaliação, utilizou-se uma abordagem em duas partes: a primeira com critérios objetivos e depois qualificando os resultados apresentados em cada projeto para lições ao Fundo Amazônia.

Conforme descrito no Quadro 4, os projetos de Produção Sustentável foram avaliados em quatro critérios: a) escopo econômico; b) efetividade das ações com público alvo (setor produtivo); c) potencial de distribuição dos benefícios; e d) continuidade/escalabilidade. A escolha desses critérios é baseada no pressuposto de que, para gerar renda, o Componente Produção Sustentável deve incluir os beneficiários dos projetos em economias de mercado, sem gerar dependência de terceiros, como de órgãos governamentais e não governamentais, e com a incorporação de alternativas à produção sem desmatamento.

Os projetos podem ter uma pontuação total de zero a oito na soma dos critérios e a nota final representa a relação entre os pontos alcançados pelo projeto divididos por oito.

**Quadro 4 – Critérios de avaliação do potencial de distribuição de benefícios no Componente Produção Sustentável e dentro do escopo da proposta**

Critério	Descrição	Pontuação
Escopo econômico da proposta	Atividades propostas no eixo produção sustentável tem clara conexão com mercados e geração de rendimentos a partir do uso e manejo de recursos naturais	0 - Nada 1 - Indireto 2 - Baixo 3 - Totalmente ligado a atividades econômicas
Efetividade	Ocorreram ações com setor produtivo (atores interessados) e mercado via projeto	0 - Não 1 - Sim, algumas 2 - Sim, a maioria ou todas
Potencial de distribuição dos benefícios em grupos vulneráveis	Atividades propostas têm conexão com mercados e geração de renda para grupos vulneráveis, como comunidades de baixa renda, agricultura familiar, mulheres, minorias étnicas etc	0 - Não 1 - Sim, algumas 2 - Sim, a maioria ou todas
Continuidade e escalabilidade	Há indicativos de replicabilidade das ações do projeto de maneira viável após o término do mesmo? Ex: técnicos treinados continuam a atuar com práticas ensinadas no projeto; práticas de manejo desenvolvidas foram absorvidas por toda a comunidade local.	0 - Não 1 - Sim

Fonte: Elaboração dos autores.

A avaliação não se resume a indicar os projetos bons ou ruins, mas as experiências divergentes com lições futuras. Dentre exemplos pode-se citar: a) o resultado do projeto com o IFT, que teve boa disseminação e expectativa de impacto na continuidade do uso de tecnologias e; b) o projeto do WWF, que aponta indícios de inviabilidade da pesca artesanal como economia de mercado, resultado que não pode ser considerado negativo ou um 'mau' projeto, já que pode evitar investimentos futuros em uma atividade sem impacto econômico sustentável ou viabilizar os ajustes necessários no escopo do projeto para mitigar riscos na implementação deste.

Por fim, na avaliação são descritas lições e recomendações gerais a partir desses projetos para futuros aportes de recursos do Fundo Amazônia. Os nove projetos avaliados no Componente Produção Sustentável estão na Quadro 5, sendo os únicos concluídos nesse Componente até a data de término deste relatório (julho de 2019). O valor total de apoio do fundo aos projetos soma mais de R\$ 35,4 milhões.

Quadro 5 – Lista de projetos concluídos no Componente Produção Sustentável

Nome do projeto	Natureza do responsável	Instituição	Local
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	Terceiro Setor	Imazon	11 municípios no PA
Olhos d'Água da Amazônia	Município	Município de Alta Floresta	Alta Floresta, MT
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	Terceiro Setor	IFT	AM, PA e RO
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estados	Estado do AM	Sul do AM
Pesca Sustentável	Terceiro Setor	WWF	AC
Bolsa Floresta	Terceiro Setor	FAS	AM
Sementes do portal	Terceiro Setor	IOV	MT
Olhos d'Água da Amazônia, Fase II	Município	Município de Alta Floresta	Alta Floresta, MT
Recupera Marcelândia	Município	Marcelândia	Marcelândia

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

## Resultados

De maneira geral, os projetos com pior desempenho nesta avaliação refletem problemas comuns às propostas do Componente Produção Sustentável, como pouca compreensão ou orientação das ações para inclusão aos mercados consumidores, além da baixa replicabilidade das ações dos projetos após o término. Também existem problemas estruturais, como disponibilidade de mão de obra e falta de linha de base para algumas atividades de cunho sustentável. Ao mesmo tempo, podem-se citar como melhores práticas as ações que têm como alvo estes mesmos problemas, ampliando o acesso a mercado e empoderando as comunidades com capacidade técnica para atividades de baixo impacto sobre a floresta.

O Quadro 6 apresenta o resumo da avaliação com critérios objetivos em relação à geração de renda no Componente Produção Sustentável.

**Quadro 6 – Avaliação do potencial de distribuição de benefícios, no Componente Produção Sustentável e dentro do escopo da proposta**

Nome do Projeto	Escopo econ. da proposta	Efetividade	Potencial de dist. <sup>47</sup>	Continuidade e escalabilidade	Nota final <sup>48</sup>
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	Baixo	Algumas	Algumas	Não	50%
Olhos d'Água da Amazônia	Totalmente ligado a atividades econômicas	A maioria	Algumas	Sim	88%
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	Totalmente ligado a atividades econômicas	A maioria	A maioria	Sim	100%
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Baixo	Algumas	Algumas	Não	50%
Pesca Sustentável	Totalmente ligado a atividades econômicas	A maioria	A maioria	Não	88%
Bolsa Floresta	Totalmente ligado a atividades econômicas	A maioria	A maioria	Sim	100%
Sementes do portal	Baixo	A maioria	Algumas	Sim	88%
Olhos d'Água da Amazônia, Fase II	Totalmente ligado a atividades econômicas	A maioria	A maioria	Sim	100%
Recupera Marcelândia	Indireto	Não	Não	Não	13%

Fonte: Elaboração dos autores

Na sequência, são qualificados os resultados com vínculo ao Componente Produção Sustentável e feitas algumas observações para cada projeto.

### **Projeto Gestão Socioambiental de Municípios do Pará**

Os resultados esperados incluem a restauração na bacia do Uraim, em Paragominas (PA), com mapeamento e análise do potencial de negociação de sequestro de carbono e outros

47 Potencial de distribuição dos benefícios em grupos vulneráveis.

48 Nota final da avaliação do potencial de distribuição de benefícios.

serviços ambientais; criação da Agência de Serviços Ambientais (ASA) do município de Paragominas para coordenar o PSA; estimativa de risco de desmatamento; e criação da cartilha sobre Cota de Reserva Ambiental (CRA) para produtores. Contudo, em relação ao potencial de geração de renda, a ASA não avançou em negociações, a restauração não foi direcionada para fins lucrativos e conexão dos produtos da floresta com mercados e a CRA não avançou, em grande parte devido o contexto de regulação e demanda efetiva por compensação. Assim, considera-se que não houve incremento de renda ligado ao projeto.

*Lições e recomendações:* Como Componente de Produção Sustentável, faltaram atividades direcionadas à viabilidade de mercado para os produtos da restauração. Os componentes de carbono e CRA demandam avanço na regulação e nas negociações brasileiras para um mercado de compensação, via CRA *ou cap-and-trade*, em um contexto político-econômico maior.

### **Projeto Olhos d'Água da Amazônia**

Os resultados esperados incluem o reflorestamento de 1.738 hectares em APPs; 20 unidades demonstrativas de manejo de pasto e Sistemas agroflorestais (SAFs), recuperando 80 ha de pasto e implantando 49 ha de SAF. Em relação ao potencial de geração de renda, o reflorestamento pode gerar empregos e renda direta, além de proteger os serviços ambientais associados à produção de água, polinização e redução do custo de produção no longo prazo, e as Unidades Demonstrativas (UDs) disseminam informação que é de fato replicada, aumentando a produtividade e renda. Além disso, com os 80 ha de pasto recuperados, espera-se um aumento de até R\$ 500/ha/ano e, com os 49 ha de SAF implantados, espera-se algo próximo a R\$ 2000/ha (SILVA; NUNES, 2017). Com isso, R\$ 322 mil ao ano podem ter sido adicionados em valor da produção nessas áreas, sem contar o efeito da renda no município. Considerando o valor do apoio do Fundo Amazônia, esse projeto provavelmente se pagará em menos de 9 anos.

*Lições e recomendações:* Associar a estratégia de recuperação com SAFs e outros sistemas produtivos foi a grande vantagem desse projeto, com geração direta de renda. O principal desafio é a escalabilidade dessas ações para efeito sustentável de longo prazo na região. Sobre isso, o Fundo Amazônia pode trabalhar melhor, em futuros projetos, tais indicadores e atividades com potencial de incorporação pela economia local após o término dos projetos.

### **Projeto Olhos d'Água da Amazônia, Fase II**

Os resultados esperados incluem 17 UD de tecnologia sustentável para a produção de leite com aumento de 51% da produção; 3 UD de gado de corte com 103 propriedades beneficiadas com o manejo de pastagem; 1557 produtores capacitados em SAFs e outras tecnologias produtivas; 300 colmeias distribuídas; 85 novos tanques de piscicultura; PSA a produtores com nascentes protegidas, no valor total de R\$ 291 mil para 72 produtores com 535 ha. Assim como na Fase I, esse projeto em sua Fase II tem uma estratégia acertada em abordar produtores rurais com capacitação em tecnologias de uso sustentável da terra, como SAFs, atrelando a atividades econômicas.

*Lições e recomendações:* Novamente, o principal desafio é a escalabilidade dessas ações para efeito sustentável de longo prazo na região. Sobre isso, o Fundo Amazônia pode

trabalhar melhor em futuros projetos tais indicadores e atividades com potencial de incorporação pela economia local após o término dos projetos.

### **Projeto Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável**

Os resultados esperados incluem a capacidade gerencial e técnica ampliada para a prática de manejo florestal sustentável, com 1933 indivíduos treinados em 140 cursos e sensibilização de 2141 pessoas sobre o tema. Em relação ao potencial de geração de renda, diversos trabalhos na literatura já demonstram que práticas de manejo sustentável aumentam a renda a partir do incremento da eficiência e produção de madeira. No caso dess projeto, isso é apresentado com o incremento de 10% de produtividade, além da possibilidade de acesso à certificação Forest Stewardship Council (FSC)<sup>49</sup>. Ademais, as ações levaram para comunidades, como em Reservas Extrativistas (RESEXs) práticas que possibilitam maior competitividade frente às atividades madeireira ilegal, permitindo melhor distribuição de renda local a partir de melhores oportunidades.

Lições e recomendações: O projeto acertou com atividades junto a comunidades locais e universidades para o repasse de tecnologias de aumento da produtividade que terão continuidades após o término dos recursos do Fundo Amazônia. Como pontuado no relatório final apresentado ao Fundo, o desafio nesse setor está ligado a arranjos econômicos para o financiamento do manejo florestal sustentável, incluindo segurança jurídica. Em relação ao projeto especificamente, a lição principal é trabalhar melhor na divulgação e em arranjos locais futuros para o desenvolvimento da economia florestal.

### **Projeto Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas**

Os resultados esperados incluem a recuperação de 1.074 hectares de áreas desmatadas ou degradadas, a implantação de 656 a 767 SAFs, a capacitação de 903 a 945 produtores rurais, com 12 unidades *in loco* (cinco SAFs, três de pastejo rotacionado e quatro de integração lavoura-pecuária-floresta - ILPF).

Lições e recomendações: Em relação ao potencial de geração de renda, falta ao projeto a disponibilização de um relatório mais elaborado descrevendo as ações feitas. Ademais, os resultados informados no site oficial do projeto diferem do encontrados no site no Fundo Amazônia – para mais e para menos, dependendo do indicador. Apesar de SAFs serem comprovadamente uma opção econômica para restauro e conservação ambiental, a falta de descrição sobre os sistemas utilizados impossibilita a compreensão do potencial de geração de renda. Por exemplo, não há lista das espécies utilizadas ou perfil dos produtores. A simples entrega de mudas e insumos não garante viabilidade ou mesmo apresenta uma estratégia de mercado para o Componente Produção Sustentável. Apesar de concluído, da forma como está descrito o projeto parece incompleto e, além disso, seria válido uma descrição da estratégia de disseminação e continuidade das ações após o fim do apoio do Fundo Amazônia.

49 Ao longo da cadeia de valor de produtos de origem florestal, a certificação Forest Stewardship Council (FSC) proporciona vários benefícios tais como o acesso a novos mercados. Informações sobre a FSC disponíveis em: <https://pt.fsc.org/pt-pt/certificao/tipos-de-certificados-fsc> .

## Projeto Pesca Sustentável

Os resultados esperados incluem 19 acordos de pesca aprovados (meta original: 15), 1627 indivíduos beneficiados com a atividade (meta original: 920), 3 organizações comunitárias fortalecidas, redução de 7,6% da receita total com comercialização (meta original: aumento de 30%). Em relação ao potencial de geração de renda, o projeto teve ações efetivas na sensibilização de atores sobre o modelo de produção de pesca artesanal do pirarucu, contudo baixo efeito sobre o aumento sustentável da renda gerada com o modelo de negócio. O modelo de pesca por extração do pirarucu (*Arapaima gigas*) sinaliza inviabilidade econômica sem subsídios e conflito com a piscicultura em tanques, a qual é fortemente incentivada e apoiada pelo governo do Acre. Na descrição dos resultados é citada a necessidade de apoio para a o modelo de negócios, como com PSA e outros subsídios. Na descrição dos resultados, a redução da receita com a atividade é associada a acordos limitante ao volume pescado para conservação do ecossistema. Os resultados apresentam também uma receita estratificada, com aumento nominal de 24% entre 2013 a 2016. Contudo, se considerarmos a correção pela inflação, os valores estratificados tem ganho real negativo. De fato, no relatório do projeto é informado que o WWF chegou a cobrir 82% dos custos operacionais em 2014.

Lições e recomendações: Como modelo de negócio, em economia de mercado, a pesca artesanal do pirarucu no Acre é inviável, dependente de subsídios e prêmio sobre o preço. Porém, isso não significa a sua inviabilidade em outras regiões, visto que as principais dificuldades estão associadas à infraestrutura. Por exemplo, no Oeste Paraense há crescimento do mercado local e valor da produção com manejo do pirarucu, mesmo com maior regulação da atividade nos últimos anos. Vale ainda o comparativo com outras atividades no Acre: a piscicultura, atividade incentivada pelo governo do Acre e que compete diretamente com a pesca artesanal, também sofre por falta de insumos e altos custos de produção. O projeto não se furta aos resultados, o que pode ser visto como positivo, já que evita investimentos futuros em uma atividade sem retorno.

## Projeto Bolsa Floresta

Em seus resultados, o projeto alcançou o atendimento de 94% da meta de 10 mil famílias e apoiou prioritariamente seis cadeias produtivas, além das atividades de turismo ecológico, artesanato e comércio comunitário, com aumento da receita total de R\$ 2 milhões para R\$ 7 milhões em 5 anos. Em relação ao potencial de geração de renda, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Floresta, têm efeito positivo comprovado em diversos estudos<sup>50</sup>, apesar desse projeto não apresentar essa análise no consumo e economia local. Em relação ao apoio do projeto às atividades produtivas, em grande parte o aumento de renda ocorreu por fatores de mercado como alta de preços. Em relatório da GIZ sobre o Projeto Bolsa Floresta, a renda de participantes versus não participantes não apresenta evidência de efeito significativo do projeto. Assim, investimento em infraestrutura e a estruturação social das cadeias produtivas, como o apoio a associações e cooperativas, representam a principal evidência do efeito marginal do projeto sobre os resultados positivos no aumento da renda.

50 Efeito da transferência de renda: sobre PIB, bem-estar e renda. Disponível em: <http://rooseveltinstitute.org/wp-content/uploads/2017/08/Modeling-the-Macroeconomic-Effects-Report-Brief.pdf>, <https://economics.mit.edu/files/15434> e <https://economics.mit.edu/files/12488>.

Lições e recomendações: Esse projeto tem desafios comuns a todos os programas de transferência de renda: comprovar efeito sobre economia local (consumo) e estruturar um arranjo financeiro sustentável da(s) fonte(s) do recurso. Isso poderia ter ocorrido através de estudos para destinação de orçamento público e/ou privado. Em relação aos investimentos em infraestrutura e organização social, o horizonte temporal é longo para avaliar os impactos no momento.

### **Projeto Sementes do Portal**

Os resultados incluem 1.246 hectares recuperados com SAFs em 518 propriedades rurais e compra de R\$ 1,5 milhões em sementes de 300 produtores. Apesar de SAFs serem comprovadamente uma opção com retorno econômico para restauro e conservação ambiental, a falta de descrição sobre os sistemas utilizados impossibilita a compreensão do potencial de geração de renda.

O relatório de efetividade cita a inclusão de alguns desses produtos em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>51</sup> e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>52</sup> – um indicativo de efeito positivo sobre o aumento de renda –, embora sem valores ou volume comercializado. Esse projeto propôs desenvolver um mercado de sementes, contudo sinaliza uma simples ação de compra de sementes, o que não indica efeito positivo e sustentável para estruturação de uma cadeia de sementes após o término do projeto. Faltaram ações na efetivação de uma demanda por sementes.

Lições e recomendações: O projeto acerta com atividades junto a comunidades locais para SAFs e coleta de sementes, contudo não previu uma conexão dessa produção com uma economia de mercado, principalmente para as sementes. No caso dos SAFs, há uma sinalização de mudança ao priorizar o uso de espécies com fins econômicos em determinado momento do projeto (de acordo com o relatório de efetividade). Na Fase II do projeto, a viabilização dos produtos agrofloretais para comercialização no mercado institucional (aquisições governamentais, principalmente para merenda escolar) e em 21 feiras da agricultura camponesa são avanços importantes, porém carece de melhor descrição desses modelos para lições e recomendações futuras de geração de renda a partir deste trabalho.

### **Projeto Recupera Marcelândia**

Os resultados esperados incluem a recuperação de 38,25 ha de mata ciliar em 50 nascentes, a produção de 125 mil mudas e a adesão de 37 propriedades ao programa de recuperação de áreas degradadas. Em relação ao potencial de geração de renda, o reflorestamento pode gerar empregos e renda direta, além de proteger os serviços ambientais associados à produção de água, polinização e redução do custo de produção no longo prazo. Todavia, nesse caso, não há indicativos de promoção da restauração em algum arranjo de mercado

---

51 Criado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

52 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

ou de incentivo a recuperação fora do projeto, apenas a ação direta do governo municipal na recuperação. Por exemplo, não é claro se a produção de 125 mil mudas foi destinada a atender uma demanda de restauro de produtores. Ademais, o custo médio por hectare restaurado no projeto é alto em comparação com outros exemplos de restauração, mesmo aqueles com fins econômicos em mercado madeireiro ou não-madeireiro.

Lições e recomendações: Falta clareza do método e dos custos de restauro, além da desconexão com o Componente Produção Sustentável, visto que não há ações diretamente voltadas ao mercado e atividades econômicas com o restauro das áreas.

### **Conclusões e recomendações gerais**

O Componente Produção Sustentável, do Fundo Amazônia pode viabilizar o desenvolvimento sustentável, conciliando a produção com conservação florestal. Porém, os projetos nesse Componente precisam de orientação econômica para inclusão de atividades produtivas aos mercados consumidores, especialmente com maior acesso das comunidades, capacitando esses atores para atividades de baixo impacto sobre a floresta. A partir da avaliação dos nove projetos do Fundo Amazônia, foram elaboradas as seguintes recomendações gerais:

- *Melhorar indicadores de efeito sobre renda e economia.* Poucos projetos apresentam ou elaboraram indicadores de linha de base para renda. Além disso, na maioria dos casos os resultados não podem ser comparados ao efeito sobre renda e economia local. Para futuros projetos, esse ponto é importante se o Fundo Amazônia almeja medir efetividade e alinhar seus resultados a outras políticas públicas.
- *Conectar ações de produção sustentável com economias de mercado,* garantindo assim a efetividade e sustentabilidade (socioeconômica) dos projetos. Por exemplo, ações como doação de mudas e implantação de SAFs poderiam estar voltadas à agroindustrialização e comercialização local dos produtos dessas áreas, pois a maioria dos projetos não apresenta evidências de ações nesse sentido.

## **4.6.2. EQUIDADE DE GÊNERO**

A promoção da igualdade entre homens e mulheres é fundamental para a proteção dos direitos humanos e é uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A trajetória para a construção de uma sociedade sustentável e justa passa pelas relações de governança entre os diversos atores sociais pertencentes aos segmentos público, privado e de Terceiro Setor. Entretanto, superar a desigualdade de gênero têm sido um desafio em todos os níveis de atuação, sejam elas voltadas para o meio urbano, ou para o âmbito rural.

A necessidade de apoiar ações relacionadas ao empoderamento econômico e social das mulheres se impõe a partir do reconhecimento histórico de que elas sempre foram e ainda são desfavorecidas em relação aos homens. Homens e mulheres são designados para papéis, responsabilidades e atividades diferentes de acordo com o que a sociedade considera apropriada. Segundo informações divulgadas pelo IBGE, as mulheres trabalham mais, estudam mais e ganham 20% a menos que os homens (PERET, 2017).

O Fundo Amazônia, além de ter como objetivo financiar projetos que reduzam o desmatamento e fomentem o desenvolvimento sustentável, elencou como critérios transversais de apoio a redução da pobreza e da desigualdade de gênero. Isso significa que o Fundo deve levar em conta esses dois critérios em todo o seu portfólio e que adota uma estratégia de transversalização dessas políticas, ou seja, que se compromete a incorporar as perspectivas de gênero e social em todas as suas ações e componentes de financiamento.

Diante desta abordagem estabelecida pelo Fundo Amazônia, o presente estudo consiste em uma análise quantitativa e qualitativa de todos os projetos financiados, com o objetivo de avaliar como a questão de gênero é tratada nos projetos, considerando as informações disponibilizadas no site oficial do Fundo Amazônia. Além disso, buscamos complementar esses dados através de relatórios dos projetos e entrevistas (Anexo A - Lista de Entrevistados).

Apesar do Fundo Amazônia adotar uma estratégia de transversalização de gênero e incentivar a inclusão e empoderamento da mulher, a implementação dessa estratégia é ainda incipiente. Ademais, a análise da contribuição efetiva do Fundo à redução da desigualdade de gênero nas intervenções apoiadas mostra-se comprometida, visto que as informações disponíveis no seu site oficial são insuficientes no que concerne especificamente a objetivos e resultados relacionados à gênero.

Por outro lado, verificou-se, através da realização de entrevistas, que resultados relacionados às mulheres têm sido preteridos durante o planejamento do projeto ou não são observados em grande parte das iniciativas apoiadas. A adoção de indicadores de gênero ainda na fase de negociação dos projetos deve ser priorizada, assim como o monitoramento desses indicadores ao longo da execução dos projetos.

Além disso, a sistematização de dados desagregados por sexo, bem como a disponibilização pública dos mesmos são medidas importantes para garantir uma avaliação justa do papel do Fundo Amazônia na redução da desigualdade. O tratamento e publicização desses dados deveria merecer lugar de destaque em seu site, visto que essa é a fonte oficial de informação de seus resultados. Isso ganha ainda mais importância quando se trata a redução da desigualdade de gênero como um objetivo privilegiado, na medida em que foi eleito como um critério transversal de apoio.

Apesar dessas limitações, dados relevantes sobre o empoderamento de mulheres constam no RAFA 2018, o que é avaliado como positivo. Ainda assim, a disponibilização desses dados no site é uma medida recomendada, a fim de garantir que o real impacto sobre a igualdade de gênero seja capturado e amplamente conhecido pela sociedade.

## **Análise**

A análise da distribuição de benefícios com relação ao critério transversal de gênero tem como objetivo avaliar até que ponto as mulheres foram beneficiadas direta ou indiretamente pelo Fundo Amazônia e se os benefícios tiveram impacto na equidade de gênero. A equidade de gênero como critério transversal contempla em que medida o projeto considerou os interesses diferentes de homens e mulheres e integrou aspectos da busca pela igualdade de gênero nas suas intervenções. De acordo com a metodologia apresentada a seguir e a abordagem estabelecida pelo Marco Conceitual da Avaliação de

Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia, são aplicadas três perguntas orientadoras:

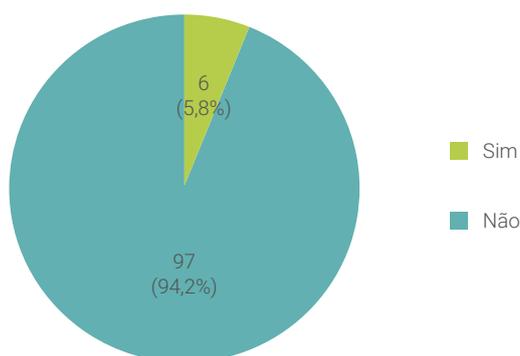
- 1) O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como?
- 2) Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?
- 3) Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?

O passo a passo para responder a primeira pergunta orientadora consiste em três etapas. Primeiramente responder “sim” ou “não” quanto à integração de questões de gênero nos projetos, considerando a possibilidade de um projeto não ter cumprido com este requisito. Em seguida, qualificar a informação, mencionando se a abordagem foi feita de forma integrada ou se o componente de gênero foi tratado no projeto de maneira isolada. Por fim, no caso dos projetos que tenham gênero em seu escopo, analisar como se deu essa inserção.

Realizou-se uma avaliação dos conteúdos presentes no site, de modo que os 103 projetos financiados foram divididos e classificados em quatro categorias, de acordo com a abordagem de gênero verificada: a) Foco pretendido inclui gênero; b) Foco pretendido não inclui gênero, mas há impacto observado em mulheres; c) Foco pretendido não inclui gênero, mas há potencial de impacto; e d) Sem foco pretendido e a natureza do projeto é irrelevante. A seguir, descrevemos cada uma dessas categorias.

**a) Foco pretendido inclui gênero.** A primeira categoria se refere à menção direta, na apresentação ou descrição, de que a meta (ou uma das metas) do projeto é incentivar a participação feminina em pelo menos uma das atividades do projeto. Nesse sentido, foi esperado que os projetos mostrassem as estratégias de gênero de modo integrado com as estratégias gerais sobre os componentes de atuação do Fundo Amazônia.

**Gráfico 16 – Projetos que apresentam foco pretendido em gênero**



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

Pode-se constatar que só 5,8% (6) dos projetos citam claramente o apoio às mulheres como um de seus objetivos pretendidos. Um desses projetos é o Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros, da Associação SOS Amazônia que descreve nos seus beneficiários “Populações de agricultores familiares e comunidades tradicionais,

como extrativistas, ribeirinhos e indígenas, de nove instituições aglutinadas, dentre elas, uma cooperativa de indígenas e uma **associação de mulheres**". Além disso, o projeto reporta o valor pago para incentivar o funcionamento de cada uma das associações.

**b) Foco pretendido não inclui gênero, mas há impacto observado em mulheres.** Essa categoria é referente aos projetos que, mesmo sem apresentarem um foco pretendido no empoderamento feminino, reportam o impacto em mulheres nas atividades realizadas ou nos resultados. Nesse caso, encontram-se projetos que mostram atividades e resultados que afetam as mulheres, mesmo sem essa ser a sua motivação.

Observa-se que 22,3% (23) dos projetos afetam as mulheres mesmo esse não sendo seu fundamento. O projeto Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), encaixa-se como um exemplo dessa categoria porque, apesar de não ter claramente apresentado o objetivo de impactar as mulheres, nas atividades realizadas apresenta que promoveu uma oficina de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, na aldeia Vida Nova, com a presença de 63 participantes de diversas organizações locais, sendo 18 mulheres e 15 moradores do entorno da TI.

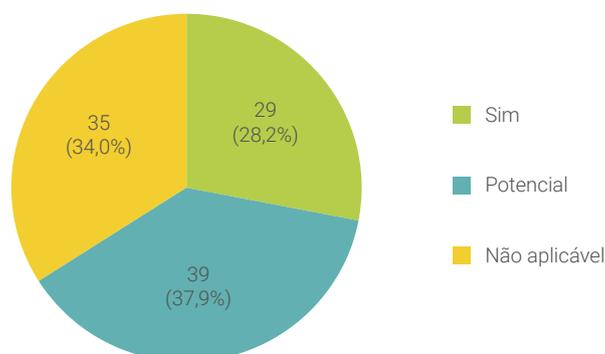
**c) Foco pretendido não inclui gênero, mas tem potencial de impacto.** A terceira categoria apresenta projetos que não têm foco pretendido em gênero e não mostram resultados na vida das mulheres, mas que seria viável esperar alguma ligação das atividades previstas com um componente de gênero. Constatou-se que 37,8% (39) dos projetos não afetam as mulheres, mas apresentam potencial para tal. Esses projetos normalmente são aqueles que promovem capacitação, cursos, oficinas ou atividades que aprimoram habilidades do público-alvo, mas que não foi reportado o número de mulheres que foram beneficiadas. O projeto Ppp-ecos na Amazônia Fase 2, do ISPN, é um bom exemplo porque deixa claro que tem como objetivo financiar outros pequenos projetos que possam fortalecer as instituições comunitárias e disseminar informações, mas não retrata se os projetos financiados terão envolvimento com gênero, nem apresenta informações sobre o público-alvo que receberá as instruções dentro da comunidade.

**d) Sem foco pretendido e a natureza do projeto é irrelevante.** A última categoria envolve os projetos que não se espera um foco ou impacto nas mulheres devido a sua natureza. Esses projetos totalizam 33,9% (35) dos que são financiados pelo Fundo Amazônia. Em sua maioria são aqueles referentes a obras de infraestrutura, compras de bens e/ou serviço ou monitoramento e controle do desmatamento. Dessa forma, não se percebe nesses projetos um potencial de impacto na redução da desigualdade de gênero. Reconhecemos que seria possível estabelecer alguma ligação das atividades previstas com um componente de gênero, mas essa relação seria, no mínimo, improvável.

Um exemplo é o projeto Proteção Florestal Tocantins, coordenado pelo governo estadual, que busca apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais por meio de capacitação, estruturação de mecanismos de gestão integrada e aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína. Nesse caso, poder-se-ia estabelecer uma cota de mulheres a serem capacitadas para o combate a

incêndios florestais. No entanto, considerando o projeto como um todo, avalia-se que há pouco espaço para uma abordagem de gênero, razão pela qual foi considerada como não aplicável nesse caso concreto e em outros projetos da mesma natureza.

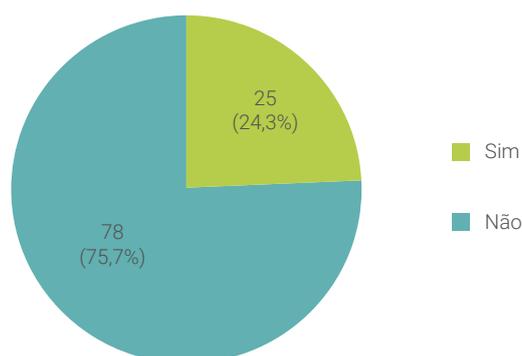
**Gráfico 17 – Categorias sobre o impacto em gênero**



Fonte: Elaboração dos autores

Sobre a segunda pergunta orientadora **“Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto?”**, seguindo os dados disponibilizados pela equipe do Relatório de Atividades do Fundo Amazônia (RAFA) 2018, encontrou-se a seguinte situação: dos 103 projetos, 23,4% (24) deles apresentaram dados desagregados por sexo entre 2017 e 2018. Desses 24 projetos, 82% (19) apresentam dados sobre 2017 e 2018, e destes, 57% (8) apontam um aumento no número de mulheres beneficiadas entre os anos. Além disso, os 24 projetos que disponibilizam dados desagregados por sexo, têm um total aproximado de 209.300 mil beneficiários, dos quais 15% são mulheres (aproximadamente 37 mil).

**Gráfico 18 – Projetos que apresentam dados desagregados sobre gênero**



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

Ainda seguindo o RAFA 2018 e caminhando para responder a terceira pergunta orientadora **“Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?”**, constata-se que 878 mulheres foram capacitadas para a prática de atividades econômicas sustentáveis em 2018, representando 0,41% do total de pessoas beneficiadas com os projetos. Apesar de ser um valor muito baixo, é possível que mais mulheres tenham sido capacitadas durante o ano destacado, uma vez que não foram disponibilizados os dados particulares de todos os projetos. Somente quatro projetos, dos 103, apresentaram os dados desagregados por capacitação.

Quando se trata da análise sobre as mulheres que foram capacitadas e que efetivamente estão utilizando os conhecimentos adquiridos, que colaboram diretamente com a valorização do trabalho feminino, o valor aumenta para 1.490, ou seja, 0,71% do total de pessoas beneficiadas. É certo supor que todas as mulheres, antes de aplicar uma nova técnica, precisaram passar pelo processo de capacitação, o que confirma o argumento de que mais mulheres foram capacitadas do que os dados apresentados.

## Resultados e limitações

Os 5,8% (6) de projetos que tinham como objetivo afetar as mulheres, também relataram os impactos nas vidas delas. Ou seja, suas ações finais estão de acordo com o que foi proposto, principalmente no investimento na renda. Como mencionado, todos esses projetos com foco pretendido na questão de gênero trouxeram nas suas atividades ações relacionadas com o empoderamento financeiro. Sendo assim, observa-se que há uma relação direta entre o apoio ao desenvolvimento econômico e a emancipação feminina.

Além disso, 22,3% (23) dos projetos afetam a vida daquelas que vivem na comunidade-alvo, mesmo sem pré-definir essa ação como uma meta. Ademais, avalia-se que 37,8% (39) dos projetos da carteira do Fundo Amazônia têm potencial para afetar a vida daquelas que residem nos espaços circunscritos nos projetos por causa das atividades realizadas localmente, e 33,9% (35) não envolvem a categoria de gênero devido sua natureza. A Tabela 9 demonstra a distribuição dos projetos entre as categorias mencionadas.

*Tabela 9 – Distribuição dos projetos entre as categorias de classificação*

	Foco pretendido inclui gênero	Sem foco, com impacto <sup>53</sup>	Sem foco, com potencial de impacto <sup>54</sup>	Natureza não aplicável
Número de projetos	6	23	39	35
Porcentagem correspondente	5,8%	22,3%	37,8%	33,9%

*Fonte: Elaboração dos autores*

Considerando o potencial de impacto, 78% (29) dos projetos trazem em sua descrição ações que envolvem capacitação para aprimoramento de técnicas e serviços. Dessa forma, o potencial de contribuição desses projetos para o objetivo de redução da desigualdade de gênero é significativo se for considerado que a inclusão de mulheres nesses treinamentos é uma medida de fácil implementação. Apesar disso, apenas quatro projetos que incluem atividades de capacitação reportam a inclusão de mulheres, considerando os dados que se teve acesso.

<sup>53</sup> Sem foco pretendido, mas com impacto em gênero

<sup>54</sup> Sem foco pretendido, mas com potencial de impacto em gênero.

Como exemplos de projetos que podem contribuir para a equidade de gênero, pode-se citar o projeto Território, Cultura e Autonomia Kayapó (Associação Floresta Protegida, AFP) que menciona a execução de ações de capacitação de agentes ambientais indígenas e implantação de projeto de turismo de base comunitária. Nesses casos, há uma contribuição para a equidade porque oferecem à mulher uma função na comunidade que vai além das atividades domésticas costumeiramente atribuídas a elas. Com melhor qualificação, as mulheres podem ser protagonistas em outras áreas e inseridas em um ambiente que antes poderia ser majoritariamente masculino.

O projeto Ppp-ecos na Amazônia (ISPN), por sua vez, financiou outros pequenos projetos e associações de mulheres; realizou palestras sobre empoderamento feminino, com intuito de conscientizá-las sobre o seu papel na sociedade e na economia local; e também ofereceu oficinas e workshops sobre economia sustentável e técnicas de extração de frutos ou aprimoramento da agricultura. As mulheres beneficiadas estão aptas a obter um incremento de renda, o que favorece a sua autonomia financeira, incentiva sua independência e contribui com a economia local.

Além disso, quando recursos do Fundo Amazônia são usados para apoiar outros projetos que envolvam mulheres, há uma contribuição para a equidade de gênero também pelo fator econômico, na medida em que mulheres são fortalecidas e inseridas no comércio local. Um caso interessante a ser detalhado é o do Fundo Dema, coordenado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), relevante na medida que se constitui no maior projeto aglutinador do Fundo Amazônia e por exemplificar diversas possibilidades de contribuição à redução da desigualdade de gênero – que vão desde apoio a associações específicas de mulheres, à inclusão de mulheres envolvidas na gestão dos projetos e em posições de liderança nas associações.

Do total de 112 associações apoiadas através da parceria com o Fundo Amazônia, somente sete são específicas de mulheres, mas 27 delas tinham mulheres na presidência e foram registradas como responsáveis legais das organizações. Além disso, 32 iniciativas tiveram mulheres como coordenadoras. As mulheres estão na frente dos principais projetos apoiados no campo da inovação e diversificação da produção de alimentos, óleos e ervas medicinais, bem como na valorização dos produtos nativos, no seu processamento e comercialização e no adensamento dos seus quintais com árvores frutíferas e de espécies florestais nativas.

Além disso, o papel das mulheres tem sido essencial na animação das comunidades e no acesso formal às redes de organização nacionais e regionais, como a Articulação Nacional de Agroecologia da Amazônia, e às redes de justiça ambiental. As mulheres também lideram iniciativas de intercâmbios entre os projetos, os quais têm mostrado caminhos para melhorar a produção, as condições de trabalho e a convivência com a floresta, através dos planos de uso e acordos de pesca e dos protocolos de consulta para a proteção e defesa dos territórios e seus modos de vida<sup>55</sup>.

Um aspecto importante a ser ressaltado nesta análise diz respeito ao andamento dos projetos. Cerca de 78% dos projetos ainda estão em vigência, ou seja, não apresentam todos os resultados possíveis, uma vez que não foram concluídos. Dessa forma, alguns deles podem ter impacto na busca pela equidade quando forem reportadas todas as suas atividades.

---

55 Dados obtidos através de entrevista.

## Conclusões e recomendações

Apesar das limitações mencionadas, a estratégia de transversalização de gênero adotada pelo Fundo Amazônia vem guiando passos importantes para contribuir com a igualdade entre homens e mulheres. Um exemplo foi a realização de sete eventos em 2018 que contribuíram para dar mais visibilidade às questões de gênero. Outro ponto relevante é que 100% (6) dos projetos que têm como foco pretendido incluir gênero, também mencionam o fator financeiro, seja no investimento na cadeia de produção, seja capacitando as mulheres, ou apoiando a comercialização dos seus produtos.

Quando questionados nas entrevistas, os representantes dos proponentes de projetos confirmam que possuem dados sobre a participação e inclusão feminina nos projetos. Alguns desses dados foram encaminhados logo após a entrevista. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que a intervenção do Fundo Amazônia foi instrumental para o aumento da participação social das mulheres na tomada de decisão das comunidades. O aumento de independência financeira e o protagonismo das mulheres nos projetos foi citado como expressivo, bem como a crescente inserção na gestão dos projetos.

**Avanços e desafios do Fundo Amazônia na temática de gênero.** Apesar dos desafios de disponibilidade de dados públicos e sistematização de informações dos projetos de forma desagregada por sexo, há notáveis avanços do Fundo Amazônia no que diz respeito ao tratamento da temática de gênero. De acordo com o RAFA 2018, cresceu em 11% o número de mulheres capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis, além de ter aumentado para 69% o número de mulheres diretamente beneficiadas pelas atividades apoiadas. Essas porcentagens apresentam uma realidade que não é visivelmente percebida com as informações do site do Fundo Amazônia, uma vez que, segundo a avaliação realizada, somente 5% os projetos têm como um dos objetivos pré-definidos afetar as mulheres. Além disso, o relatório menciona que 75% das mulheres foram incluídas como servidoras capacitadas para exercer funções nas fases de implementação e execução dos projetos. Ou seja, não só as mulheres das comunidades foram beneficiadas com a realização dos projetos, mas também existiu uma preocupação do Fundo Amazônia em incluí-las nas atividades técnicas de gestão.

Outro fator relevante é que, a partir de 2012, o Fundo Amazônia passou a exigir nas chamadas públicas de projetos que estes indicassem sua estratégia para a) incorporar mulheres e jovens em atividades diretamente relacionadas às cadeias de valor; e b) promover a participação de mulheres em posições de liderança. Um exemplo de avanço nessa temática é a incorporação no quadro de resultados, a ser apresentado pelos projetos apoiados, de indicadores relacionados ao número de mulheres envolvidas em cada processo. No entanto, tanto os dados relacionados aos pré-requisitos das chamadas públicas como os indicadores de gênero não resultaram na disponibilização dessa informação ao público. A avaliação final dos projetos concluídos, por exemplo, nem sempre reporta o impacto na promoção da igualdade de gênero.

Por fim, ressalta-se que 66% dos projetos (5,8% com foco pretendido incluindo gênero, 22,3% sem foco pretendido, mas com impacto em gênero e 37,8% sem foco pretendido, mas com potencial de impacto em gênero), em maior ou menor grau, têm relevante potencial de contribuir com a redução da desigualdade de gênero. No entanto, as conclusões aferidas neste relatório baseiam-se na disponibilidade de dados públicos,

disponíveis no site do Fundo Amazônia, o qual consiste na principal fonte de informações e transparência do Fundo.

Com base no exposto, são elencadas recomendações ao Fundo Amazônia para potencializar sua contribuição à equidade de gênero, bem como garantir que a atual contribuição seja devidamente contabilizada. Tais recomendações fazem referência basicamente ao a) apoio a ações com foco específico, disponibilidade de dados e monitoramento das ações; e b) fortalecimento institucional de organizações.

**a) Apoio específico a ações com foco específico, disponibilidade de dados e monitoramento das ações**

- **Inclusão de ações com foco específico nas questões de gênero:** incentivar que todos os projetos apresentem ao menos uma forma de promover o empoderamento feminino. Como a igualdade de gênero é um critério transversal de apoio do Fundo Amazônia, esse deveria ser o esperado da maior parte dos projetos, ou de sua totalidade.
- **Apresentação de dados desagregados:** como mencionado nas limitações, a inclusão do número de mulheres presentes nos cursos de capacitação, juntamente com a apresentação dos dados desagregados pode favorecer o aperfeiçoamento de futuras análises, as quais idealmente seriam feitas a partir do site do Fundo Amazônia. Dessa forma, recomenda-se incluir uma categoria no site que permita um enfoque na demonstração de resultados relacionados a gênero.
- **Disponibilização de acervo:** Incentivar a divulgação midiática e de documentos no acervo do site para expandir a disponibilidade de materiais sobre os projetos.
- **Contabilização de mulheres na gestão:** contabilizar o número de mulheres pesquisadoras, agentes ou técnicas envolvidas no processo de gestão, implementação e execução dos projetos.
- **Inclusão de indicadores:** A inclusão de indicadores para medir o impacto sobre as mulheres para todos os projetos ainda na fase de desenho permite que se capture esses resultados e que eles sejam devidamente reportados e contabilizados, além de incluir metas a curto, médio e longo prazo dos projetos para facilitar a avaliação de seu desenvolvimento.

**b) Fortalecimento institucional**

- **Apoio a organizações específicas de mulheres:** apoiar o fortalecimento institucional de organizações que trabalhem especificamente com temáticas de gênero ou promovam a inclusão de mulheres, tais como associações e cooperativas de mulheres, que promovem o empoderamento econômico de mulheres.
- **Instauração de Comitês de Gênero:** promover a criação de programas e/ou comitês específicos para lidar com políticas e ações referentes à equidade de gênero, tanto dentro da equipe do Fundo Amazônia, como no âmbito dos projetos apoiados em todos os setores.
- **Realização de chamadas públicas:** com o enfoque específico ações voltadas à equidade de gênero, assim como ocorreu com o apoio direcionado ao às atividades de

produção sustentável. Essas chamadas trariam a possibilidade de acesso ao Fundo Amazônia por parte de organizações que, a priori, não seria beneficiárias esperadas

- **Institucionalização de Conselho Técnico de Gênero:** no qual especialistas no assunto poderiam auxiliar na realização de chamadas públicas, elaboração de critérios específicos de apoio e indicadores e serviria como uma instância consultiva do Fundo Amazônia. Esta é uma prática comum em fundos de investimento que focam em apoio a projetos de natureza técnica e que fogem da *expertise* do gestor do fundo.

Além das especificamente citadas neste estudo, corroboramos com todas as recomendações elencadas pela GIZ no estudo de gênero feito com 3 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia<sup>56</sup>. As recomendações foram as seguintes:

- Elaborar um plano de ação para a incorporação da questão de gênero que garanta a institucionalização do tema no Fundo Amazônia/BNDES e confira maior credibilidade diante os atuais e, eventualmente, novos doadores;
- Designar um ponto focal para o tema, que supervisionará a implementação do plano de ação e aprimorará as capacidades da equipe na incorporação da questão de gênero;
- Dar visibilidade à questão de gênero, divulgando boas práticas e resultados no website, em eventos ou por meio de premiações etc.;
- Pedir a inclusão de uma análise da igualdade entre homens e mulheres na proposta do projeto;
- Identificar oportunidades atraentes que potencializam o papel das mulheres especialmente nas cadeias de valor não-madeireiros;
- Introduzir, na fase da análise técnica de propostas de projeto, uma lista de checagem que ajude a garantir que o tema seja observado na fase do planejamento (matriz lógica/ indicadores, plano de trabalho, orçamento para recursos ou atividades específicas)

Finalmente, com base nesse conjunto de recomendações, entende-se que o Fundo Amazônia pode tornar mais explícito o seu compromisso com a redução de desigualdades, de modo a enfatizar aos proponentes de projetos a necessidade de se tratar questão de gênero como critério transversal, e, sobretudo, de prestar contas de sua contribuição efetiva à sociedade.

---

56 PONS, Ester Gomila; MELLO, Denyse; BUDI, Janina. Igualdade entre Homens e Mulheres em Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis Apoiadas pelo Fundo Amazônia/BNDES. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Rio de Janeiro. Pp. 30. 2019.



## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

Este estudo menciona conclusões e recomendações ao longo de todas as suas seções. A seguir, são destacadas as que se considera mais relevantes.

### 1. Estruturação de banco de dados e estratégia de comunicação.

Uma análise de repartição de benefícios robusta requer um alto grau de disponibilização, sistematização e desagregação de dados relacionados a gênero, raça, etnia, número de beneficiários por projeto etc. No caso deste estudo, a falta desses dados comprometeu o desenvolvimento de um “retrato de alta definição”. O Fundo Amazônia deve priorizar que a organização de informações sobre os diferentes grupos de beneficiários se dê através da estruturação de um banco de dados sistematizado, transparente e acessível. Após dez anos de legado, a organização desse rico banco de dados de forma desagregada e estruturada é fundamental para a mensuração de impacto, aprendizagem e disseminação de lições, assim como para o aperfeiçoamento constante de abordagens e o desenvolvimento de inovações.

Ademais, para garantir maior conhecimento da sociedade sobre resultados e impacto, o Fundo Amazônia deve investir em uma estratégia de comunicação robusta e abrangente, que proporcione não só informação a tomadores de decisão, gestores, pesquisadores, acadêmicos e o público em geral, mas que garanta mais oportunidades de troca de experiências entre os proponentes de projeto e beneficiários.

### 2. Apoio majoritário ao setor público.

O Fundo Amazônia possui 103 projetos em sua carteira. Desse total, nove são de órgãos federais; 22 de órgãos estaduais; e sete de municípios. Há mais 58 projetos de organizações do Terceiro Setor, seis projetos com universidades federais e um projeto com entidade internacional. A maior parte dos recursos (62%) foi alocada ao setor público – seja internacional (através do projeto da OTCA), federal, estadual, municipal ou para universidades públicas –, principalmente para atividades de gestão ambiental, monitoramento e fiscalização. Dessa forma, conclui-se que instituições e políticas públicas em todos os níveis foram fortalecidas com recursos do Fundo Amazônia. Se por um lado essa é uma avaliação positiva, por outro é importante garantir que o Fundo não seja a única fonte de recursos para implementação da política socioambiental e que se priorize a alocação de recursos adicionais para garantir o alcance dos avanços necessários.

### 3. Terceiro Setor diverso e a contribuição à implementação de políticas públicas.

Ao Terceiro Setor foram destinados 38% dos recursos. A generalização do termo “terceiro setor” esconde, no entanto, uma diversidade de instituições com focos distintos, incluindo a) organizações produtivas, como cooperativas e associações de produtores; b) organizações com orientação científica; c) organizações com orientação operacional ou de repasse de recursos; d) organizações com foco em capacitação; e) organizações com foco em organização social; f) organizações com foco em meio ambiente; e g) organizações com foco em advocacia e empoderamento.

Os projetos desse setor funcionam como um importante impulsionador na implementação de políticas públicas. Entre as principais políticas apoiadas por organizações da sociedade civil estão a implementação da regularização ambiental por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a consolidação de Unidades de Conservação (UCs) federais e a implementação de políticas ambientais estaduais. Se o valor desses projetos for acrescentado ao apoio destinado ao setor público, o total alocado à esfera pública atinge 77% dos recursos do Fundo Amazônia. O Terceiro Setor permitiu o alcance dos projetos a populações que moram em regiões remotas e com pouco acesso a serviços públicos e precária presença do Estado. Isso demonstra uma importante sinergia e complementaridade no trabalho em prol da implementação de políticas públicas, além de uma estratégia integradora do Fundo em organizar diferentes atores em torno de um objetivo comum.

#### **4. Apoio significativo à implementação do CAR.**

Um montante de 366 municípios na Amazônia Legal foi apoiado pelo Fundo Amazônia para adequação dos imóveis rurais à legislação ambiental por meio do CAR, configurando 47% dos municípios da região. Além disso, 343 municípios fora da Amazônia Legal, nos estados da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul e do Paraná, receberam apoio para este fim. O Fundo Amazônia apoiou o cadastro de 750 mil imóveis, o que corresponde, atualmente, a 12,6% de todos os imóveis inscritos no CAR no país. O apoio ao CAR se deu através de projetos estaduais dentro e fora da Amazônia e, em alguns casos, de projetos do Terceiro Setor e de municípios que tinham como objetivo apoiar a implementação do Cadastro. A implementação do CAR contribui com um ambiente de segurança jurídica e fundiária, essencial para se ganhar escala na produção sustentável e acesso a novos mercados, com respeito à legislação socioambiental (CHIAVARI; LOPRES, Cristina, 2016).

#### **5. Produção sustentável aliada à manutenção da floresta em pé e redução de desmatamento.**

O fomento às atividades produtivas sustentáveis é o maior de todos os eixos do Fundo Amazônia e demonstra que é possível viabilizar o desenvolvimento sustentável, conciliando produção e conservação florestal. Com apoio principalmente do Terceiro Setor, o Fundo financiou mais de 7.500 iniciativas de produção sustentável, beneficiando mais de 160 mil indivíduos, dos quais 34 mil são mulheres. Foram 4.330 imóveis rurais beneficiados com projetos sustentáveis e 7.800 imóveis com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Foram criadas 357 unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e extrativismo e quase 10 mil indivíduos foram capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis, utilizando os conhecimentos adquiridos efetivamente.

No entanto, o grande desafio é a sustentabilidade dessas atividades ou até a ampliação e replicação das experiências em um contexto econômico e social deficiente. Entre os principais entraves para ganhar escala estão fatores estruturais, como a baixa disponibilidade de ATER, a falta de políticas adequadas à realidade local, como regulação apropriada de produtos oriundos da sociobiodiversidade, e o cumprimento das normas fitossanitárias. O Fundo Amazônia deve apoiar iniciativas estruturantes, se possível

em coordenação com outros instrumentos do Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social (BNDES), para desenvolver um contexto adequado para o crescimento de produção e comercialização dos produtos da floresta. Isso pode incluir apoiar a ATER, promover a inclusão da produção nos mercados locais, melhorar a logística e o escoamento e investir em programas de certificação de origem e formas de agregar valor a produtos tão diferenciados, bem como iniciativas e políticas que melhoram a articulação entre produção e comercialização.

## **6. Apoio à consolidação de áreas protegidas.**

O Fundo Amazônia apoiou 190 das 338 UCs e 101 das 424 Terras Indígenas (TIs) na Amazônia Legal, beneficiando diretamente quase 50 mil indígenas de uma população total estimada de mais de 430 mil pessoas na Amazônia Legal (ISA, 2017). Até 2019, o Fundo apoiou a capacitação de mais de 3 mil indivíduos na gestão de áreas protegidas, dos quais 1,3 mil são indígenas. O apoio à implementação e consolidação de UCs foi realizado principalmente por organizações do Terceiro Setor, com destaque para o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O apoio à gestão de TIs foi também realizado por organizações do Terceiro Setor em atendimento a uma chamada pública criada especificamente para este fim. A estratégia de ligar organizações da sociedade civil e órgãos gestores de áreas protegidas parece ter sido essencial para que se ganhasse escala.

Considerando os avanços alcançados e que esse apoio se deu no âmbito do Componente Ordenamento Territorial, há possibilidade de se avançar nessa agenda através de uma abordagem de território e de planejamento de paisagens produtivas sustentáveis a nível municipal, combinando instrumentos de gestão territorial local, como planos diretores, com regularização e gestão ambiental.

## **7. Aglutinando interesses.**

A estratégia de projetos aglutinadores com instituições de menor porte aglutinadas ampliou de forma relevante a capilaridade do Fundo Amazônia. Todos os projetos com esta abordagem foram coordenados por organizações do Terceiro Setor. No entanto, o nível de gerenciamento por parte das aglutinadoras e o empoderamento das aglutinadas varia substancialmente dependendo do projeto. Em alguns casos são feitas transferências financeiras aos aglutinados, em outros as transações são intermediadas pelos proponentes do projeto e as aglutinadas recebem apoio em atividades do projeto, capacitação, bens e serviços.

Existem bons exemplos da melhoria da gestão administrativa e financeira de aglutinadas e até casos em que aglutinadas conseguiram captar recursos de outras fontes após esse processo. Para garantir que instituições de menor porte possam sair mais fortalecidas desse processo, é essencial que o Fundo Amazônia avalie e monitore as relações entre aglutinadoras e aglutinadas, priorizando maior geração de capacidade institucional nas organizações de base e locais e, conseqüentemente, contribuindo com um processo gradual de melhoria da governança socioambiental da Amazônia.

## **8. Redução da pobreza e geração de renda.**

Não foi evidenciado uma correlação ao nível de municípios entre apoio do Fundo Amazônia e pobreza. Entretanto, essa correlação, se existiu, provavelmente desapareceu no universo

amplo de outras iniciativas. Como já mencionado, o Componente Produção Sustentável demonstra que é possível viabilizar o desenvolvimento sustentável conciliando produção e conservação florestal. Porém, de forma geral, os projetos apoiados nesse eixo precisam de maior orientação econômica para inclusão de atividades produtivas aos mercados consumidores, especialmente com maior acesso das comunidades e capacitação desses atores para atividades de baixo impacto sobre a floresta. Apoiar iniciativas e atores que ajudem a criar um ambiente de negócios favorável às cadeias dos produtos da sociobiodiversidade é essencial para ganhar escalabilidade.

Para fortalecer iniciativas de redução da pobreza e geração de renda é necessário ter indicadores claros de efeito sobre renda e economia e estabelecer linhas de base mais sólidas. Além disso, faz-se necessário conectar melhor ações de produção sustentável com economias de mercado, garantindo assim a efetividade e a sustentabilidade socioeconômica dos projetos.

Trabalhar esses pontos é fundamental para medir efetividade e alinhar os resultados do Fundo Amazônia a outras políticas ligadas à redução da pobreza e geração de renda. Os projetos com foco específico em geração de renda já concluídos no Componente Produção Sustentável correspondem ao valor total somam mais de R\$ 35,4 milhões.

## **9. Apoio ao setor privado.**

Apesar de não configurar beneficiário direto do Fundo Amazônia, o setor privado foi envolvido de forma indireta em alguns projetos. Nesse caso, proponentes de projetos ficaram responsáveis por conectar produtores ao varejo ou a um mercado mais formal. A garantia de mercado consumidor para produtos da sociobiodiversidade é essencial para permitir que as comunidades optem por se envolverem em atividades sustentáveis e a floresta seja mantida. Nesse sentido, o foco da última chamada pública do BNDES, ao exigir que os proponentes de projeto demonstrem a capacidade de atrair mercado consumidor ainda no processo de seleção, é um importante passo para uma aproximação gradual do setor privado e para o alcance de resultados ainda mais significativos.

Há também iniciativas do setor privado, como monitoramento e rastreamento de cadeias produtivas, que constituem um nicho crescente no mercado relacionado à produção que segue princípios de sustentabilidade. Desde 2016, o Fundo Amazônia tem discutido possíveis parcerias com o setor privado para promover a comercialização de produtos da floresta, mas até então não há proposta de atuação concreta. É primordial que o Fundo avance no engajamento do setor privado para estruturação de uma economia de base florestal sustentável (madeira e não madeira) e na definição de estratégia de participação do setor para a promoção dos objetivos do Fundo Amazônia.

Algumas opções levantadas são a estruturação de fundos de *risk sharing* para oferecer ao setor privado alguma garantia para introduzir populações tradicionais na sua cadeia de produção, via capacitação, melhorias técnicas e uma série de instrumentos de mercado, aliando o Fundo Amazônia a outras fontes de financiamento do BNDES.

## **10. Contribuição à implementação dos ODS.**

O Fundo Amazônia contribui como um todo para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas a mensuração dessa contribuição é de difícil atribuição, já que até hoje não foi feita uma análise a nível projetos e considerando os valores

aportados a atividades específicas. Uma análise preliminar nesse sentido demonstra que a maioria deles possui enfoque no combate ao desmatamento, preservação e recuperação de áreas degradadas, abarcados pelo ODS 15. Há também um significativo investimento no estímulo a atividades alternativas ao desmatamento e à produção com impacto ambiental negativo. Por outro lado, os objetivos relacionados à energia limpa e acessível (ODS 7) e à água (ODS 15) foram pouco abordados, mesmo considerando o contexto de stress hídrico vivenciado por muitas das comunidades beneficiadas.

Passar a exigir dos proponentes de projeto que relacionem as atividades propostas e sua relação com o ODS permitirá que o Fundo Amazônia faça uma contabilização mais efetiva de sua contribuição à Agenda 2030 e que, a partir disso, possa investir com base em evidências e focar no apoio a objetivos mais estratégicos no contexto local e alinhados com seus objetivos.

### **11. Contribuição à redução da desigualdade de gênero.**

O Fundo Amazônia tem avançado na consideração de gênero ao longo dos últimos anos, inclusive com a inserção de indicadores e critérios específicos sobre o tema em chamadas públicas, mas ainda há muito a ser feito. Ao elencar a redução da desigualdade de gênero como critério transversal de apoio, o Fundo adota uma estratégia de transversalização de gênero.

Apesar disso, somente 6% dos projetos citam claramente o apoio a mulheres como um de seus objetivos pretendidos. Verificou-se ainda que 22% dos projetos afetam as mulheres, mesmo esse não sendo seu fundamento e que quase 38% dos projetos não afetam as mulheres, mas apresentam potencial para tal, constituindo, em geral, iniciativas que promovem capacitação, cursos, oficinas ou atividades que aprimoram habilidades do público alvo, mas que não reportaram o número de mulheres que foram beneficiadas.

Dessa forma, observa-se que o Fundo Amazônia precisa implementar efetivamente a transversalização de gênero no seu portfólio e passar a reportar resultados relacionados às mulheres em todos os projetos. Para ampliar o apoio do Fundo à questão de gênero e garantir que a contribuição atual seja medida, é essencial o apoio a ações com foco específico na temática, bem como a disponibilidade de dados desagregados por sexo e o fortalecimento institucional de organizações que trabalham diretamente com este tema. O Fundo deve incentivar que todos os projetos apresentem ao menos uma forma de promover o empoderamento feminino, considerando que a igualdade de gênero é um de seus critérios transversais de apoio.

Disponibilizar informações sobre a participação de mulheres – tanto na gestão quanto implementação de projetos – pode favorecer o aperfeiçoamento de futuras análises, as quais idealmente seriam feitas a partir de dados de fácil e livre acesso. A instauração de comitês de gênero e a realização de chamadas públicas com foco específico em igualdade de gênero são outras medidas recomendadas.

### **12. Apoio aos estados.**

Os 22 projetos do Fundo Amazônia com órgãos estaduais beneficiaram principalmente órgãos estaduais do meio ambiente na Amazônia Legal e em alguns estados no Nordeste e no Sul do país por meio de apoio para a implementação do CAR. Apesar da importância do CAR para o monitoramento e controle do desmatamento ilegal, há também oportunidade para o Fundo

apoiar projetos estruturantes com objetivo de promover desenvolvimento sustentável, e que articulam de forma integrada, em áreas críticas para o desmatamento ilegal, políticas e ações de comando e controle com iniciativas para gerar renda da floresta em pé.

### **13. Apoio aos municípios.**

O Fundo Amazônia apoiou diretamente sete projetos de governos municipais. Devido a problemas operacionais com esses projetos, em 2016 o COFA deliberou que o apoio a municípios deveria se dar através de projetos com os governos estaduais. A avaliação do projeto do município de Alta Floresta indicou que ações a nível municipal podem ter impactos significativos com respeito à redução do desmatamento e à geração de renda para as populações mais carentes. Isso sugere, portanto, que o envolvimento dos poderes locais é importante.

Nesse sentido, a estratégia de apoio a municípios via estado deve garantir que os municípios de fato tenham oportunidade para determinar quais as prioridades de atuação em seus territórios. No que concerne a estados amazônicos e sua magnitude territorial, assim como a governança de um projeto estadual e a dificuldade de interação estratégica com municípios, considera-se que este seja um desafio a ser enfrentado tanto pelo Fundo Amazônia quanto pelos gestores estaduais de projetos apoiados.

No total, o Fundo Amazônia apoiou projetos em 519 municípios ou dois terços dos 772 municípios da Amazônia Legal. Em conformidade com a decisão inicial de que o Fundo poderia beneficiar somente os municípios do bioma amazônico, os municípios beneficiados encontram-se principalmente no interior da Amazônia Legal. Apesar da decisão estabelecida em Decreto em 2016<sup>57</sup>, de ampliar a região do bioma amazônico para a Amazônia Legal, muitos municípios nas regiões de transição entre floresta-Caatinga e floresta-Cerrado ainda não foram incluídos.

### **14. Necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural.**

A experiência com os projetos para promover o processamento e a comercialização de produtos da floresta indica que os resultados obtidos poderiam ser maiores se a capacidade da assistência técnica e extensão rural para sistematizá-los e promover sua replicação fosse mais robusta. O mesmo pode ser observado se existissem políticas e normas diferenciadas para esse tipo de iniciativas. Hoje, muitas normas existentes tratam o processamento comunitário ou local igual ao processamento em escala industrial.

O Fundo Amazônia pode investir em iniciativas que promovam um ambiente mais favorável ao processamento e comercialização de produtos da floresta. Mas o estabelecimento de um ambiente de negócios mais favorável à proteção da floresta e da biodiversidade certamente não é uma tarefa que cabe somente ao Fundo, já que deve envolver o governo em diferentes esferas e trazer o setor privado para o debate. Entretanto, o Fundo Amazônia pode exercer um papel estratégico como indutor de políticas nesse sentido. Iniciativas como o apoio à plataforma Origens do Brasil, através do projeto liderado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), por exemplo, demonstram que o Fundo deu alguns passos nessa direção.

57 Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8773.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8773.htm#art1)



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO. **O Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável entra em vigor amanhã.** [S. l.], 27 set. 2017. Disponível em: <http://www.adcoesao.pt/content/o-fundo-europeu-para-o-desenvolvimento-sustentavel-entra-em-vigor-amanha>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- AMARAL, Vanessa Silva & RODRIGUES, Jondison Cardoso. **Conflitos de Interesses no Processo de Construção da RESEX Mapuá, Marajó, Pará.** Em: Interespaço, Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, Vol. 3, No 8, pp. 225-250. 2017.
- ANACHE, Bernardo; MAIA Heliandro Torres; BESER, Leandro; RÖPER, Monika. **Relatório de Avaliação de Efetividade. Projeto Gestão Socioambiental de Municípios do Pará.** Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH/Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 2017.
- ANACHE, Bernardo; MAIA Heliandro Torres; EGER, Helmut; WEISS, Joseph; WALKER, Robert. **Avaliação de Efetividade. Projeto Sementes do Portal.** Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH/Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 2016.
- ANACHE, Bernardo; PONS, Ester Gomila; FERREIRA, Gabriel de Lima; MAIA, Heliandro Torre; LUCINI, Juana Andrade. **Relatório de Avaliação de Efetividade. Projeto Virada Verde.** Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH/Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 2017.
- ANACHE, Bernardo; TONI, Fabiano; MAIA, Heliandro T. e QUEIROZ, Júlia. **Avaliação de Efetividade Projeto Olhos D'Água da Amazônia.** GIZ/Bndes. 2016. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/relatorio-efetividade/Alta-Floresta-Relatorio-Efetividade-Fase1.pdf>
- ANNETT, Tony; LANE Christopher. O FMI e os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Revista Valor Econômico.** 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/blogfmi/5707301/o-fmi-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BNDES. **Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia: Marco conceitual.** 2016. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/FA\\_Marco\\_Conceitual\\_Avaliacao\\_Efetividade\\_Projetos\\_2016.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/FA_Marco_Conceitual_Avaliacao_Efetividade_Projetos_2016.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.
- BNDES. **Quadro Lógico do Fundo Amazônia.** 2017. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/FA\\_Quadro\\_Logico\\_2017.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/FA_Quadro_Logico_2017.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.
- BNDES. Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 21ª Reunião do COFA. 2016. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/cofa/RET\\_21a\\_Reuniao\\_COFA.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/cofa/RET_21a_Reuniao_COFA.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

BNDES. Registro de Encaminhamentos e Temas (RETs) das Reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/COFA/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BNDES. **Relatório de Atividades do Fundo Amazônia 2009**. pp 48. 2010

BNDES. **Relatório de Atividades do Fundo Amazônia 2018**. 2019. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA\\_2018\\_port.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2018_port.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

BORBA, M. C. Fundo Amazônia vai financiar pequenos projetos. **Ministério do Meio Ambiente** (Site Oficial), Brasília, 26 out. 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/7372-fundo-amazonia-vai-financiar-pequenos-projetos>

BRASIL. Decreto presidencial 6.527 de 1º de agosto de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm)

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)

BRITO, Alef; FERREIRA, Gabriel de Lima; BUDI, Janini; RODEKIRCHEN, Magdalena, Paula de Sá. **Projeto Bolsa Floresta. Relatório Final de Avaliação de Efetividade**. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 2018.

BUSINESS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT COMMISSION. **Ideas for Action For A Long-Term And Sustainable Financial System**. 2017. Disponível em: <http://businesscommission.org/our-work/new-report-how-the-world-can-finance-the-sdgs>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CARVALHO, Ana Cláudia Alves; CAVALCANTE, Elymara R.; TELES, Geise Corrêa; FREITAS, Igor Henrique; **As reservas extrativistas no Acre: Uma Proposta a Ser Desenvolvida**. Em: OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.3, n.9, p. 38-56, abr. 2012.

CHIAVARI, Joana; LOPRES, Cristina. **Panorama dos direitos de propriedade no Brasil rural: legislação, gestão fundiária e Código Florestal**. Climate Policy Initiative. 2016. Disponível em: <https://climatepolicyinitiative.org/publication/panorama-dos-direitos-de-propriedade-no-brasil-rural-legislacao-gestao-fundiaria-e-codigo-florestal/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CITIGROUP. **Banking on 2030: Citi & the Sustainable Development Goals**. Disponível em: <https://www.citigroup.com/citi/about/citizenship/download/Banking-on-2030-Citi-and-the-SDGs-Report.pdf?ieNocache=124>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CONAREDD+. Resolução Nº 09, de 07 de dezembro de 2017 da CONAREDD+. Disponível em: [http://redd.mma.gov.br/images/conaredd/SEI\\_MMA--0160864--Resoluo-9.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/conaredd/SEI_MMA--0160864--Resoluo-9.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

COSTA, A.A.A; SANDENBERG, C.M.B. **A transversalização de gênero e raça no Plano Nacional de Qualificação: análise crítica e diretrizes**. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6849>.

DIAS, A. F. et al. **Desafios da transversalização de gênero nos currículos: uma abordagem nas políticas curriculares de transversalização de gênero**. Espaço do

Currículo, v.8, n.3, p. 396-406, Setembro a Dezembro. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/27467/14763>

FSC. **Tipos de Certificado FSC - da Floresta ao longo de toda a cadeia de valor.**

Disponível em: <https://pt.fsc.org/pt-pt/certificacao/tipos-de-certificados-fsc>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FUNAI. **Povos Indígenas e REDD+ no Brasil: Considerações Gerais e Recomendações.**

Disponível em: [http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/download\\_file/view/1527/503/](http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/download_file/view/1527/503/). Acesso em: 23 jul. 2019.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Relatório de Atividades. Ações voltadas para a estruturação de atividades produtivas sustentáveis e a reaplicação de tecnologias sociais na região do bioma Amazônia.** 2018.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Relatório de Desempenho No 1. Ações voltadas para a estruturação de atividades produtivas sustentáveis e a reaplicação de tecnologias sociais na região do bioma Amazônia.** 2019.

GIZ. Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia/ BNDES (2019). Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ\\_Estudo-genero.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ_Estudo-genero.pdf)

GIZ/BNDES. **Marco Conceitual da Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia.** Disponível em: [https://www.giz.de/en/downloads/Marco\\_Conceitual\\_Avaliacao.pdf](https://www.giz.de/en/downloads/Marco_Conceitual_Avaliacao.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

HITACHI. **The SDGs and the Financial Institutions Business Unit.** 2018. Disponível em: [http://www.hitachi.com/sustainability/sdgs/financial\\_bu/index.html](http://www.hitachi.com/sustainability/sdgs/financial_bu/index.html). Acesso em: 23 jul. 2019.

IBAMA. **Floresta Nacional do Tapajos. Plano de Manejo.** Brasília. 2004

ICMBio. **Plano de Manejo das Florestas Nacionais de Itaituba I e de Itaituba II.** Brasília. 2014.

ICMBio. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.** Vol I. Diagnóstico. Brasília. 2014

ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá.** Macapá, Amapá. 2016.

ICMBio. **Plano de Manejo da reserva Extrativista do Rio Cautário.** Brasília, DF. 2017.

ILORCA, Thalia Chipana Katiele de Oliveira Lima; CAVALCANTE, Fábio Robson Casara; GÓES, Sílvia Bezerra. **Análise-Diagnóstico de Sistemas Agroextrativistas na Parte "Alta" da RESEX Federal do Rio Ouro Preto.** Paper apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Campo Grande/MS. 2017.

INCRA. Assentamentos Superintendência Regional Pará, Santarém SR30

INPE. Monitoramento dos Focos Ativos por Estados. **Programa Queimadas.** Disponível em: [http://www.inpe.br/queimadas/portal/estatistica\\_estados](http://www.inpe.br/queimadas/portal/estatistica_estados)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Onde estão e onde vivem os povos indígenas**. 2017. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Onde\\_est%C3%A3o%3F](https://pib.socioambiental.org/pt/Onde_est%C3%A3o%3F). Acesso em: 23 jul. 2019.

ISPN. **Programa de Pequenos Projeto Ecosociais na Amazônia. Portfólio 2013-2017**. 2017.

ISPN. **Aprendizados Colhidos no Programa de Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia 2013-2017**. Brasília, DF. 2017.

KADRI, Nabil Moura. **A Busca da Capilaridade por meio de Parcerias em Políticas Públicas – a experiência do fundo AMAZÔNIA**. Dissertação Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25839>

LABRECQUE, Marie France. **Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 901-912, Dec. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300015&lng=en&nrm=iso). Acesso em 15 de julho, 2019.

LIMA, Sandra A. Kitakawa & VILAS-BÔAS, Jerônimo. **Guia de elaboração de projetos de agroindústrias comunitárias**. Brasília-DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 2a edição. 2018

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A Comissão Nacional para REDD+**. Disponível em <http://redd.mma.gov.br/pt/comissao-nacional-para-redd>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conjunto de premissas para implementação de REDD+ em Terras Indígenas**. Disponível em: [http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/premissas\\_funaimma.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/premissas_funaimma.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estratégia Nacional para REDD+**. Disponível em [http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/enredd\\_documento\\_web.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/enredd_documento_web.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é REDD+**. 04 jul. 2016, Disponível em <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-apresentacoes/item/82-o-que-e-redd>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia entre 2006 e 2010**. Brasília. 2015. Disponível em [http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas\\_1sumario.pdf](http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas_1sumario.pdf). Acesso em: 24 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Segundo Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia**. Brasília. 2018. Disponível em: [https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv\\_br\\_final.pdf](https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv_br_final.pdf). Acesso em: 24 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/616-preven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Visão sobre o desenvolvimento do SISREDD+**. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-noticias-principais/item/388-visao-sisredd>. Acesso em: 23 jul. 2019.

OIT. **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>

OLIVAL, Alexandre de Azevedo. **Beneficiamento e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar**. Em: ISPN. *Programa de Pequenos Projeto Ecosociais na Amazônia*. Portfólio 2013-2017. 2017.

ONU. **Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

PERET, Eduardo. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 07 mar. 2018 (Atualizado em: 28 mar. 2019). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>

PONS, Ester Gomila; MELLO, Denyse; BUDI, Janina. **Igualdade entre Homens e Mulheres em Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis Apoiadas pelo Fundo Amazônia/Bndes**. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Bndes, Rio de Janeiro. Pp. 30. 2019.

RODRIGUES, Leila Ribeiro; GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca; COSTA, João Batista de Almeida. **Comunidades tradicionais: sujeitos de direito entre desenvolvimento e a sustentabilidade**. Em: IPEA, Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, Área Temática: Desenvolvimento: Desafios e perspectivas antropológicas. 2011.

SAWYER, Donald. **Impactos e Desafios dos Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia**. Em: ISPN. *Programa de Pequenos Projeto Ecosociais na Amazônia*. Portfólio 2013-2017. 2017

SEMA – AP. **Plano Estadual da Floresta Estadual do Amapá. Resumo Executivo. Macapá**. 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzBr0wtEQD6-QWZrOGFmU2J1cVU/view>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Etapas do CAR e Regularização Ambiental**. 2017. Disponíveis em: <http://www.florestal.gov.br/regularizacao-ambiental>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SILVA, D. & NUNES, S. **Avaliação e modelagem econômica da restauração florestal no estado do Pará**. Belém: Imazon. 2017.

SILVA, Regina & SATO, Michele. **Territórios e Identidades: Mapeamento dos Grupos Sociais do Estado de Mato Grosso-Brasil**. Em: *Ambiente e Sociedade*, v XIII, n. 2, p. 261-281. 2010.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS INVESTING. **SDGI Launch at GIIN Investor Forum**. Disponível em: <https://www.sdgi-nl.org/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

TENÓRIO, Edel Nazaré de Moraes. **RESEX Terra Grande Pracuúba: (Re)conhecer saberes locais para a transgressão da gestão da unidade de conservação no cuidado do território de uso comum**. Dissertação, Universidade de Brasília, Brasília. 2018.

UNCDF. **Financial Inclusion and the SDGs**. Disponível em: <https://www.uncdf.org/financial-inclusion-and-the-sdgs>. Acesso em: 23 jul. 2019.

UNFCCC. **Financial Institutions Set Standards for Financing Sustainable Development**. 2017. Disponível em: <https://unfccc.int/news/financial-institutions-set-standards-for-financing-sustainable-development>. Acesso em: 23 jul. 2019.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **UN Alliance for SDG Finance**. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/take-action/action/globalallianceforsdgfinance>. Acesso em: 23 jul. 2019.

WEBER, Olaf. **The Financial Sector and the SDGs Interconnections and Future Directions**. Centre for International Governance Innovation. CIGI Papers. nº. 201. 2018. Disponível em: <https://www.cigionline.org/sites/default/files/documents/Paper%20No.201web.pdf>

## APÊNDICE A – LISTA DE ENTREVISTADOS

Data	Entrevistados	Instituição	Local*
29/05/2019	Fábio Vaz e Rodrigo Noletto	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Brasília
12/06/2019	Andrezza Alves Spexoto Olival, Vinicius Teixeira Arrantes	Instituto Ouro Verde (IOV)	Chamada
12/06/2019	Ricardo Mello	WWF	Brasília
13/06/2019	André Ferro, Claudia Nessi e Ângela Skaf	Fundo Amazônia/BNDES	Rio de Janeiro
19/06/2019	Carla Dias	Instituto Socioambiental (ISA)	Chamada
27/06/2019	Ana Beatriz de Oliveira	IBAMA	Brasília
04/07/2019	Hermógenes de Sá	Instituto Peabiru	Chamada
04/07/2019	Vânia Carvalho	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	Chamada
05/07/2019	Claudia Zulmira	FBB	Brasília
08/07/2019	Roberto Palmeri	Imaflora	Chamada
10/07/2019	Ricardo Mello	WWF	Chamada
10/07/2019	Valcléia Solidade	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Chamada
11/07/2019	Iran Paz Pires	Instituto Floresta Tropical (IFT)	Chamada
11/07/2019	Leonardo Kurihara	Operação Amazônia Nativa	Chamada

\* As entrevistas foram realizadas remotamente ou através de videochamada.

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE MEIO TERMO DA EFETIVIDADE DO FUNDO AMAZÔNIA



## ESTUDO DE DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS DO FUNDO AMAZÔNIA

BRASÍLIA 24 DE JULHO DE 2019